

INCLUI
UMA ANÁLISE
DE COMO A MÍDIA
BRASILEIRA COBRE O TEMA

JORNALISMO INVESTIGATIVO

O CONCURSO TIM LOPES

Um estudo de caso sobre a atuação da imprensa no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Repórter vocacionado para a indignação permanente e para a investigação sem fronteiras, Tim Lopes foi brutalmente assassinado em 2002 quando cobria grupos de tráfico e a exploração de menores de idade no Rio de Janeiro, para a Rede Globo de Televisão. Invocar seu nome para um concurso de reportagens não foi, para a ANDI e para a Childhood Brasil, apenas um meio de homenageá-lo, mas uma maneira de fazer verdadeira promessa de valor: a promessa de buscar e aprimorar estratégias para apoiar um jornalismo de profundidade e de múltiplos olhares sobre os contextos onde se dão as notícias e seus vários personagens. Assim como fazia Tim.

Para incentivar a produção de investigações jornalísticas de qualidade sobre a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, o *Concurso Tim Lopes* nasceu em 2002 com uma característica que o diferencia de outros importantes prêmios na área: nele, julgam-se projetos de reportagens que demandarão melhor qualificação das equipes, mais tempo e rigor para a apuração da informação e maior compromisso dos meios de comunicação quanto a procedimentos impactantes de edição e difusão do material. Uma vez reconhecidas como propostas

(CONTINUA) ►

JORNALISMO INVESTIGATIVO

O CONCURSO **TIM LOPES**

*Um estudo de caso sobre a atuação da
imprensa no enfrentamento da violência
sexual contra crianças e adolescentes*

Realização:



Parceria Estratégica:



EXPEDIENTE

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Presidente do Conselho Diretor: Oscar Vilhena Vieira

Secretário Executivo: Veet Vivarta

Secretária Executiva Adjunta: Ely Harasawa

Gerente do Núcleo de Mobilização: Carlos Ely

SDS - Ed. Boulevard Center - Bloco A - sala 101

CEP: 70391-900 - Brasília/DF

Tel: (61) 2102-6508 / Fax: (61) 2102-6550

Site: www.andi.org.br

ISBN: 978-85-99118-16-0

Advertência: o uso de linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

J71 Jornalismo investigativo: Concurso Tim Lopes: um estudo de caso sobre a atuação da imprensa no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes / Agência de Notícias dos Direitos da Infância; Childhood Brasil. --- Brasília : ANDI, 2006.
144 p.

1. Jornalismo investigativo - Brasil. 2. Violência sexual contra crianças e adolescentes.
3. Concurso Tim Lopes. I. Agência de Notícias dos Direitos da Infância. II. Vivarta, Veet (Coord.)

CDU: 362.7:070(81)

Brasília, novembro de 2008

SUMÁRIO

05	APRESENTAÇÃO
06	CAPÍTULO 1 Mídia e Violência Sexual
22	CAPÍTULO 2 Sobre o Concurso
38	CAPÍTULO 3 O Caminho da Reportagem
66	CAPÍTULO 4 Os Riscos e os Dilemas Éticos
78	CAPÍTULO 5 Avaliando Impactos
110	CAPÍTULO 6 Análise de Mídia
132	CAPÍTULO 7 Premiados no Concurso Tim Lopes

FICHA TÉCNICA

Jornalismo Investigativo

○ *Concurso Tim Lopes: um estudo de caso sobre a atuação da imprensa no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*

Realização

ANDI

Parceria Estratégica

Childhood Brasil

Supervisão Editorial

Veet Vivarta

Texto

Luciano Milhomem

Edição

Marília Mundim

Colaboração

Geraldinho Vieira

Pesquisa e Entrevistas

Rosina Duarte e Sílvio Ferreira

* Agradecimento especial à Gabriela Goulart, autora da tese *Cidadania em Pauta: o Papel dos Movimentos Sociais no Agendamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*

Revisão de Texto

Paulo Henrique de Castro e Faria

Análise de Mídia

Railssa Alencar e Diana Barbosa

Apoio

Isabela Ramos, Jean Matos, Léa Cunha, Miriam Pragita, Monalisa Silva, Pedro Ernesto, Philippe Alves e Rilton Pimentel

Produção

Tainá Frota

Projeto Gráfico e Diagramação

Viviane Barros

Capa

André Nóbrega

Fotos

Agradecemos aos seguintes fotógrafos e veículos de comunicação pela cessão de seus trabalhos: Albari Rosa (*Gazeta do Povo*), Cadu Gomes (*Correio Braziliense*), Fco Fontenele (*O Povo*)

Impressão e Acabamento

Gráfica Coronário

Tiragem

3.000 exemplares

APRESENTAÇÃO

Considerados crimes contra a humanidade, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes são formas de violência que não diferenciam classe social nem respeitam limites territoriais ou culturais. Enfrentá-las é tarefa complexa, pois ocorrem com a cumplicidade e a conivência de muitos, quando não sob o véu do constrangimento familiar. Ao longo das duas últimas décadas, a internet agregou novas potencialidades, ainda mais complicadoras, levando aquilo que se configurava como atos individuais ou de pequenos grupos locais a ganhar características de crime organizado em nível global.

Em todo o mundo, há forte mobilização no sentido de alertar sobre essas práticas, tarefa que exige a participação de uma infinidade de atores sociais, em uma cadeia de co-responsabilidades. Entre eles, cabe à imprensa papel estratégico: de um lado, por ajudar a desvendar a complexidade moral, psicológica e sócio-econômica que permeia a questão; de outro, por contribuir decisivamente para que o fenômeno receba atenção prioritária na agenda pública. Não bastasse, o jornalismo deve ainda cobrar os vários atores para que exerçam de forma efetiva seus papéis.

É neste contexto, e buscando promover uma imprensa tanto mobilizada quanto qualificada, que há quase uma década trabalham em aliança a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ONG brasileira dirigida por jornalistas profissionais) e a Childhood Brasil, organização fundada pela Rainha Silvia, da Suécia, e que hoje alcança mais de 700 mil beneficiários em nosso país.

A presente publicação, um estudo de caso, analisa trajetórias e resultados de um dos pontos centrais das ações levadas a cabo por esta aliança – o *Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, considerado pelas instituições que trabalham no enfrentamento da violência sexual e pelos próprios profissionais da notícia como uma abordagem inovadora, capaz de apoiar um tratamento editorial que vai além do imediatismo dos fatos.

Expor os avanços quanti-qualitativos impulsionados pelo Concurso junto à cobertura sobre o tema, assim como as experiências marcantes vivenciadas pelos jornalistas premiados, nos pareceu não apenas uma maneira de celebrar resultados e/ou de reconhecer a atuação dos meios de comunicação do Brasil frente ao problema, mas também um dever de quem – como é o caso das organizações que representamos – atua em interesse público.

1

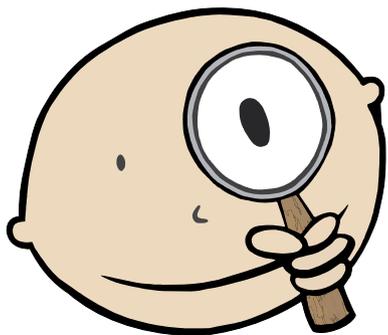
Mídia e Violência Sexual



A EXPLORAÇÃO E O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORAM DECLARADOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE EM 1996. SEU ENFRENTAMENTO É COMPLEXO E EXIGE ATUAÇÃO DOS MAIS DIVERSIFICADOS ATORES E SEGMENTOS SOCIAIS. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO – E EM ESPECÍFICO A IMPRENSA – JOGAM PAPEL ESSENCIAL.



Foto: Cadu Gomes (Correio Braziliense - DF, 2006)



Um crime que fere a alma da humanidade

Abuso, exploração, pornografia na internet, turismo com fins sexuais, tráfico de seres humanos. Essas são algumas das modalidades de violência sexual a que estão sujeitas crianças e adolescentes. Embora não existam números oficiais sobre o problema, estimativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que, todos os anos, cerca de um milhão de meninos e meninas em todo o mundo são vítimas de crimes dessa natureza.

Além de graves impactos psicológicos e sociais – tais como depressão, perda de auto-estima, exclusão social e comprometimento do desenvolvimento físico e psicológico –, garotos e garotas submetidos à violência sexual estão mais sujeitos a problemas como gravidez precoce, aborto, uso abusivo de drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

O enfrentamento a essa grave violação dos direitos humanos vem, desde os anos 1990, ganhando espaço na pauta de debates nacional e internacional. Em 1996, por exemplo, 122 representações de países estiveram reunidas na Suécia para a realização do I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

Cinco anos depois, em 2001, um novo encontro foi realizado, dessa vez em Yokohama, no Japão, reunindo representantes de mais de 130 países. Neste mês de novembro de 2008, acontece no Rio de Janeiro, Brasil, a terceira edição do Congresso, onde é lançada a presente publicação.

Já no primeiro encontro – 12 anos atrás, portanto – foram declarados crimes contra a humanidade toda e qualquer forma de violência sexual contra meninas e meninos. À época, vale lembrar, a internet começava a de fato fazer parte de nossas vidas, e sua relação com a pedofilia já se colocava como uma agenda de enorme desafios, a começar pela necessidade de criação de leis específicas e de grande colaboração entre os estados nacionais.

Participante desses eventos mundiais, o Brasil foi uma das primeiras nações a elaborar uma política nacional de enfrentamento aos crimes sexuais. A implementação de um conjunto de estratégias ainda segue encontrando, todavia, limites no que se refere a um diagnóstico consistente do fenômeno, à efetiva punição dos responsáveis e à qualidade do atendimento às vítimas. Em resposta à cobrança da sociedade por maior compromisso frente à questão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a anunciar que o enfrentamento à exploração e ao abuso sexual contra meninos e meninas seria uma prioridade em seu governo.

Lutar contra os muitos desafios que marcam esse complexo fenômeno – composto por aspectos sociais, econômicos e, até mesmo, culturais – é, no entanto, uma tarefa que extrapola a atuação unicamente governamental. Somente a partir de uma ampla e articulada ação entre diversos atores sociais será possível incidir de maneira efetiva na questão.

É ampla a cadeia de atores envolvidos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Além de todo o aparato do Estado, em suas diversas esferas, vale mencionar as organizações da sociedade civil, a academia, as entidades de cooperação internacional, os profissionais de educação, da saúde, do direito e da assistência social, o empresariado (com destaque ao setor turístico: hotelaria, bares, restaurantes, operadores de viagens, taxistas), caminhoneiros e associações de prostitutas, entre tantos outros.



Pautando o debate

A necessidade de uma imprensa atuante no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes levou a ANDI a estabelecer parceria com a Childhood Brasil para lançar, em 2002, o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística - foco central da presente publicação. Antes disso, em 1996, a Agência coordenara toda a área de comunicação do evento preparatório latino-americano para o primeiro Congresso Mundial sobre o tema, realizado meses depois em Estocolmo. Sediado em Brasília, o encontro contou com a presença de cerca de 3.000 pessoas e teve como objetivo a articulação da agenda do continente frente ao problema.

Na ocasião, a ANDI promoveu um painel de debate com a presença de alguns dos mais importantes jornalistas do país. Em seguida, em parceria com a Agência JB (Jornal do Brasil), foi realizada a cobertura do próprio congresso mundial, com distribuição de material diário e gratuito para toda a imprensa brasileira. Foi ainda com apoio institucional da ANDI que a Embratur lançou, durante o evento na Suécia, sua primeira campanha mundial contra o turismo com fins sexuais.

Os meios de comunicação, e especificamente a imprensa, têm papel essencial tanto na mobilização desses atores quanto na promoção de maior consciência pública sobre a gravidade do problema e sobre formas eficazes de preveni-lo e combatê-lo. E é na fiscalização e na cobrança por políticas condizentes com a dimensão e a gravidade da situação que o jornalismo encontra seu desafio mais contundente e adequado.

QUE PAPEL COMPETE À IMPRENSA?

Historicamente, a imprensa tem realizado importante função no que se refere à proteção dos direitos humanos, não apenas denunciando violações a tais direitos, mas também fortalecendo o debate público em torno das formas de garanti-los e promovê-los.

Essa atuação se dá em alinhamento com um valioso papel que os veículos noticiosos desempenham nas sociedades contemporâneas: o de fortalecer a democracia e contribuir para o desenvolvimento das nações. Cada vez mais, o impacto do trabalho jornalístico vem sendo estudado a partir dessa perspectiva por especialistas de um novo campo de conhecimento, chamado “Comunicação para o Desenvolvimento”. Trata-se de um conceito abrangente, no qual estão abrigadas as mais diversas manifestações comunicacionais, quando buscam incidir em aspectos sociais, culturais, econômicos e de sustentabilidade ambiental, para citar apenas alguns exemplos.

No âmbito da imprensa, a comunicação para o desenvolvimento envolve a produção de um noticiário capaz de:

- a) oferecer à sociedade informação confiável e contextu-

MARCOS LEGAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A prática de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes é uma forma de violência que não respeita fronteiras. Praticamente todas as nações enfrentam, em maior ou menor medida, o desafio de proteger seus meninos e suas meninas dessa grave violação de direitos.

Com o objetivo de enfrentar o problema no âmbito mundial e unir esforços entre os estados nacionais, alguns tratados e normas internacionais já foram firmados entre quase todos os países.

A base desses acordos está na Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por 192 nações de todo o mundo. Os artigos 34 e 39 tratam do comprometimento dos países em proteger suas crianças contra todas as formas de exploração e abuso sexual

e da adoção de medidas apropriadas para o atendimento às vítimas.

Outros documentos relevantes sobre o tema são o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil, do qual o Brasil é signatário desde 2004; a Convenção 182 contra o Trabalho Infantil, aprovada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho, que estabelece a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma das piores formas de trabalho infantil; e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que trata da prevenção e punição do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, a qual nosso país firmou em 2003.



MARCOS NACIONAIS

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - Art. 3º - Capítulo V do Título VI - “Dos crimes contra os costumes” - Parte Especial que passa a vigorar com o seguinte título: “Do lenocínio e do tráfico de pessoas” **1940**

- Constituição Federal **1988**

- Estatuto da Criança e do Adolescente **1990**

- Plano Nacional de Direitos Humanos **1996**

- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil **2000**

- Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos **2006**

MARCOS INTERNACIONAIS

- 1948** • Declaração Universal dos Direitos Humanos

- 1959** • Declaração Universal dos Direitos da Criança

- 1989** • Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança

- 2000** • Protocolos Facultativos à Convenção
 - Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados
 - Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil
- Convenção 182 da OIT - cujo foco está na Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil
- Convenção contra a Criminalidade Organizada - Protocolo Adicional para Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (ratificado pelo Brasil em 2003)

- alizada – de tal maneira que os cidadãos e as cidadãs possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de seus direitos ;
- b) ser pluralista na construção de uma agenda de debates prioritários, contribuindo para que temas de alta relevância para o desenvolvimento humano possam alimentar a esfera pública de discussões a partir do envolvimento (e da conseqüente legitimação) de um maior número de atores; e
 - c) exercer controle social em relação aos governos e às políticas públicas, de forma a colaborar para que os governantes (e também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsáveis na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação dessas políticas.

Informação e cidadania

Os profissionais do jornalismo têm uma enorme responsabilidade social: levar para todos os cidadãos e cidadãs informações de qualidade sobre as ações governamentais e muitas outras questões de interesse coletivo. Várias vezes, é somente por meio da imprensa que a população toma conhecimento de serviços de relevância pública ou de direitos fundamentais. O mesmo ocorre na discussão de temas complexos, como é o caso da violência sexual.

Uma prática jornalística dedicada à contextualização das notícias fortalece a cidadania, pois contribui para que a população possa conhecer e reivindicar seus direitos – o que significa revigorar e ampliar o capital social. Embora sempre haja desafios a superar no campo da informação com maior contextualização (aquela que vai

Mais à frente, nossa publicação se dedicará a discutir como se constrói uma reportagem de qualidade e como o Concurso Tim Lopes vem contribuindo com os avanços na cobertura dedicada pela imprensa brasileira à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes - seu tema de trabalho.



Desenvolvimento e meios de comunicação

“O direito à informação é um elemento-chave para o trabalho com a governança democrática e vital para promover uma ‘governança aberta’ e a *accountability* dos tomadores de decisão, assim como para o fortalecimento da transparência, da participação e do Estado de Direito. O direito à informação não é apenas fundamental para uma sociedade aberta e democrática, mas é uma arma central para a luta contra a pobreza e a aceleração do desenvolvimento humano”.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

além do fato), a imprensa brasileira registra importantes avanços nesse sentido.

Entre as diversas formas de tratamento noticioso há uma, bastante específica, usualmente chamada “jornalismo de serviço”, que tem relevante função social. No Brasil e no mundo há exemplos de inegável eficácia desse tipo de abordagem, na qual a mídia efetivamente apóia o exercício concreto da cidadania. É o caso de divulgação de campanhas de vacinação, períodos de matrícula escolar, difusão de direitos do consumidor ou orientação para a racionalização do uso de energia.

A oferta de informação qualificada está também no cerne do chamado “jornalismo preventivo”, que busca antecipar ameaças – tais como enchentes ou epidemias –, apontando medidas capazes de evitar crises ou minimizar seus impactos. Além de disseminar orientações relativas a ações mais imediatas, um jornalismo preventivo eficiente encoraja a população a participar ativamente do combate ao problema e a cobrar medidas objetivas por parte das autoridades públicas.

Lógica semelhante faz mover o jornalismo voltado às situações de emergência ou calamidade, o “jornalismo de crise”. Nele, os profissionais da imprensa têm a missão de conciliar rapidez e qualidade da notícia, informando a sociedade de maneira equilibrada e evitando abordagens sensacionistas, que podem gerar pânico. Esse é o caso de situações de pandemias, de catástrofes naturais ou mesmo de guerra.

Agendando temas e perspectivas

Outro papel relevante dos veículos de imprensa diz respeito à sua capacidade de influenciar a construção da

agenda pública. Frequentemente, as questões abordadas no noticiário constituem focos prioritários do interesse dos decisores públicos – e dos atores sociais e políticos de maneira geral –, influenciando sobremaneira a definição de suas linhas de atuação. Por outro lado, os assuntos “esquecidos” pelos jornalistas dificilmente conseguirão receber atenção da sociedade e, conseqüentemente, dos governos. Não é difícil imaginar, portanto, os impactos de uma cobertura abrangente e qualificada sobre o fenômeno da exploração e do abuso sexual contra meninos e meninas – principalmente quando levamos em conta que esse é um crime que permanece, muitas vezes, sob o manto da invisibilidade social e, conseqüentemente, da impunidade.

A discussão acerca da influência dos meios de comunicação na pauta pública está ancorada na chamada Teoria do Agendamento (ou na expressão em inglês, *agenda-setting*), segundo a qual a mídia contribui para moldar o debate dos temas políticos e da agenda social. De acordo com tal linha do pensamento, para além dessa capacidade de incidir na pauta de interesses dos diferentes grupos sociais e das esferas de poder, há outra característica que perpassa a influência da imprensa na sociedade: o enquadramento das questões públicas, ou seja, o fato de que a cobertura jornalística afeta tanto “sobre o que” o público pensa quanto “como” se posiciona acerca de tais assuntos.

Assim, ao focar aspectos específicos de uma temática e destacá-los no noticiário, os comunicadores ajudam a construir a forma como o público passa a interpretá-la. O jornalismo, dessa maneira, teria um significativo

Levar em consideração a Teoria do Agendamento não significa acreditar que os meios de comunicação sempre exercerão um elevado nível de incidência sobre a agenda pública de debates – e que, portanto, outros fatores não participariam ativamente da construção das prioridades dos cidadãos e das cidadãs ou dos decisores públicos. Na verdade, uma parcela do processo de influência identificado pela Teoria do Agendamento costuma funcionar de forma circular, a partir de retroalimentação constante entre a imprensa e a sociedade. E, da mesma forma, é possível constatar que alguns assuntos, mesmo quando “esquecidos” pelos jornalistas, seguem garantindo o interesse da população em geral e de seus governantes.



Comunicação, direitos humanos e desenvolvimento

Adotar uma abordagem jornalística tendo os direitos humanos como pano de fundo e linha mestra significa abraçar o que o ex-secretário geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, chamou de “a quintessência dos valores por meio dos quais, unidos, nos afirmamos como uma única comunidade humana [...] [Os direitos humanos] são o elemento humano irredutível”.

Nesse sentido, não pode haver uma estratégia pró-desenvolvimento que negligencie os direitos humanos. E nem uma imprensa dedicada a cobrir as políticas de desenvolvimento que ignore a agenda dos direitos.

*Fonte: Facing the Challenge
(ANDI, Petrobras e Plan)*

impacto nos processos políticos de deliberação e decisão, ajudando a definir quais questões são reconhecidas como problemas sociais, quem são os responsáveis por eles e o que deveria ser feito para solucioná-los.

Foco nas políticas públicas

Exercer o controle social sobre as iniciativas públicas é um dos eixos centrais no exercício do bom jornalismo. Isso porque a imprensa tem a capacidade de atuar como olhos e voz independentes no acompanhamento das políticas públicas – ou seja, dos programas, dos projetos e das ações que tenham como foco setores considerados de interesse da sociedade, como aqueles direcionados à proteção de crianças e adolescentes explorados ou abusados sexualmente.

Essa prática dos meios de comunicação é chamada pelos especialistas de “papel fiscalizador”. Usa-se muitas vezes o termo “cão de guarda” (o mesmo que *watchdog*, na tradição dos estudos de mídia realizados nos Estados Unidos e na Inglaterra), para indicar o potencial da mídia em alertar a sociedade sobre equívocos e também acertos dos governos.

De maneira geral, denúncias contra o Estado divulgadas na mídia tendem a apresentar resultados mais rápidos. Essa função fiscalizadora também contribui para que desrespeitos aos direitos humanos, em grande escala, não aconteçam com frequência. Em seu argumento clássico, o prêmio Nobel de Economia Amartya Sen afirma que democracias nas quais a imprensa é livre não registram episódios massivos de fome, porque as notícias veiculadas

gerariam uma crítica tão grande na sociedade que enfraqueceria demais o governo.

A imprensa, entretanto, é capaz de fazer mais do que denunciar as atitudes governamentais antiéticas ou corruptas: ela tem condições de investigar a fundo, promovendo a análise dos fatos. Assim, pode verificar se os resultados das políticas públicas cumprem com as expectativas e promessas, se sua gestão é eficaz – tanto do ponto de vista do alcance como da justiça social que deveriam promover – e se é correta a utilização dos recursos financeiros. Trata-se do chamado “jornalismo investigativo”.

Dele espera-se também que permita espaço para as opiniões das populações que são foco de determinada política pública. Vale dizer: dar espaço à voz desses cidadãos e cidadãs significa legitimá-los como atores do próprio processo de definição e implementação das políticas, construindo-lhes uma identidade ativa, contrária à imagem de passivos “beneficiários” (cuja noção esconde a idéia de que políticas sociais são “favores” dos governantes e das elites para com a população mais necessitada) ou de “vítimas” (no caso da ausência de tais políticas ou de consequências daquelas mal elaboradas/implementadas).

Essa relevante atuação da imprensa, entretanto, não deve se restringir ao âmbito das ações governamentais. Outros atores, como empresas e organizações sociais, também devem estar sob a atenção dos meios de comunicação. Dessa forma, ao contribuir para o alargamento das fronteiras do debate público, o jornalismo investigativo estimula que a população passe a cobrar e a incentivar a responsabilidade social dos diferentes setores da sociedade.



Fiscalização

“A mídia pode expor a corrupção, assim como pode monitorar as políticas públicas, ao manter as ações governamentais sob os holofotes. Ela permite que as pessoas expressem opiniões distintas sobre governança e reforma, além de contribuir para a construção de consensos públicos para alcançar mudanças”.

James D. Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial

LIMITES DO JORNALISMO

PROBLEMAS FINANCEIROS E A URGÊNCIA DAS REDAÇÕES TÊM DIFICULTADO UMA PRÁTICA MAIS CONSTANTE DO JORNALISMO INVESTIGATIVO NO BRASIL. DE ACORDO COM MARCELO BERABA, UM DOS DIRETORES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI), A FORMA COMO OS RECURSOS DAS REDAÇÕES SÃO ADMINISTRADOS ACABA POR PUNIR A REPORTAGEM FOCADA NA BUSCA POR INFORMAÇÃO EXCLUSIVA. PARA BERABA, NÃO SE DEVE ESQUECER QUE “O LUGAR DO REPÓRTER É A RUA”.

Além dos desafios operacionais, Marcelo Beraba destaca outras limitações que hoje interferem diretamente na prática do jornalismo investigativo: “A falta de experiência, de preparo e de conhecimentos técnicos é um de nossos grandes problemas atuais. Existem poucos profissionais com as condições técnicas e a formação adequada para fazer reportagens investigativas que possam ser contestadas, mas não desmentidas”, aponta no artigo “Plagas en los reportajes” (Pragas nas reportagens), publicado no sítio do Centro de Periodistas de Investigación, do México.

É importante lembrar que nada atrai mais um jornalista do que uma boa notícia. Mas os critérios que definem o que é ou não notícia são múltiplos. Normalmente, envolvem atualidade (de preferência, o “ineditismo”) e impacto na vida das pessoas. Pode-se indagar, com pertinência, porém, qual a razão de existirem tantos fatos atuais e relevantes para centenas, milhares, às vezes milhões de pessoas, e que, no entanto, estão fora dos veículos noticiosos de comunicação.

Evidentemente, a imprensa não cobre tudo, não noticia tudo. Espere-se que muito raramente isso ocorra por conflitos de interesse entre a independência essencial ao jornalismo e as inevitáveis relações comerciais, políticas ou de amizade entre os proprietários dos meios e outros atores

sociais. Empresários de comunicação têm também negócios em outros ramos. Quase sempre o jornalismo é produto da iniciativa privada, e sua função pública necessariamente sai ferida quando interesses privados a ela se sobrepõem.

Além desses problemas de maior gravidade, é possível entender que uma omissão possa ocorrer por descuido e, até mesmo, por desinteresse. Entretanto, na maioria das vezes as lacunas ocorrem por falta de tempo do repórter, de espaço para publicação ou de recursos humanos e financeiros para ampliar o leque de temas cobertos. Daí a multiplicação de produtos informativos especializados para segmentos também específicos de públicos (negócios, esportes, cultura, agricultura, moda, saúde...).

A qualidade

Se a razão de uma baixa qualidade ou quantidade de cobertura é o desinteresse da imprensa, a tarefa de reposicionar um tema diante das redações é árdua. Na maioria das vezes, os atores sociais interessados – ou seja, os “ativistas” daquela causa – necessitam criar mobilizações que em si mesmas representem fato social relevante (“não bastam dados, é preciso fatos; não bastam fatos, é preciso dados”). Dessa forma, questões que são normalmente consideradas áridas para a cobertura jornalística acabam ganhando notoriedade.

Quando, entretanto, se reconhece que o problema é a falta de tempo para a reportagem ou a carência de recursos financeiros ou, ainda, o baixo conhecimento técnico dos jornalistas sobre o assunto – eventualmente, dois ou mais desses fatores associados –, pode-se então buscar maneiras de efetivar “alianças” (colaborações) com profissionais e com os meios. Neste aspecto, vale observar como o Concurso Tim Lopes eleva o *status* do tema “exploração sexual de crianças” nas redações, jogando luz sobre grandes pautas jornalísticas; como coopera financeiramente para

facilitar viagens e outros custos de investigação; como oferece qualificação técnica; e como gera entusiasmo entre os profissionais da notícia.

O aspecto financeiro não é uma questão menor. Como se sabe, a grande imprensa depende de anúncios para sobreviver. É a publicidade que a sustenta. Portanto, a mídia também está sujeita aos altos e baixos do mercado. Em tempos de recessão, muitas empresas jornalísticas demitem pessoal. Nem sempre conseguem ou decidem recontratá-lo passada a crise. Antes de dispensar profissionais, porém, a maioria das empresas prefere fazer outros cortes. As opções variam desde a redução do número de páginas da revista ou do jornal (o que acaba implicando redução de espaço para as matérias) até a diminuição ou mesmo a interrupção de viagens a trabalho (o que pode resultar em menos reportagens que demandam investigação mais apurada).

Investindo no conhecimento

Conforme aponta Marcelo Beraba, da Abraji, não podemos nos esquecer também que há temáticas diante das quais muitos jornalistas se sentem despreparados – como ocorre frequentemente com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Quando é baixo o conhecimento técnico sobre assuntos complexos, obviamente isso interfere na qualidade das reportagens. No caso do Concurso Tim Lopes este problema é enfrentado por duas vias: de um lado os jornalistas precisam de um mínimo de pesquisa antes de postular uma proposta de investigação; por outro, a estrutura do Concurso garante um plantão técnico de alto nível que os acompanha em todas as etapas de apuração.

Todos os fatores discutidos aqui, vale sublinhar, podem vir a limitar a eficiência do trabalho da imprensa. Daí a importância de se ter a compreensão da realidade do mundo jornalístico antes de abordar e tentar mobilizar os profissionais de redação para tratar de determinados temas, por mais importantes que estes possam parecer para uma organização ou um grupo social – e mesmo para os próprios jornalistas. ●

INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Com dimensão continental, múltiplo em culturas e carente de informação qualificada sobre uma série de temas, o Brasil apresenta-se à imprensa como imenso quebra-cabeças. Nesse cenário, não faltam circunstâncias específicas, nem sempre favoráveis, que o jornalismo necessita enfrentar - entre elas, as interferências políticas. Levantamento do Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação (Epcom), de 2008, revela que 271 políticos brasileiros são sócios ou diretores de 348 emissoras de radiodifusão. Destes, 147 são prefeitos (54,2%), 48 (17,7%) são deputados federais, 20 (7,3%) são senadores, 55 (20,3%) são deputados estaduais, e um é governador. Esses números referem-se somente aos políticos que têm vínculo oficial com veículos de comunicação. Não estão nessa conta as relações indiretas, como a posse

apenas formal de um veículo por parente ou outra pessoa ligada ao político.

E não são apenas de natureza política os interesses que podem limitar o pleno exercício do jornalismo em nosso país. Há igualmente interesses econômicos que o coíbem - quando, por exemplo, a publicidade assume peso maior do que o legítimo e necessário no processo de produção do noticiário ou quando poderes paramilitares ou paraestatais interferem no direito à informação, como se deu de forma emblemática no episódio do assassinato do repórter Tim Lopes, não por acaso homenageado no concurso de jornalismo investigativo da ANDI e da Childhood Brasil. Todos esses fatores - e outros mais - contribuem para que a prática da reportagem de profundidade constitua-se em desafio e, por vezes, em inviabilidade no Brasil.

2

Sobre o Concurso

AO CONTRÁRIO DO QUE REZA A TRADIÇÃO, O PRÊMIO OFERECIDO PELO CONCURSO TIM LOPES RECONHECE E APÓIA O QUE É AINDA UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA, E NÃO A REPORTAGEM JÁ VEICULADA. SENDO ASSIM, SUPERAM-SE OS LIMITES DA PRODUÇÃO APRESSADA E SEM RECURSOS, APRIMORANDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO.

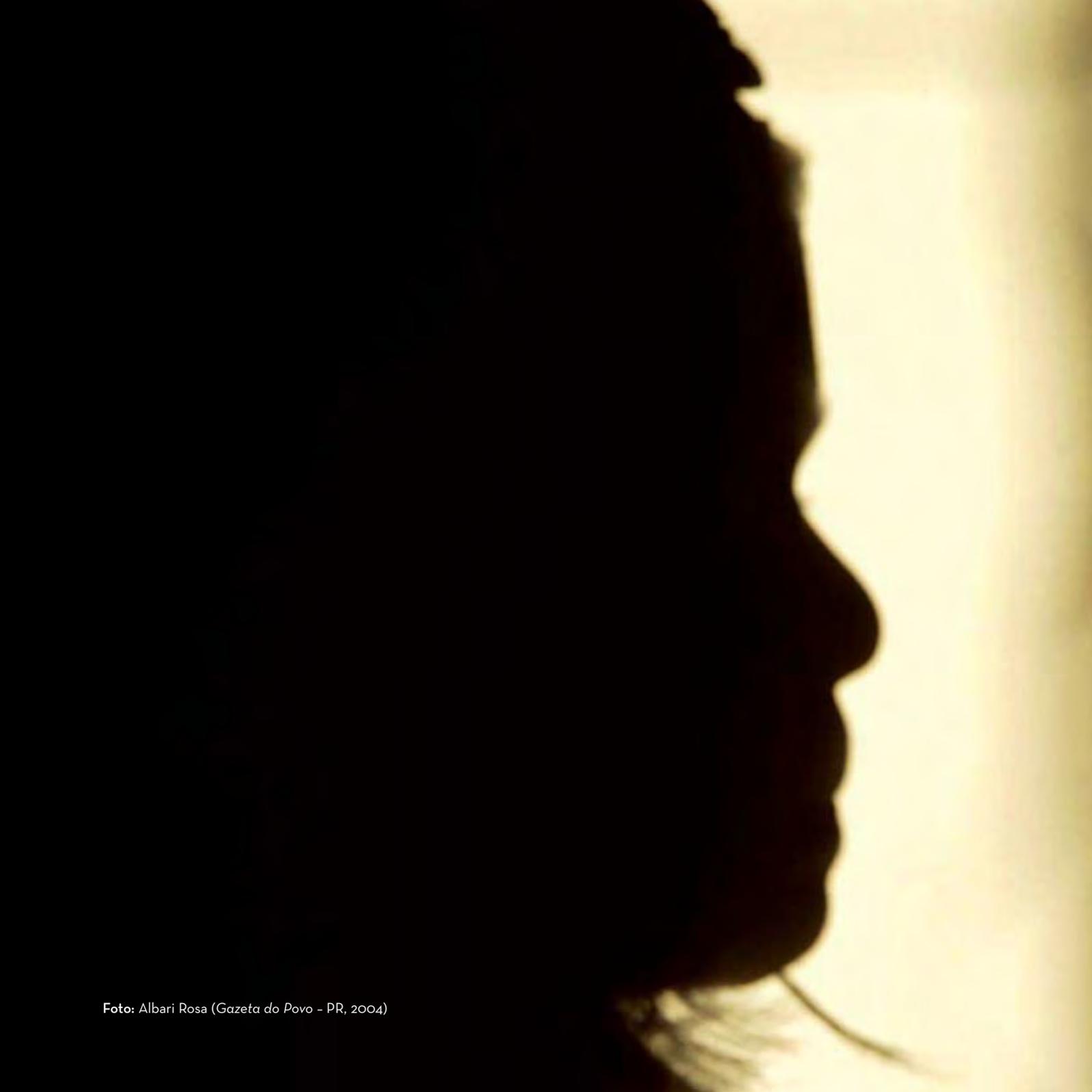
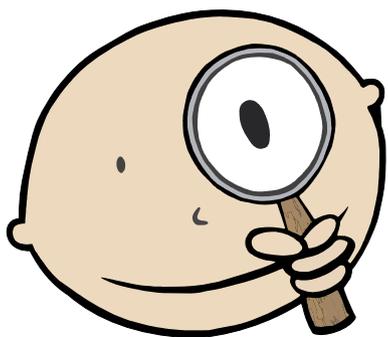


Foto: Albari Rosa (Gazeta do Povo - PR, 2004)



Jornalismo além dos fatos

Quando se quer modificar uma determinada situação, supõe-se que o primeiro passo deve ser entender de fato o contexto que se pretende influenciar.

Compreender o que realmente significa um concurso de projetos de reportagens na realidade cotidiana dos repórteres e das empresas de comunicação envolve, antes de tudo, conhecer as especificidades do mundo do jornalismo. Como de resto nas demais profissões, esse universo tem suas peculiaridades: jargões, *modus operandi*, limites, potenciais, virtudes e, sobretudo, uma ética própria.

É preciso saber o que funciona ou não no ambiente jornalístico. Mais que isso, é preciso perceber por que não funciona tão bem o que poderia funcionar melhor. Será que são, jornalistas e donos de meios de comunicação, partícipes de um complô contra a justiça social? Quais seus verdadeiros limites? Quais os limites dos meios noticiosos enquanto empresas com fins lucrativos? Até onde chegam as fronteiras do jornalismo, em um mundo no qual a cada dia é maior a segmentação dos interesses e, portanto, a complexidade do tecido social que a imprensa deve traduzir para sua audiência?

Essa percepção da realidade e uma dose de boa vontade certamente ajudam no momento de se conceber uma estratégia de colaboração. No caso do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, para obter a atenção, a confiança e, enfim, a parceria dos jornalistas, a ANDI e a Childhood Brasil, assim como as demais entidades associadas, concentram-se em “oferecer”, mais do que em “pedir”: oferecer melhores condições de investigação, melhores condições para o exercício mesmo da profissão.

Desde seu lançamento, a iniciativa tem estimulado o interesse da imprensa brasileira pela oportunidade de produzir reportagens abrangentes e profundas, que revelem a realidade da violência sexual contra crianças e jovens do país. Para isso, buscou uma abordagem diferente. Em vez de premiar matérias já veiculadas, optou por reconhecer as melhores propostas de reportagem, os mais promissores projetos para futura investigação – ou pautas, no jargão jornalístico. Cientes das dificuldades cada vez maiores das empresas em investir em trabalhos que demandam tempo das equipes e viagens de custo significativo, as entidades que promovem e apóiam o Concurso Tim Lopes oferecem recursos financeiros que viabilizam as investigações. E ainda mais: dispõem de permanente consultoria técnica sobre o tema.

“Até onde eu sei, o Concurso Tim Lopes foi o primeiro a investir na produção das matérias. Isso é muito importante para um jornal porque dá condições de a reportagem ser realizada”, diz Ana Dubeux, editora-chefe do *Correio Braziliense*. O jornalista José Rezende Júnior, calejado por 20 anos de profissão, complementa: “O apoio financeiro e técnico é fundamental, sobretudo nesse momento em que a grande imprensa, via de regra, quase não investe na reportagem, optando por matérias declaratórias”.

Ana Márcia Diógenes, oficial de comunicação do Unicef para Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, considera que um dos aspectos mais significativos do prêmio é o duplo incentivo: técnico e financeiro. “Ele cerca – no bom sentido – toda a produção do material. Assim, garante o apoio necessário aos profissionais envolvidos na investigação”, constata.

APRIMORANDO O DEBATE

O Concurso Tim Lopes é uma espécie de resposta ao retrato exposto no livro *O Grito dos Inocentes*. A análise de 718 matérias sobre abuso e exploração sexual infanto-juvenil publicadas nos 49 diários de maior circulação do país, ao longo de 2000 e no primeiro semestre de 2001, mostrou que, apesar de alguns exemplos de jornalismo de excelente qualidade, de maneira geral a imprensa deixava a desejar tanto quantitativa quanto qualitativamente.

- 67,5% das matérias apresentadas tinham o factual como ponto de partida - quase sempre, isso significava retratar um ato violento, mas sem discutir aspectos relacionados às causas, às conseqüências e às possíveis soluções para o fenômeno.
- Só 8,3% discutiam o assunto de forma abrangente, procurando oferecer maior contextualização.

- Somente 13,4% traziam dados estatísticos, essenciais para uma compreensão das reais dimensões e características da violência sexual.
- Apenas 7,5% dos textos mencionavam o Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo assim para uma abordagem do tema a partir de uma perspectiva dos direitos humanos.
- Cerca de 18,2% das reportagens discutiam causas do problema, sendo que apenas 10,5% delas tratavam o fenômeno a partir de uma perspectiva de cunho social e psicológico.
- Quase 30% dos textos apresentavam fontes policiais como geradoras daquelas pautas.

(Veja no Capítulo 5 como alguns destes indicadores se modificaram ao longo dos últimos anos)

A origem do prêmio

A idéia de realizar um concurso capaz de chamar a atenção da imprensa e da sociedade brasileira para o grave fenômeno da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes foi consequência natural de diversas atividades elaboradas pela ANDI com o propósito de sensibilizar e estimular os jornalistas diante do tema. Boa parcela dessas iniciativas já acontecia no âmbito da parceria com a Childhood Brasil, estabelecida logo no início dos anos 2000.

“Em uma reunião, surgiu a proposta de se desenvolver um debate a partir da análise da cobertura da mídia sobre os mais diversos aspectos da questão”, lembra Carlos Ely Souto de Abreu, gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI. Daí se originou um estudo quanti-qualitativo da produção de aproximadamente 50 diários brasileiros e ocorreram cinco encontros regionais para discutir seus resultados com profissionais das redações e atores sociais ligados à causa, realizados no Paraná, em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco e no Amazonas.

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística insere-se, portanto, nesse processo. A primeira edição do prêmio, em 2002, selou a parceria entre a ANDI e a Childhood Brasil e agregou o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Desde o lançamento, já foram realizadas quatro edições: 2002, 2004, 2006 e 2008. O tema é sempre a violência sexual contra crianças e adolescentes

Dessas atividades iniciais surgiu também *O Grito dos Inocentes – Os Meios de Comunicação e a Violência contra Crianças e Adolescentes*, obra integrante da série *Mídia e Mobilização Social*. Publicado pela ANDI, Childhood Brasil e Cortez Editora com o apoio do Instituto Ayrton Senna, Fundação Arcor e Unicef, o livro ainda hoje é referência tanto nas redações quanto nas faculdades de jornalismo, quando a cobertura do fenômeno está no foco dos debates.



O HOMEM POR TRÁS DO NOME

Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento era daqueles jornalistas corajosos, como não se encontra tão facilmente. Embora produtor da Rede Globo desde 1996, não era figura carimbada nas telas de tevê e, por isso mesmo, conseguia penetrar, anônimo, onde outros jornalistas normalmente não pisariam sem chamar a atenção. Obtinha, então, informações raras. Em 2 de junho de 2002, aos 51 anos de idade, ele desapareceu quando perseguia pistas do tráfico de drogas e da exploração sexual infanto-juvenil no Rio de Janeiro. Depoimentos colhidos pela polícia entre os próprios traficantes indicam que ele foi torturado e morto por quem temia ser alvo de suas denúncias.

Trajétoria profissional - Gaúcho da cidade de Pelotas, apesar de parecer carioca da gema, Tim Lopes construiu sua carreira no Rio de Janeiro, onde se formou na Faculdade Hélio Alonso. Dedicado ao jornalismo

investigativo, arrebatou um rol de prêmios, entre eles o Esso de 2001 - em equipe - pela reportagem "Feirão das Drogas". Usando uma câmera escondida, denunciou o livre comércio de drogas no Complexo do Morro do Alemão. Foi o primeiro prêmio Esso concedido à categoria Televisão.

Recebeu ainda o 11º e o 12º Prêmio Abril de Jornalismo na categoria Atualidades pelas matérias "Tricolor de Coração", publicada na revista *Placar* de dezembro de 1985, e "Amizade sem Limite", de maio de 1986. Em fevereiro de 1994, recebeu prêmio de melhor reportagem do jornal *O Dia* pela série "Funk: som, alegria e terror" - ironicamente, o mesmo tema de sua última grande matéria na TV Globo. Essa é, em resumo, a história de um dos profissionais de imprensa mais respeitados do país, a quem o concurso de investigação jornalística da ANDI e da Childhood Brasil - com apoio da família Lopes - presta tributo.

brasileiros, justamente pela gravidade e pelo desafio que a questão representa tanto para os setores públicos quanto para a sociedade civil e a própria imprensa. A proposta, portanto, é potencializar as visões e experiências do jornalismo com foco nos direitos humanos, na democracia e no desenvolvimento e, assim, fazer o que o senso comum denomina “bom jornalismo”.

A gestação da idéia do Concurso levou pouco mais de nove meses. “A ANDI tinha como base uma boa análise do cenário. Ainda assim, não estávamos em condições de garantir sucesso absoluto à iniciativa, o que é inerente às ações inovadoras ou pioneiras”, reconhece Veet Vivarta, secretário executivo da Agência. Unanimidade, realmente, havia em torno do tema central. Mas estava claro também que os objetivos do concurso precisavam manter relação estreita com os compromissos dos parceiros e apoiadores, historicamente focalizados em mobilizar a sociedade com o fim de promover e garantir os direitos da infância e adolescência brasileiras e/ou com a idéia de estimular jornalistas e meios de comunicação para a cobertura da agenda social e do desenvolvimento humano.

“Era necessário conciliar, de um lado, os interesses do jornalista, preocupado com os valores-notícia e a independência profissional, e, de outro, os da sociedade civil, dedicada a transformar a realidade a partir do reconhecimento de que o fenômeno atinge diretamente milhões de garotos e garotas. Assim, o Concurso funcionou como um catalisador, e esta, na minha opinião, foi sua maior e mais importante inovação”, afirma Daniel Gonçalves de Oliveira, coordenador do processo no âmbito da ANDI, na edição de 2004 e em parte da de 2006.

Liberdade, confiança e apoio

Ao longo das quatro primeiras edições já realizadas, a dinâmica do Concurso Tim Lopes envolveu mais de 60 repórteres, editores, fotógrafos e cinegrafistas, além de dezenas de estudantes universitários, prontos a desvendar histórias tão reais quanto dramáticas de meninos e meninas. O

trabalho implicou embrenharem-se por um sem-número de leis, projetos, estudos, pesquisas, teses, estatísticas, políticas públicas, inquéritos policiais, processos judiciais, instituições de proteção e redes criminosas, não raro pisando territórios de risco.

Tudo isso significou também percorrer o Brasil de ponta a ponta, da Amazônia aos pampas sulistas, e ir além das fronteiras nacionais – Guiana Francesa, Suriname, Paraguai, Portugal e Espanha. Em um país como o Brasil, onde 59,5 milhões de habitantes têm menos de 18 anos de idade e o problema da violência infanto-juvenil ainda não é devidamente quantificado, os jornalistas tiveram a oportunidade de investigar a fundo, descobrindo e revelando situações que exigem ação direta e concertada de governos, sociedade civil, setor privado e também de cada cidadão ou cidadã.

Consultoria especializada

Uma das mais relevantes inovações do Concurso Tim Lopes está em dispor um consultor aos jornalistas vencedores. A idéia surgiu a partir do reconhecimento de que, no processo de apuração, costuma haver a necessidade de o repórter compreender mais profundamente o tema e as situações que o envolvem. “Desde o início, definimos que essa pessoa não poderia direcionar o trabalho, e sim contribuir, mas sabíamos também que essa linha divisória era muito tênue”, observa Ana Maria Drummond, diretora executiva da Childhood Brasil. “Tratava-se de uma experiência no mínimo inédita no jornalismo brasileiro”, acredita Vivarta. A resistência dos profissionais acabou sendo menor do que o esperado na primeira edição e, atualmente, a consultoria se encontra assimilada. “Podemos dizer que ela funciona como uma fonte de informações especial”, resume Oliveira.

A primeira escolhida para desempenhar a função de consultora dos jornalistas foi a socióloga Marlene Vaz. Pós-graduada em Pesquisa Social, estudiosa do tema há várias décadas e uma das integrantes da equipe técnica de organização do Plano Nacional de Enfrentamento



à Violência Sexual Infanto-Juvenil, ela apresentava as vantagens de já prestar consultoria para um rol de entidades e ter coordenado um programa de rádio. Mas sua vasta experiência de contato com repórteres – que a procuram constantemente para entrevistas – talvez a tenha ajudado, mais do que todos os seus títulos, a cumprir a missão sem ferir suscetibilidades.

Na avaliação de Ana Drummond, tudo isso colaborou para que o Concurso se tornasse uma espécie de “divisor de águas”. Hoje, está em estudo a possibilidade de expandir seu alcance para outros países. Mas desde já seu modelo serviu de inspiração para uma iniciativa semelhante, realizada em âmbito latino-americano, pela Fundação Avina – as Bolsas de Jornalismo Investigativo para o Desenvolvimento Sustentável, hoje em sua segunda edição.

Evolução na abordagem

Na primeira edição, em 2002, a maior parte dos projetos inscritos ainda não alcançava a abrangência encontrada nas propostas apresentadas mais recentemente. De qualquer forma, o júri não teve dificuldades em identificar idéias criativas e viáveis. A experiência inicial permitiu implementar algumas alterações para as edições seguintes. Em 2004, por exemplo, os candidatos passaram a preencher um formulário, garantindo que fossem explicitadas características essenciais do processo de investigação planejado. Dois anos depois, foi introduzida uma nova modalidade, a de Temática Especial, que a cada edição assegura foco para uma das prioridades nacionais em relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2006, o assunto escolhido

Bolsas Avina

Com a mesma perspectiva do Concurso Tim Lopes, nasceu em 2006 o projeto Bolsas Avina de Investigação Jornalística para o Desenvolvimento Sustentável. A diferença da iniciativa é simplesmente estrutural: de um lado, porque as bolsas têm alcance global (podem inscrever-se jornalistas de todo o mundo, desde que o campo de investigação seja a América Latina) e, de outro, porque estimulam reportagens em quatro grandes áreas temáticas que compõem uma espécie de equação para o conceito de desenvolvimento sustentável na visão da Fundação Avina: a governabilidade democrática, a conservação de recursos naturais, a equidade e o desenvolvimento econômico em harmonia com a cultura dos povos e com a conservação dos recursos naturais.

“Sem dúvida alguma, as Bolsas Avina são inspiradas na boa experiência do Concurso Tim Lopes que moldamos na ANDI”, afirma Geraldinho Vieira – criador das bolsas. Diretor de comunicações da fundação entre 2005 e 2008; ele foi diretor executivo e atualmente é vice-presidente da ANDI.

foi a exploração sexual comercial nas rodovias; em 2008, a atenção esteve voltada para o tráfico de meninos e meninas para fins de exploração.

A dinâmica central do Concurso, entretanto, manteve-se inalterada nas quatro edições. Na fase de inscrição, o próprio jornalista discute suas idéias com os editores – e sem a interferência da ANDI. “Nós nos colocamos disponíveis para esclarecimentos, mas evitamos envolvimento nas negociações que ocorrem nas redações; nem haveria razão para isso”, esclarece Carlos Ely.

Um outro aspecto relevante é que, apesar dos recursos financeiros repassados aos vencedores, não se exige termo de compromisso quanto aos resultados finais do trabalho. Além disso, está estabelecido no regulamento que tanto o profissional quanto o veículo desfrutam de ampla liberdade investigativa e editorial. E, como não poderia deixar de ser, os organizadores não demandam fazer qualquer avaliação prévia do material produzido antes de sua veiculação. “É um legítimo contrato de risco, uma espécie de aliança baseada em parâmetros claros e em confiança, por parte de todos os envolvidos”, explica Daniel Oliveira (*veja mais na página 36, no quadro Regras do jogo*).

É um risco calculado, como faz questão de observar Veet Vivarta. A criteriosa escolha dos projetos vencedores, o investimento nos processos de preparação e o apoio aos profissionais enquanto realizam as reportagens tendem a reduzir eventuais equívocos e falhas. Este respeito pela lógica de trabalho da imprensa fica ainda mais evidente diante do fato de que os organizadores do Concurso não alimentam qualquer intenção de transformar jornalistas em especialistas ou militantes da causa – isto mesmo quando alguns vencedores acabaram espontaneamente cumprindo papel de porta-vozes do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes (ou seja, transcenderam os limites de uma suposta “objetividade jornalística”). “Já existem muitos especialistas e militantes sociais. O que nós precisamos é de mais jornalistas fazendo bom jornalismo. Nunca pretendemos montar uma organização não-governamental ou um clube a partir do Concurso Tim Lopes, mas apenas contribuir para a formação de profissionais bem informados sobre o

assunto e capazes de produzir investigações de qualidade sobre o tema”, esclarece Vivarta.

Amplos impactos

Embora sem o compromisso de moldar o que Vivarta chama de “monumentos de perfeição jornalística”, os parceiros responsáveis pelo Concurso festejam resultados além do esperado, como se ocorresse uma espécie de “contaminação” dos profissionais da notícia pelo tema. A maioria das matérias superou a proposta inicialmente apresentada ao júri, seja no que se refere ao foco e ao alcance da investigação, seja em relação ao espaço dedicado à sua veiculação. Muitas também geraram novas notícias e reportagens, prolongando o período de visibilidade do assunto na mídia. E algumas acabaram sendo veiculadas por outros meios pertencentes ao grupo de comunicação ao qual o jornalista vencedor estava vinculado.

O impacto que muitas reportagens tiveram sobre a sociedade e o fato de que várias delas terminaram conquistando outros prêmios jornalísticos, tanto no Brasil quanto no âmbito latino-americano, tampouco estavam no *script* original.

Finalmente, é possível deduzir que o Concurso Tim Lopes também vem contribuindo para um importante processo – ainda que lento e gradual – de qualificação do material produzido cotidianamente pelos meios de comunicação brasileiros. Ao longo dos últimos anos, as análises que a ANDI realiza sobre a cobertura que jornais das mais diversas regiões do país dedicam à violência sexual registram tendência de evolução, conforme deixam claros os dados que publicamos no capítulo *Análise da Mídia*, na página 110. ●



Trabalho contínuo

“O Concurso é realizado a cada dois anos, mas o processo não hiberna na ‘entresafra’. Sempre existem demandas, como atender aos jornalistas que participaram da experiência e buscam indicação de fontes de informação ou auxílio para avançar em outras investigações e abordagens.

Também é necessário incentivar novos profissionais para que inscrevam suas idéias nas próximas edições, além de manter o tema presente nas redações por meio de sugestões de pauta. O trabalho envolve ainda apoiar organizações sociais que lidam com a violência sexual no sentido de pensarem a comunicação como ferramenta estratégica”.

Carlos Ely Abreu, gerente do Núcleo de Mobilização da ANDI

UMA VERSÃO BRASILEIRA DO “JORNALISMO PÚBLICO”

O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística foi o objeto de análise da pesquisadora Gabriela Goulart em dissertação de mestrado intitulada *Cidadania em Pauta: O Papel dos Movimentos Sociais no Agendamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

No estudo, Goulart, que também é jornalista, aponta o Concurso como uma versão brasileira do chamado “jornalismo público” - modalidade de reportagem nascida nos anos 1990, nos Estados Unidos, que busca ouvir a sociedade a fim de compreender e dar visibilidade a questões que afetam diretamente a vida dos cidadãos e das cidadãs. Segundo explica a pesquisadora, muitas vezes essa metodologia de maior aproximação com o público agrega uma produção noticiosa que leva em consideração uma perspectiva de direitos humanos, pois os temas abordados a partir de tal escuta são normalmente os chamados “sociais” (meio ambiente incluído).

Novo diálogo - No Brasil, tal tendência de investigação social parece ganhar impulso a partir de uma atitude da sociedade civil organizada, cujos atores passam a trabalhar de forma eficaz para despertar a imprensa para a importância de determinados temas de interesse público. Para tanto, somou-se à conhecida (e essencial) prática de encaminhar denúncias um novo tipo de diálogo com os jornalistas: o apoio de fato às coberturas, mediante melhor sistematização de dados, acesso a fontes de informação qualificadas e, principalmente, orientações técnicas precisas em relação aos contextos social, político, cultural e econômico dos fatos.

Gabriela Goulart parte, portanto, do princípio de que a modalidade de jornalismo público desenvolvido no âmbito do Concurso estaria fazendo um resgate do jornalismo investigativo. “Minha proposta centrou-se em analisar o papel exercido pelos movimentos sociais junto à imprensa com o objetivo de contribuir para uma cobertura qualificada sobre temas ligados à cidadania”, explica.

O estudo procura identificar quais são as estratégias mais eficazes para garantir a visibilidade da questão da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes nos meios de comunicação e qual é seu impacto junto à sociedade. O foco sobre o Concurso Tim Lopes deve-se à peculiaridade dessa iniciativa: “Foi o primeiro prêmio a investir na produção das matérias a partir do compromisso conjunto de jornalistas e meios de comunicação com os procedimentos de investigação (dedicação de tempo, entre eles) e a conseqüente publicação do material; e apostando ainda no diálogo bastante raro entre o profissional de imprensa e uma consultoria técnica especializada”, lembra.

Reflexos na sociedade – Ressalta ainda a pesquisadora que tanto a qualidade quanto o espaço ocupado pelas reportagens que resultaram dos projetos premiados representam diferencial positivo se comparados à produção geral da imprensa brasileira. “É um exemplo de como a sociedade agenda a mídia e, nesse sentido, trata-se de uma experiência revolucionária”.

Gabriela Goulart argumenta que a investigação de temáticas sociais exige uma postura diferenciada, por parte do profissional, que extrapola o convencional trabalho de apuração-redação-edição e acaba contribuindo diretamente para a busca de possíveis soluções para o tema em pauta.

Converge nesta direção o pesquisador brasileiro Luiz Gonzaga Motta, professor da UnB. Em sua obra *Pesquisa em Jornalismo no Brasil: O confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico*, Motta destaca o potencial transformador do jornalista nesse âmbito: “Para compreender os procedimentos adotados pelo Concurso Tim Lopes, é fundamental reconhecer a importância do jornalista nas negociações dentro das empresas de comunicação e o seu potencial transformador. É com o jornalista que a ANDI estabelece um contato periódico para sugerir pautas, abordagens e fontes de informação. No novo paradigma, o jornalismo é visto não como uma ‘indústria da consciência’, mas como parte de um espaço que pode ceder às pressões, dependendo da conjuntura”.

REGRAS DO JOGO

Repórteres, chefes de reportagem, editores ou editores executivos que trabalhem em empresas de comunicação brasileiras com sede em território nacional podem apresentar projetos ao Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. Os formulários de inscrição são encaminhados à ANDI juntamente com uma carta registrada em cartório com a anuência da direção ou da presidência da empresa.

Cada candidato pode inscrever uma ou mais propostas de investigação jornalística, individualmente ou em equipe. No caso de inscrição coletiva, além do nome do responsável pela inscrição, podem constar os nomes dos demais profissionais que se propõem a participar da reportagem.

O Concurso conta com cinco categorias: Imprensa, Rádio, Televisão, Mídia Alternativa e Temática Especial. A proposta vencedora em cada uma dessas categorias recebe uma Bolsa de Incentivo à Investigação para a confecção da reportagem. Os jornalistas selecionados dispõem ainda de apoio técnico de especialista na área e, após a divulgação das reportagens, recebem prêmio em dinheiro.

O júri é formado por representantes das organizações parceiras do Concurso, por especialistas e por jornalistas que tenham experiência na cobertura dessas temáticas.

Os projetos apresentados são julgados conforme os seguintes critérios:

- contribuição efetiva para a revelação e a contextualização de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais relevantes ao melhor entendimento das questões que envolvem o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes;
- amplitude do debate em torno das soluções para essa realidade;
- desenvolvimento de uma ótica jornalística inspirada na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- amplitude e relevância da investigação;
- utilização de recursos com pesquisas e viagens;
- diversidade de fontes ouvidas e
- espaço de publicação ou veiculação (tama-

nho da reportagem ou da série, horário de exibição e alcance do meio de comunicação em sua área de atuação).

Premiação – Os recursos são entregues em duas etapas. Em um primeiro momento, os responsáveis pelas propostas vencedoras recebem Bolsas de Incentivo à Investigação nos valores apresentados a seguir (relativos ao ano de 2008):

- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser publicada em mídia impressa;
- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada em emissora de rádio;
- R\$ 16.000,00 para proposta de investigação a ser veiculada em televisão;
- R\$ 10.500,00 para proposta de investigação a ser veiculada ou publicada em mídia alternativa; e
- R\$ 10.500,00 ou R\$ 16.000,00 para proposta de investigação para a categoria “Temática Especial”, de acordo com a natureza do veículo.

Após a veiculação da reportagem, o jornalista responsável pela proposta vencedora de cada categoria recebe um prêmio no valor bruto de R\$ 3.000,00. Em caso de autoria coletiva, o prêmio é repassado ao profissional que assina a ficha de inscrição.

O regulamento do Concurso também indica um determinado período – geralmente, entre seis a dez semanas – ao longo do qual as reportagens resultantes das propostas vencedoras devem ser veiculadas. Nelas devem constar o selo relativo ao Concurso e uma nota de rodapé ou texto de locutor informando que a reportagem é vencedora do Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística e citando os realizadores e apoiadores do prêmio.

O jornalista responsável pela proposta vencedora presta contas à ANDI dos gastos realizados. Se o projeto de investigação não for concluído, os recursos deverão ser devolvidos à Agência. Na hipótese de o material jornalístico não ser publicado devido a conflitos de interesse com o veículo ou porque o jornalista desligou-se (ou foi desligado) da empresa que originalmente se comprometera com a investigação, o direito de autoria reserva-se ao jornalista que assina a ficha de inscrição. Assim, ele pode buscar oportunidade de veiculação para a reportagem em outro meio de comunicação.

Após seis meses do anúncio da premiação, todas as pautas premiadas que participaram do Concurso podem ser divulgadas pela ANDI, Childhood Brasil ou terceiros.

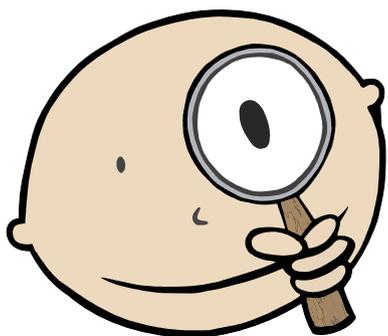
3

O Caminho da Reportagem

UMA HIPÓTESE DESAFIADORA, RICA EM ALTERNATIVAS, É O PRIMEIRO PASSO PARA UMA BOA INVESTIGAÇÃO. BOM PLANEJAMENTO E TRATAMENTO CUIDADOSO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO E DOS DADOS DURANTE A APURAÇÃO SERÃO FUNDAMENTAIS. SOMAM-SE A ESSAS CARACTERÍSTICAS A CAPACIDADE DOS REPÓRTERES DE LIDAR COM RISCOS, SUA PERSISTÊNCIA, A ORIGINALIDADE DO ENFOQUE, A NARRATIVA ATRAENTE E O BOM USO DE RECURSOS EDITORIAIS.



Foto: Fco Fontenele (O Povo - CE, 2006)



Como nasce uma pauta especial

Quem lê, ouve ou assiste a uma reportagem nem sempre consegue imaginar como ou de quem partiu a idéia. A verdade é que realmente não há regras. Uma proposta pode surgir tanto de uma simples conversa de bar quanto da leitura de jornais e revistas ou das agitadas reuniões de pauta dentro de um veículo de comunicação. Há situações – a maioria, talvez – em que a pauta tem como ponto de partida uma provocação externa ao meio jornalístico. É o caso do Concurso Tim Lopes, que propõe, estimula e apóia a cobertura do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. O desafio do participante é justamente planejar a melhor investigação: algo socialmente relevante, um ponto de vista original e uma trajetória viável da apuração dos fatos à veiculação da matéria.

Estar habitualmente envolvido na cobertura de políticas públicas ajuda, obviamente, a encontrar uma pauta com essas características. O repórter dessa área costuma ter acesso a informações sobre a situação dos direitos humanos no país e, por conseguinte, pode vislumbrar possibilidades de cobertura – denúncia, sobretudo – da violação desses direitos. O papel de “cão de guarda” – vigilante atento da execução (ou

não) das políticas públicas – que a imprensa busca cumprir está presente, como não poderia deixar de ser, em grande parte dos projetos apresentados ao Concurso Tim Lopes.

O plano de investigação de Érika Klingl, repórter do *Correio Braziliense*, jornal de maior circulação no Distrito Federal e de forte repercussão política, partiu de uma hipótese desafiadora: a relação entre exploração sexual infanto-juvenil e baixa escolaridade. Aparentemente, esta era uma associação lógica: uma criança submetida a tal situação, que muitas vezes a obriga a dormir tarde da noite, ou abandona a escola ou tem desempenho baixo. “E se essa relação não se comprovasse em números? Eu não podia arriscar”, questionou-se a repórter. Com o apoio do prêmio Tim Lopes (edição 2006), Klingl investigou, inicialmente, informações relacionadas à situação de 200 cidades. Mais tarde, com a reportagem já em andamento, fez o mesmo com mais de 500 municípios.

A jornalista precisou mergulhar fundo nas estatísticas, o que lhe custou madrugadas de trabalho. Comparando índices da Matriz Intersetorial de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com dados do Ministério da Educação, ela comprovou a existência de uma relação direta entre a evasão escolar, a distorção entre idade e série e a exploração sexual de meninos e meninas, como publicado na reportagem especial “Inocência Perdida”.

Indignação

Se, para Érika Klingl, o que moveu sua participação no Concurso foi a decisão de fortalecer sua vocação para a investigação de temáticas do campo social, para muitos jornalistas o estímulo tem sido a indignação diante de uma realidade dramática, às vezes trágica.

Jaqueline Almeida Ferreira é um exemplo. Certo dia, soube que uma índia de nove anos de idade estava grávida após ter sido estuprada. Apesar de trágico, o episódio teve escassa repercussão nos meios de comunicação à época. Produtora da TV Record em Belém do Pará, ela não teve dúvida sobre qual seria

O Movimento Estado de Paz é uma rede, composta por militantes de diversas organizações, que busca estimular avanços no campo da comunicação como forma de enfrentar o quadro de violências físicas e simbólicas no Brasil. É composto por duas esferas de articulação: uma que analisa a produção de dados sobre violências e a outra que difunde esses dados. Surgiu na Bahia a partir da indignação pelo assassinato da colonista Maristela Bouzas e se firmou pela consciência de que os comunicadores precisavam emitir outro tipo de mensagem se quisessem contribuir na luta em defesa dos direitos humanos e da vida.

sua pauta para concorrer ao Tim Lopes. Vencedora na categoria Televisão, a idéia foi concretizada em um trabalho conjunto com a colega Aline Passos na reportagem sobre violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas, veiculada em rede nacional no programa *Domingo Espetacular*, da Record.

“Uma indiazinha Apurinã deu à luz um bebê em uma cidade do interior do Amazonas. O caso foi pouco noticiado na tevê e apenas poucas linhas circularam em agências de notícias na internet. Interessei-me pelo assunto, apuramos mais e descobrimos que a polícia acreditava que a menina havia sido violentada por um grileiro da região. Depois, tivemos acesso a um relatório do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), que monitorava os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A partir daí, concluímos que o caso não era único”, lembra-se Alinne Passos em entrevista a Gabriela Goulart, autora de dissertação de mestrado sobre o Concurso Tim Lopes.

Impacto pessoal

Já para Suzana Varjão, a principal motivação para participar do Concurso foi uma trágica experiência pessoal. Editora do Caderno 2 (Artes e Variedades) do jornal baiano *A Tarde*, ela havia se chocado profundamente com o seqüestro, seguido de estupro e morte, de uma colega de redação em 2000. O episódio levou a jornalista a tornar-se uma das principais articuladoras do Fórum Comunitário de Combate à Violência e do Movimento Estado de Paz. O ativismo aproximou-a de Ricardo Mendes, que além do trabalho na imprensa era um dos responsáveis pela implementação da Agência Baiana de Notícias, da Faculdade Social da Bahia (FSBA). Mendes, por

sua vez, mantinha contato com a professora Rosana Zucolo, coordenadora do curso de Jornalismo da FSBA. Caminhos cruzados, e os três acabaram vencedores do Tim Lopes em 2002.

O elogiado “Nos Jardins da Infâmia”, portanto, foi fruto do inusitado consórcio que reuniu um movimento social (o Estado de Paz), uma faculdade (a FSBA) e uma empresa jornalística (o jornal *A Tarde*). Apresentada como suplemento especial de 12 páginas, a investigação revelou os principais personagens envolvidos no abuso e na exploração sexual de crianças e adolescentes na Bahia. Como não podia deixar de ser, expôs as implicações sociais e econômicas desse crime ao tratar da falta de políticas públicas e de legislação pertinente, além de focar as consequências para as vítimas e as medidas que devem ser tomadas para a superação dos traumas.

Pornografia infanto-juvenil na internet e pedofilia

Os repórteres Mário Simas Filho e Alan Rodrigues tiveram como ponto de partida a disseminação de um tipo de crime até então praticamente ignorado: a pornografia infantil na internet. Imagens de crianças brasileiras vinham sendo difundidas na rede mundial de computadores sem que alguém fosse responsabilizado pelo delito. Os jornalistas foram a campo para colher subsídios e montar a pauta, que viria a ser a vencedora na categoria Revista da segunda edição do Concurso Tim Lopes. O esforço resultou em uma série de três reportagens – “Perigo Digital”, “Bandido ou Doente?” e “Exemplo da Europa” – publicadas na revista *IstoÉ* em 2004. “O Brasil ocupava a 3ª colocação no péssimo *ranking* entre os países que mais abrigavam sítios pedófilos do mundo. Daí surgiu nosso interesse em denunciar essa vergonha”, afirma Alan Rodrigues na dissertação de mestrado de Gabriela Goulart. Na cobertura, descobriram que países como Portugal e Espanha “estavam muito à frente dos demais, e que o Brasil tem um código civil muito atrasado”, observa Rodrigues.

Já Ana Quezado e Wallace Lara, do Ceará, partiram de uma indagação: afinal, qual é o nível de preocupação dos governos com as populações

Embora tenha propósitos e regulamento bem definidos, o Concurso Tim Lopes prevê mudanças de curso. Isso é imprescindível quando se lida com um processo altamente sensível a imprevistos, como a busca pela informação mais correta e mais importante por trás das aparências. Pautas são pontos de partida. Não devem engessar o trabalho do repórter. Alterações de rota podem, inclusive, enriquecer e até superar a proposta inicial.

litorâneas do Nordeste – em especial com as crianças e os adolescentes – quando autorizam um empreendimento turístico? A questão veio à tona enquanto estudavam as condições de Fortaleza, um dos principais pólos de exploração sexual do turismo brasileiro. Proposta vencedora do prêmio em 2002, o resultado foi a reportagem “Infância Roubada”, veiculada na TV Verdes Mares, do Ceará. O grupo comparou os investimentos em infra-estrutura turística com as redes de combate à exploração sexual e deparou-se com novas possibilidades de enfoque. Ao estenderem a área de pesquisa para nove estados nordestinos e começarem a avaliar o impacto da violência sexual causada por quem vem de fora, perceberam que o problema era ainda mais complexo. As estatísticas deixavam claro que entre os maiores exploradores de crianças e adolescentes estavam os próprios habitantes das localidades. Foi necessário redimensionar o projeto.

Crime no lar

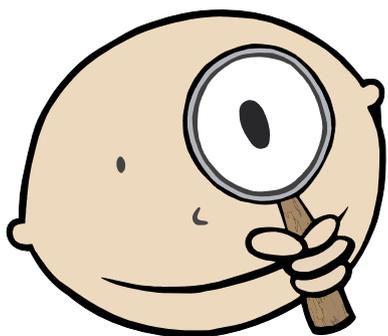
O tema da violência sexual contra crianças e adolescentes é, antes de tudo, uma questão política, como ajuda a comprovar a maioria dos projetos de reportagem vencedores do Concurso Tim Lopes. E quando esse crime se dá nas ruas, praças, estradas, entre outros espaços públicos, fica ainda mais evidente tal dimensão.

No entanto, há aspectos desse assunto que dizem respeito, primeiramente, ao âmbito privado. Muitas vezes, é no interior das casas, no seio das famílias, que têm lugar situações de abuso. Nesses casos, experiências individuais tendem a predominar sobre as estatísticas e o aspecto psicológico

sobressai, pois os lares deveriam ser portos seguros para meninos e meninas. Assim o crime, à primeira vista distante, quase abstrato, uma “questão social”, de repente ganha rosto, identidade, maior proximidade. Os participantes do Concurso Tim Lopes também têm demonstrado interesse em tratar o tema por esse ângulo, como demonstram as experiências a seguir.

As vencedoras da categoria Revista na primeira edição do Concurso, em 2002, subiram alguns degraus da escada social e lançaram luz sobre crimes de abuso sexual cometidos em famílias de classe média e alta. Pauta ousada, que rendeu bons frutos. Publicada na *Revista MTV*, a reportagem “Dormindo com o Inimigo”, de autoria das jornalistas Bia Sant’Anna e Mônica Beatriz Figueiredo, foi um convite para que os jovens refletissem sobre um tema muito pouco comentado entre o público de nível econômico mais elevado. A matéria mostrou que o abuso sexual pode estar presente em qualquer lugar, a qualquer hora e, sobretudo, em qualquer extrato social. Suas 14 páginas trazem também, entre outras informações importantes, depoimentos de garotas vítimas de abuso sexual – filhas da classe média elas revelam suas difíceis experiências. A leitura da matéria na *Revista MTV* certamente alertou jovens para o problema e talvez tenha encorajado outros a denunciar situações similares.

Já a equipe responsável pela série “Confissões de Família” – vencedora da categoria Jornal em 2002 e publicada no *Correio Braziliense* – acreditou em uma pauta que revelava os dois lados da moeda. As três jornalistas envolvidas no projeto optaram por uma abordagem inovadora: apresentar as marcas do abuso sexual tanto nas vítimas quanto nos agressores, dez anos depois de acontecido o crime. A reportagem procurou romper o tabu que cerca o abuso sexual dentro do ambiente familiar. No processo de investigação, Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira acabaram por revelar um dos eixos fundamentais relacionados ao tema, mas para o qual a sociedade ainda não confere a devida atenção: a necessidade de tratamento adequado e multidisciplinar tanto para as vítimas quanto para os agressores. ●



Antes de colocar o pé na estrada

Uma vez definida a pauta, o jornalista se prepara para a apuração. Como, em grande parte dos casos, esse é um trabalho coletivo, uma das primeiras providências da maioria dos participantes do Concurso foi justamente alinhar o conhecimento do grupo responsável por executar o projeto de reportagem. Organizaram-se, então, pequenos seminários, encontros com técnicos e entrevistas prévias com consultores. Isso sem mencionar as várias reuniões internas e as leituras obrigatórias de publicações ligadas ao tema.

Essa espécie de aquecimento sempre conseguiu afinar a equipe – mesmo que formada apenas de um repórter e um fotógrafo ou cinegrafista: foi possível discutir técnicas de abordagem, alternativas para produzir imagens sem expor os entrevistados, esmiuçar conceitos, avaliar os riscos a se enfrentar ao longo da investigação, debater dilemas éticos e até mesmo planejar o melhor uso de equipamentos (como câmeras e gravadores escondidos, por exemplo).

Um bom exemplo desse tipo de procedimento pode ser localizado junto à equipe da Radiobrás – vencedora da segunda edição do Concurso Tim Lopes na categoria Rádio, em 2004.

Antes da decolagem, foram realizadas muitas discussões sobre o assunto. “Houve uma preparação. Participamos de palestras com especialistas, entre eles a consultora da ANDI, Marlene Vaz”, conta a então chefe do departamento de rádio Márcia Detoni, ciente de que tal expediente é pouco comum nas redações (*veja mais sobre o assunto na página 57*).

Uma oficina com Marlene Vaz foi também o primeiro passo dos responsáveis pela preparação de 12 jovens do Núcleo de Jornalismo Experimental do curso de Comunicação da FSBA para desenvolver o sítio “Asas Feridas”, ganhador do Concurso na categoria Mídia Alternativa em 2004. Antes de encarar tema tão denso como o abuso sexual de meninos, os estudantes, entre outras atividades preparatórias, precisaram ler *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, obra editada pela ANDI. Nessa fase preliminar, as discussões giraram em torno dos conceitos, dos preconceitos, das palavras a serem usadas e evitadas, além da forma de abordar o assunto com as fontes sem as colocar em situação de vítimas mais uma vez, relata o professor Leandro Colling, que coordenou as reportagens junto com os colegas Walter Garcia e Rosana Zucolo.

Uma questão de prevenção

A equipe do “Asas Feridas” tinha como base experiência anterior, quando universitários da mesma faculdade participaram do suplemento “Nos Jardins da Infâmia”, vencedora da categoria Jornal e publicada no diário baiano *A Tarde* em 2002. Para capacitar esses estudantes, havia sido forma-

Normalmente, os repórteres ouvem especialistas para obter opiniões, análises ou avaliações sobre o material já conseguido no processo de apuração jornalística. Menos comum é ouvir os técnicos em um determinado assunto antes de se iniciar a investigação, de forma a obter orientação aprofundada sobre o objeto da pauta.

OFICINA DE QUALIFICAÇÃO

A pouca familiaridade com as especificidades que marcam o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes constitui, não raro, um dos principais desafios para os participantes do Concurso Tim Lopes. Questões como as terminologias, os diferentes conceitos relacionados ao tema, os cuidados necessários na hora de abordar crianças e adolescentes vítimas de violência, entre outros aspectos, costumam ser uma dificuldade adicional para jornalistas que entram em contato pela primeira vez com essa investigação.

Com o objetivo de auxiliar esses profissionais, a edição 2008 do Concurso trouxe uma importante inovação: a oferta de oficinas de qualificação – realizadas antes de os jornalistas darem início ao processo de produção das reportagens. A proposta é oferecer um contato mais amplo com conceitos e dados sobre o problema, contribuindo para uma investigação isenta de estereótipos e sob uma perspectiva de garantia de direitos.

Nesta quarta edição do Concurso, as consultoras Andreína Moura e Graça Gadelha, contratadas pela ANDI e pela Childhood Brasil, estiveram durante dois dias reunidos com jornalistas de cada uma das equipes premiadas. Na pauta de debates, as diferentes formas de violência sexual e suas principais características, o panorama das políticas públicas e do arcabouço legal sobre o tema, assim como os cuidados necessários na abordagem a vítimas e agressores. Os profissionais que participaram do encontro também receberam publicações de referência na área, assim como indicações de contatos de fontes especializadas e documentários que tratam sobre o tema abuso sexual.

Na ocasião, ainda tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos aos demais selecionados no Concurso – momento em que foram trocadas considerações gerais e sugestões que permitissem aprimorar cada proposta de investigação.

da uma coordenação entre os parceiros do projeto: o jornal, a FSBA e o movimento social Estado de Paz. “Não se tratava apenas de escolher as palavras certas, mas de promover uma mudança de conceito”, explica Suzana Varjão, uma das coordenadoras. Nas palavras de Ricardo Mendes – na época responsável pelos universitários – ocorreu verdadeira “contaminação”.

Ainda durante os encontros preparatórios, Mendes exibiu fotos das vítimas dos grupos de extermínio, a fim de conscientizar a equipe sobre os riscos que poderia correr. Para proteger os autores das matérias, combinou-se que o trabalho seria assinado coletivamente. “A turma ficou um pouco frustrada, mas acredito que a medida acabou sendo pedagógica porque, além de evitar a exposição, valorizou o trabalho em equipe”, avalia Mendes.

Espírito colaborativo

Para a mestra em Jornalismo Gabriela Goulart, “essa interação entre fontes da sociedade civil e jornalistas, central na metodologia do Concurso Tim Lopes, provocaria um estranhamento, uma saída do automático na rotina de produção da notícia”. Ao consentir com a proposta de fazer jornalismo de forma colaborativa – acredita Goulart – o repórter participante do Concurso passa a receber retorno sobre seu trabalho (de investigação, abordagem, recorte, uso de imagens, etc) não apenas de seu editor, mas de especialistas no tema em foco e representantes da sociedade organizada. Segundo ela, “isso embaralha papéis, por um lado; mas democratiza o debate na esfera pública, por outro”.

Segundo Goulart, essa mistura de papéis na etapa inicial de produção da notícia não enfraquece a autonomia e o poder do repórter. “Pelo contrário. Ao expor o jornalista a um leque de informações ao qual ele provavelmente não teria acesso desde seu veículo (considerando os constrangimentos organizacionais), o Concurso contribui para o seu empoderamento dentro e fora das redações”, arremata a jornalista. Os participantes do Tim Lopes vêm demonstrando total disposição para lidar com essas inovações.

NO OLHO DO FURACÃO

Em um país das dimensões do Brasil, a prática do jornalismo investigativo apresenta desafios adicionais: a multiplicação dos focos do problema e a longa distância entre eles. As etapas de construção da pauta e de planejamento não bastam para antecipar as dificuldades que podem surgir durante a apuração. E quando o tema é delicado, como é caso da violência sexual, os obstáculos costumam ser bem maiores do que os imaginados.

Para compor um caderno especial do *Correio Braziliense* – “Inocência Perdida” – e uma segunda matéria publicada posteriormente sobre meninas prostituídas em balsas na Ilha de Marajó, Érika Klingl viajou pelas cinco regiões e nove microrregiões do Brasil. Percorreu cerca de 20 cidades em 40 dias, divididos em duas etapas. Ela buscou privilegiar aspectos da exploração sexual infanto-juvenil, caracterizando-os pelas áreas onde são praticados. Esteve na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, para retratar como ocorre o problema em uma localidade de fronteira; em Pocoré, no Mato Grosso, para mostrar que nem mesmo uma vila de 20.000 habitantes está livre desse tipo de crime; e em Cuiabá e Várzea Grande, também no estado do Mato Grosso, para relatar como esse drama ocorre nas regiões metropolitanas.

Posteriormente, a investigação levou-a até Ananindeua, município do Pará que conta com elevados índices de miséria, e ao Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, onde garotas são expostas na BR 040, que liga o Rio de Janeiro a Brasília. Nessa segunda fase da reportagem, Klingl investigou também grandes centros, como Fortaleza, no Ceará, por ser um dos principais focos do turismo com fins sexuais no país. E vasculhou o próprio Distrito Federal, onde encontrou uma adolescente de 13 anos à espera de um programa em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas 15 dias depois do segundo turno das eleições presidenciais.

Essa foi apenas uma entre as tantas surpresas que representaram para Klingl seu batismo de fogo na trajetória das grandes reportagens.



Em cada local, o problema exhibe face diversa, mas não menos chocante. Em Foz do Iguaçu, garotinhas desafiavam enquanto se apresentam em um bar de karaokê até que são escolhidas pelos clientes. Em Pócoré, passagem de muitos turistas, as meninas vivem a ilusão de que namoram estrangeiros, quase príncipes encantados, capazes de levá-las para bem longe da miséria. Não têm a clara consciência de que estão sendo prostituídas.

Percorrendo caminhos

Logo após vencer o Concurso Tim Lopes na categoria Mídia Alternativa, em 2006, a repórter Fernanda Sucupira, da *Agência Carta Maior*, de São Paulo, visitou cinco estados brasileiros (São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará) e o Distrito Federal. O objetivo era entrevistar fontes da área criminal, organizações da sociedade civil e entidades que prestam assistência a crianças vítimas de abuso sexual. Entrou em contato com os Centros de Defesa dos Direitos da Criança (Cedecas) – órgãos que prestam atendimento jurídico às vítimas nos respectivos estados – e foi a campo para compor a série de dez reportagens sobre a impunidade dos autores de crimes sexuais. Sem a disposição de entrevistar dezenas de famílias certamente não teria conseguido mostrar a real dimensão do sofrimento durante o longo – e muitas vezes inútil – processo de espera pelas decisões judiciais.

O repórter Mauri König e o fotógrafo Albari Rosa igualmente percorreram o país para realizar a série “A Infância no Limite”, primeiro lugar na categoria Jornal, em 2004. Foram 9.200 quilômetros de estrada entre Chuí, no

Foco nas temáticas sociais

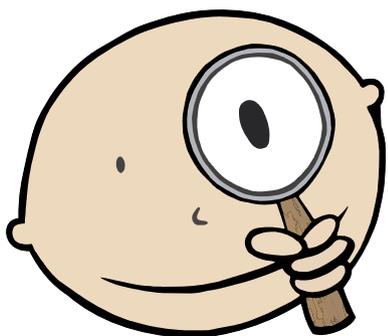
As dimensões continentais do Brasil demandam da ANDI e de seus parceiros esforços de larga abrangência no sentido de estimular uma abordagem jornalística mais consistente das questões relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2008, repórteres, atores sociais especializados no tema e estudantes de comunicação tiveram a oportunidade de participar de mais de 20 oficinas de capacitação para o aprimoramento da cobertura, realizadas em diferentes estados. Desenvolvida em conjunto pela ANDI e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), a iniciativa buscou enfatizar os principais aspectos do fenômeno e as políticas para seu enfrentamento.

Em 2007, a ANDI e a Partners of The Americas haviam implementado iniciativa semelhante, com profissionais da imprensa e estudantes das várias regiões do país. Desta vez, o foco central esteve no tráfico de crianças e adolescentes com fins sexuais. Foram também distribuídas ao longo do ano, para redações de todo o Brasil, dez sugestões de pauta sobre o tema.

extremo sul do Brasil, e Corumbá, no Mato Grosso. “Nosso objetivo era mostrar a dinâmica das redes de exploração sexual em toda a fronteira do Sul do Brasil”, diz König. Cláudio Ribeiro, Demitri Túlio, Luiz Henrique Campos e Felipe Araújo, os autores do caderno especial “Documento BR”, vencedores do Concurso Tim Lopes na categoria Temática Especial em 2006, também colocaram o pé na estrada. Trilharam cerca de 4.000 quilômetros ao longo de dois meses, para revelar os principais pontos de exploração sexual infanto-juvenil nas rodovias do Ceará.

Os quilômetros rodados nas estradas e picadas também não foram poucos para Alinne Passos e sua equipe na apuração de reportagem da TV Record sobre violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas, em 2006. Primeiro, o grupo visitou uma aldeia no município de Itaituba, no oeste do Pará. Depois, foi a São Paulo e daí para Dourados, no Mato Grosso do Sul. Segundo o relatório do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), esses locais concentravam os maiores casos de abuso e exploração sexual de meninas e meninos indígenas. “Fechamos os 13 dias de viagem com uma entrevista com dirigentes da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília”, lembra Passos.

Não faltam outros exemplos de jornalistas que colocaram o pé na estrada. A série “Radiografia da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, da Radiobrás, que venceu o Concurso em 2004, levou o repórter Aécio Amado de caminhão do Rio de Janeiro até Natal, no Rio Grande do Norte, para mostrar a situação nas rodovias brasileiras. O turismo com fins sexuais envolvendo clientes brasileiros e estrangeiros, crescente drama das praias do Ceará, esteve no foco de Juliana Andrade e de Márcia Detoni, a coordenadora da equipe. E enquanto Eduardo Mancaz investigou o tráfico de crianças na Amazônia, o abuso sexual foi trabalhado por Marina Domingos em regiões do Distrito Federal. O esforço coletivo resultou em cinco marcantes reportagens, cuja transmissão envolveu debates com especialistas e com os ouvintes. ●



Apuros da apuração

A experiência de abordar temas como o abuso e a exploração sexual representa um desafio em diversos aspectos. Lida-se com dramas – ou tragédias – pessoais, familiares, sociais. Há vítimas que são, afinal, crianças ou gente muito jovem, há agressores, testemunhas, autoridades... todos envolvidos, direta ou indiretamente, em uma situação delicada. Enfrentar esse cenário pode resultar em angústia, questionamentos pessoais, desafios profissionais e, não raro, situações de risco. Mas também estimula importantes mudanças de perspectiva – inclusive na própria cultura jornalística, como se observa em alguns casos.

Ao investigarem a violência sexual no Brasil, os participantes das três primeiras edições do Concurso confessam ter pisado em terreno minado, hesitando diante de encruzilhadas éticas e perdendo o rumo, ainda que por curto período de tempo, durante a apuração. Para manter, retomar ou corrigir rotas, eles recorreram às estatísticas, aos especialistas e aos consultores, além de rever e medir cada um dos passos dados. Além disso, assumiram o gerenciamento financeiro dos recursos para a cobertura e acertar o ritmo das investigações com outros tra-

balhos demandados pela redação, pois, mesmo realizando as matérias premiadas, alguns não foram totalmente dispensados de suas funções diárias.

Entrevistando vítimas

Entre as principais preocupações dos jornalistas está a preservação das fontes de informação. Afinal, trata-se de tema sensível, que implica o risco de exposição indevida de aspectos relacionados à intimidade de quem sofreu a violação. Em algumas ocasiões, as integrantes da equipe responsável pelo caderno “Confissões de Família”, por exemplo, chegaram a comparecer às entrevistas acompanhadas por profissionais encarregados do tratamento das vítimas. Foi o caso de uma moça que havia sido forçada a participar das fantasias sexuais do padrasto e da mãe durante a infância. “A terapeuta só interrompeu nossa conversa uma vez, quando ela começou a chorar, e isso não me incomodou. Eu estava bem consciente de que não faz sentido levar uma pessoa a reviver seu trauma”, relata Juliana Nunes, uma das autoras da reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*.

O cuidado com as vítimas também pautou a abordagem da equipe da Radiobrás, vencedora do Concurso em 2004 com pauta que deu origem a cinco rádio-documentários: “Quando fomos a campo, estávamos certos de que não podíamos ‘revitimizar’ aquelas pessoas que já tinham sofrido muito”, explica Marcia Detoni, que hoje leciona em São Paulo nas universidades Mackenzie e Paulista (Unip).

Érika Klingl igualmente relata, na dissertação de Gabriela Goulart, a preocupação na maneira de conduzir as entrevistas: “Como abordar uma menina submetida à violência sexual sem que ela seja vitimizada novamente? Se eu falasse ‘há quanto tempo você está na rua?’, certamente me dariam uma resposta pronta – aquela usada para todos os repórteres que perguntam esse tipo de coisa”. Segundo a jornalista, foi com a contribuição de Marlene Vaz, por três edições consultora do Concurso Tm Lopes, que se chegou a uma fórmula mais ética e eficiente de se obter o depoimento: “Em

vez de ‘quanto você cobra?’, eu perguntava ‘há quanto tempo você não vai à aula?’ ou ‘de que matéria você gostava mais?’. Meu foco era entender por que elas não estavam na escola, em que momento a política educacional foi falha com essas meninas e por quê foram expulsas do sistema”.

Cuidados adicionais

Embora a rotina de quase todos os vencedores das quatro edições tenha sido a de “pisar em ovos”, algumas abordagens exigiram um cuidado ainda maior. Na reportagem sobre exploração sexual de crianças e adolescente indígenas – vencedora da categoria TV em 2006 –, Alinne Passos e seus colegas enfrentaram o desafio de retratar visualmente o tema sem expor as vítimas, sem as agredir e sem tampouco desrespeitar a cultura local. A equipe imaginou várias maneiras de abordar os entrevistados sem perturbar o dia-a-dia das aldeias. Sabia que não podia simplesmente chegar munida de sua parafernália de equipamentos e de perguntas constrangedoras.

A repórter da TV Record comenta o desafio dessa abordagem: “O caso envolvia uma questão ética muito delicada. Por isso, quando chegamos à aldeia e estava ocorrendo uma aula do idioma Munduruku para crianças, decidimos assistir como se dava o processo, brincar com elas e, depois, separadamente, conversamos com o cacique”.

Mudança de perspectiva

A fim de identificar o tratamento médico e psicológico oferecido à população infanto-juvenil que sofreu abuso ou exploração sexual em Pernambuco, os autores da reportagem “Dor sem Remédio” – vencedora da categoria Rádio em 2006 – mapearam as unidades de saúde e ouviram diretores, psicólogos, representantes de organizações não-governamentais, gestores, médicos, enfermeiros, agentes de saúde e familiares. Foram colhidos aproximadamente 40 depoimentos. Entretanto, os jornalistas tomaram a decisão de não incluir crianças e adolescentes. “Fizemos essa opção para res-

guardar a identidade e a integridade das pessoas”, afirma Fábria Lopes, uma das participantes do projeto.

Lígia Caravieiri, psicóloga e coordenadora do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami), ONG paulista que oferece tratamento para vítimas e abusadores, explica as razões em se adotar esse procedimento: “No nosso cotidiano é raro nos depararmos com esse tipo de precaução por parte dos jornalistas. Frequentemente a imprensa nos procura interessada apenas em que forneçamos personagens para as matérias. Ocorre que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual demoram para conseguir falar sobre o abuso sofrido até mesmo no processo terapêutico, pois este é um assunto permeado de preconceitos por parte da sociedade”.

Medida nesse sentido de proteção adotou também a equipe do sítio “Asas Feridas”. Embora tratassem de meninos abusados sexualmente, apenas adultos foram ouvidos. As crianças submetidas à exploração sexual nas praias, nos locais turísticos, nos subúrbios e nos banheiros públicos eram apenas observadas. A partir desse monitoramento, surgiu um mapa preciso dos locais onde ocorre o problema em Salvador, no entorno e em outras cidades da Bahia. No centro da cidade e nos subúrbios, por exemplo, é grande a busca de garotos por moradores locais. Em praias como Amaralina, Porto da Barra e Porto Seguro, os “clientes” são geralmente turistas.

Participante de duas edições do Concurso Tim Lopes – em 2004 e 2006 –, a repórter Jaqueline Almeida é um caso paradigmático de mudança de perspectiva em relação ao tema. A experiência do trabalho de campo e a consultoria da socióloga Marlene Vaz durante a realização das

A psicóloga lembra que no decorrer de um processo judicial, ou mesmo durante as etapas de atendimento, é comum que as vítimas sejam pressionadas a repetir o relato do abuso sofrido. “Isso faz com que vivenciem aquela violência repetidamente e sintam-se mais uma vez na posição de objeto”. Embora a exposição de vítimas possa ter maior apelo junto ao público, esse tipo de abordagem não o informa efetivamente sobre as nuances do fenômeno: “Pelo contrário, alimenta a passionalidade e assim gera desinformação sobre o tema”, destaca Caravieiri.

CONSULTORIA TÉCNICA

Professora universitária do Centro Universitário Franciscano (Unifra), do Rio Grande do Sul, onde ministra a matéria “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, a socióloga Marlene Vaz é consultora de pesquisas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Pobreza do Governo do Estado da Bahia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da ONG Cria, de Salvador. Já prestou consultoria para União Européia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Childhood Brasil e Unicef.

A socióloga debruça-se sobre o tema da violação da infância desde 1974. Na época, coordenava uma pesquisa para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando identificou a exploração sexual de meninas em um esquema que envolvia caminhoneiros entre o interior da Bahia e de Sergipe. Marlene Vaz iniciou seu trabalho de campo ali, conversando com os motoristas, as meninas e os cafetões.

Naquela época, não se falava em exploração sexual nas rodovias. “Era difícil fazer as pessoas me ouvirem. Eu lutei para que fosse criado na Pnad um caderno sobre a exploração sexual. Passei 15 anos no IBGE lutando por isso”, relata. Não conseguiu, porque, naquela época, o Instituto - que trabalha com amostras e cálculos estatísticos rigorosos - não considerava importante a condição daquelas garotas, muitas das quais estavam afastadas de suas famílias. A socióloga teve, então, que criar uma metodologia específica, a chamada “amostra intencional”. “Na medida em que se constata o fato (a exploração), aquela pessoa é entrevistada. O passo inicial é mapear os espaços onde o fenômeno acontece”, explica.

O produto desse método pioneiro de investigação veio, 20 anos depois, na forma do livro *Meninas de Salvador*, publicado em parceria pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança da Bahia e o Unicef. Vaz conta



hoje com nada menos que 34 trabalhos, entre estudos, teses e livros, alguns dos quais trazem orientação para pesquisa na área de violência infanto-juvenil, especialmente a sexual.

Apoio aos profissionais - Com esse acúmulo de experiência, Marlene Vaz tornou-se referência para jornalistas nacionais e internacionais. Não era, portanto, uma debutante em assuntos da imprensa quando aceitou o convite da ANDI e da Childhood Brasil para dar suporte aos vencedores do Concurso Tim Lopes: conhecia o potencial e a fragilidade da mídia quando tratava do assunto. E, apesar de a figura de um consultor ser uma surpresa para as equipes concorrentes ao prêmio, nenhuma delas dispensou o recurso que, na avaliação geral, revelou-se extremamente útil.

Ela garante que seu zelo era equivalente ao de uma “supermãe”. Na prática, isso significava atender telefonemas de repór-

teres angustiados ou confusos, realizar oficinas, responder mensagens eletrônicas, enviar textos, dados e subsídios sobre o tema.

Érika Klingl, do *Correio Braziliense*, discutiu longamente a pauta com a consultora. “Ela foi fundamental. Ouviu minhas angústias e me orientou passo a passo”, recorda-se.

Cuidados na cobertura - Segundo depoimentos de jornalistas participantes do Concurso, Marlene foi importante principalmente porque provocava a reflexão sobre o uso da imagem e as formas de abordagem nas entrevistas. Já outros repórteres estabeleceram um vínculo mais forte com ela porque sentiram a necessidade de desabafar depois desse contato com o universo de violação de direitos em que vivem meninas e meninos. Para Alinne Passos, da TV Record de Belém, a relação com ONGs da área tornou-se mais intenso depois da parceria com a socióloga. Ela é uma das repórteres que mantiveram o vínculo com a consultora: “Ainda trocamos e-mails”.

matérias vencedoras, serviram para que ela demarcasse premissas na sua trajetória jornalística. “Para solucionar alguns problemas éticos, decidi, por exemplo, nunca mais entrevistar crianças ou adolescentes vítimas”, diz a repórter, que após a primeira experiência no Concurso tornou-se estudante de mestrado na área de Direitos Humanos. “Hoje, aprendi alternativas à ‘revitimização’ e à cobertura superficial. Pessoal e profissionalmente, divido a minha carreira em antes e depois dos prêmios Tim Lopes”.

A lógica dos agressores

Cara a cara com os protagonistas do drama do abuso e da exploração sexual infanto-juvenil, os repórteres participantes do Concurso ouviram homens adultos chorar, quando recordaram traumas de sua própria infância. Olharam nos olhos de quem fez sexo com uma criança, sem poder desviar o rosto ou sair da sala. Parte do trabalho de preparação desses profissionais concentrou-se na tarefa de explicar que o jornalista não deve julgar, que um abusador precisa de tratamento e que as famílias são vítimas também. Por isso, nenhuma identidade foi revelada nas matérias.

Um dos grandes desafios foi encontrar a fórmula ideal para conduzir as entrevistas com os agressores. Apesar de, na época, ter poucos anos de profissão, Juliana César Nunes – integrante da equipe autora da série “Confissões de Família” – levava duas cartas na manga: alguma intimidade com o tema, por ter tido experiência com casos de abuso na própria família, e um curso com o jornalista José Rezende Júnior, que lhe despertou o respeito incondicional por todas as fontes, mesmo aquelas acusadas de crime.

Com 20 anos de jornalismo, José Rezende Júnior ainda realiza as oficinas de teoria e prática de reportagem. “Durante as aulas, não ensino apenas técnicas de apuração e texto. Falo muito da necessidade de mudarmos nosso olhar, a maneira como enxergamos a notícia, as pessoas e o mundo. Da importância de nunca encararmos os fatos – seja a coisa mais simples, seja uma grande tragédia – como algo natural, rotineiro, inevitável. Falo da necessidade de estarmos sempre predispostos à surpresa, à perplexidade, à indignação, ao encantamento”, observa. Para ele, os entrevistados são muito mais do que personagens ou fornecedores de aspas. “São pessoas, merecem nosso respeito. Ninguém está obrigado a nos dizer o que queremos ouvir. Pelo contrário: nós é que estamos obrigados a ouvir o que elas têm a dizer”, insiste com os alunos.



Dois crimes diferentes

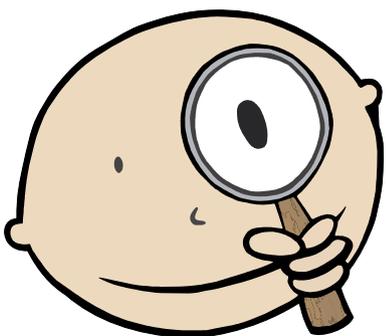
Embora muitas vezes apresentados como sinônimos, os crimes de abuso sexual e de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes constituem formas de violência distintas. Estas são as definições usualmente utilizadas pelos especialistas:

Abuso sexual – Pode se manifestar dentro ou fora da família e acontece pela utilização do corpo de criança ou adolescente para a satisfação sexual de adulto ou adolescente, com ou sem o uso da violência física. As práticas de desnudar, tocar, acariciar partes íntimas, levar a criança a assistir ou a participar de práticas sexuais também constituem características desse crime.

Exploração sexual comercial – Utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais que envolvam lucro, como a exploração no comércio do sexo (incluindo o turismo com esse foco), a pornografia infantil ou sua exibição em espetáculos sexuais. A exploração não se restringe aos casos em que ocorre o ato sexual propriamente dito, pois inclui qualquer outra forma de relação sexual ou atividade erótica que implique proximidade físico-sexual entre a vítima e o explorador.

As orientações de Rezende Júnior mostraram-se particularmente úteis quando Nunes entrevistou um homem condenado por molestar sexualmente as filhas. Antes, ela havia ouvido as vítimas – que já eram adultas – e, ao chegar ao presídio onde o pai abusador cumpria pena, ainda levava a lembrança delas bem viva na memória. Ele próprio classificou-se como “um monstro”, mas Juliana não o viu assim porque, durante a entrevista, vislumbrou um ser humano vítima do mesmo crime na infância e incapaz de desenvolver afeto paterno. “Era uma pessoa simples, estava muito envergonhado por eu ser mulher e não conseguia ver as crianças como filhas”, recorda-se a repórter.

Nunes aprendeu com a experiência: “Um abusador de crianças não é um monstro. Se fosse, seria tudo muito simples: bastaria enjaulá-lo, para que a realidade retornasse ao curso normal, e viveríamos todos felizes para sempre. Acontece que ele é um ser humano, com um passado, uma história de vida que, se contada, pode lançar alguma luz sobre suas motivações e, quem sabe, ajudar a entender um pouco mais o mundo em que vivemos”. ●



Foco na imagem

Para quem trabalha em emissora de televisão, onde o som e a imagem em movimento são matérias-primas, o desafio de dar tratamento adequado ao material apurado – de natureza tão controversa e delicada – pode ser ainda maior. O que fazer: expor os entrevistados, escondê-los, camuflá-los, encontrar outras saídas?

Ana Quezado – participante da equipe da série televisiva “Infância Roubada” – chegou a pesquisar qual era a impressão das pessoas sobre as alternativas mais comuns para não exibir os rostos dos entrevistados, como as imagens quadriculadas e as tarjas. Confirmou o que já suspeitava: tais recursos eram relacionados à marginalidade. Na tentativa de encontrar opções, foi testando enquadramentos especiais, sombras, imagens camufladas por plantas, registro de outras partes do corpo, silhuetas refletidas em superfícies capazes de distorcer as formas. “Essas dificuldades talvez sejam o motivo de o assunto ser tão pouco abordado na mídia eletrônica”, acredita.

Alinne Passos, da TV Record, também comenta esse desafio na dissertação de Gabriela Goulart sobre o Concurso Tim Lopes: “Falar do assunto em televisão constitui uma dificulda-

de: fazer imagens, encontrar símbolos que substituam as vítimas sem agredi-las ou expô-las”. Entre as alternativas identificadas pela repórter esteve o uso de imagens partindo de simbologias: “No município de Dourados, apuramos o caso de uma garotinha mantida em uma casa de exploração sexual. No chão havia uma sandália virada e a utilizamos para ilustrar a entrevista. No caso de uma adolescente explorada que usava drogas e perdeu o namorado, optamos por elementos de sua própria aparência. Ela vestia um casaco grande, estava nervosa. Na entrevista focalizamos suas mãos, tremendo, as unhas com o esmalte saindo”. Alinne conta que rituais indígenas também foram ao ar. “Mostramos um bem específico, que é o de crianças e pessoas mais velhas circulando em torno do tronco de uma árvore. Pedi ao cinegrafista para focar nos pés deles. Demos o destaque a essa intersecção de pés adultos e infantis”.

O risco da erotização

O mesmo cuidado ético vale, é obvio, para a imagem em meio impresso ou na internet. Em suas oficinas preparatórias com as equipes vencedoras, a consultora Marlene Vaz deu ênfase a esse detalhe. Na opinião da socióloga, crianças no comércio do sexo são as mais penalizadas: “Percebo que paira uma discriminação, protegendo, até certo limite, as meninas que sofrem abuso sexual e exposto, de forma grotesca, as que estão sendo prostituídas por exploradores”.

Vaz considera vexatórias fotos de garotas vestindo minissaias, sentadas nos bancos de camburões policiais, cujos rostos são preservados, mas aparecem as coxas e as pernas. “Ao expor uma imagem erótica de crianças e adolescentes, a mídia sugere a interpretação de que aquelas meninas induziram homens adultos a explorá-las, comercializando a sexualidade com a clientela. É negar que elas não estavam preparadas para fazer escolhas, inocentando os culpados”, analisa. A consultora orientou os jornalistas a substituir essas imagens por símbolos, mas evitando os já banalizados, como bonecas e brinquedos.

Foi o que fizeram os autores do portal “Asas Feridas”: eles utilizaram um recurso criativo para evitar identificar os entrevistados e tam-

bém os lugares-comuns da camuflagem. Alunos e professores optaram por ilustrar as reportagens com as figuras de uma campanha de combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil. O quadro de abertura, produzido em computador, tomou por base uma foto posada com modelo. O resultado foi um menino de costas com asas marcadas a ferro nas omoplatas.

A jornalista Fernanda Sucupira, da *Agência Carta Maior*, conta que buscou muitas informações sobre como deveria ilustrar a matéria, inclusive conversando com a presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha, e a consultora Marlene Vaz. “As reportagens tinham como foco o processo judiciário. Não havia por que usar fotografias, pois isso significaria expor as famílias das vítimas. Para poupá-los de mais esse sofrimento, a decisão foi de não utilizar nenhum tipo de imagem”, relata.

Fugindo ao lugar-comum

O repórter fotográfico Cláudio Silva, que integrou a equipe na série “Acolhimento com Dignidade”, vencedora da primeira edição do Concurso, em 2002, acredita que o trabalho do fotógrafo nesse tipo de matéria é bastante delicado: “Não podemos chocar o leitor e também temos um rigor ético que deve ser observado”. Para realizar a matéria veiculada no jornal *Diário Catarinense* (SC), combinava com a repórter Ângela Bastos como deveria tratar a imagem. Segundo ele, a idéia era evitar que a fotografia prejudicasse o objetivo da reportagem. “Nesses casos, costume usar uma sombra, uma silhueta que não permita identificar a pessoa, ou mesmo

Atenção à terminologia

Se a imagem faz toda a diferença ao se denunciar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, as palavras merecem atenção equivalente. Um termo inadequado pode chegar a comprometer até mesmo uma apuração séria e trabalhosa.

A jornalista Gabriela Goulart alerta em sua dissertação de mestrado para a UnB sobre o Concurso Tim Lopes: “Um dos grandes desafios com que os jornalistas vencedores têm que lidar ao trabalhar com o tema da violência sexual diz respeito à tensão entre o sensacional e o sensacionalista. Descrever fatores humanos intrínsecos ao tema pode contribuir para aproximar o leitor de uma realidade que ele sabe que existe, mas está distante dele. Por outro lado, é muito tênue o limite entre a humanização da matéria e a exploração do drama das personagens”.



Foto: Cadu Gomes (Correio Braziliense - DF, 2006)

fecho o foco em uma mão ou um pé”, explica Silva, profissional reconhecido como Jornalista Amigo da Criança, projeto que a ANDI estruturou a partir de 1997 (*veja mais sobre o programa na página 103*).

Escapar dos lugares-comuns no uso das imagens, como meninas de cabeça baixa e bonecas, exige que o repórter fotográfico desenvolva um tratamento sofisticado para as fotos. A reflexão que permite ir além da possível reprodução de mitos, estereótipos e preconceitos é assim exemplificada por Êrika Klingl, na dissertação de Goulart: “Eu e o fotógrafo tivemos uma conversa sobre o assunto no meio da viagem. As primeiras fotos sensualizavam as meninas e isso era uma preocupação”. Segundo detalha Êrika, a solução foi relacionar as imagens ao drama pessoal das personagens, sempre buscando um viés mais sensível. “Uma das meninas entrevistadas havia ficado grávida em decorrência da exploração sexual e estava em um abrigo. Nessa matéria, as fotos mostravam a sombra da menina com o seu bebê. Fotos lindas, do perfil dela segurando a criança”, conta.

Já Alan Rodrigues, um dos autores da série de reportagens sobre pedofilia publicadas pela revista *IstoÉ*, recorda: “Tínhamos nas mãos fotos com cenas deprimentes, violentas, mas sabíamos que não podíamos expor as crianças, eram imagens muito fortes”. A consciência de que este limite não podia ser cruzado também tocou seu parceiro de reportagem, Simas Filho: “O principal dilema se deu realmente em relação ao tratamento às vítimas de pedófilos. Após alguns debates, ficou claro que devíamos seguir estritamente o que é estabelecido em lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”. ●

A PERSPECTIVA CORRETA

Assim como uma palavra mal empregada, a imagem também pode reforçar preconceitos, estereótipos ou tabus que ocultam o problema. Veja alguns exemplos de como evitar isso.

É permitido mostrar foto ou vídeo de crianças sendo submetidas à exploração sexual?

Não. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz em seu artigo 17: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

A tarja preta nos olhos pode ser um recurso utilizado para não identificar a criança?

Não. Distorcer a imagem do rosto ou colocar uma tarja preta não impede que ela seja reconhecida. A identificação pode ser feita a partir de outra parte do corpo ou do vestuário. Além do mais, a tarja preta constitui um trata-

mento que desqualifica os garotos e garotas que foram retratados.

É possível mostrar parentes dos vitimados?

O ECA também veda a identificação dos parentes. De forma indireta, eles podem levar à identificação do vitimado pela violência sexual.

Como ilustrar a reportagem?

A imagem das vítimas deve ser respeitada e para isso se pode utilizar recursos técnicos – tais como a desfocalização e a distorção da voz. Não se deve fugir do desafio de denunciar a história, mas sem ultrapassar o limite do bom senso. A criatividade é sempre o melhor caminho, mas vale citar algumas alternativas: usar imagens de partes isoladas do corpo da criança, como mãos e pés, por exemplo, ou objetos e situações que remetam à infância.

Fonte: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de referência para a cobertura jornalística (ANDI / Petrobras / Unicef)

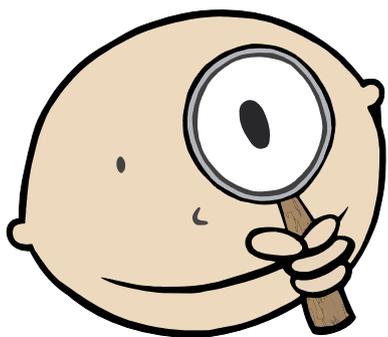
4

Os Riscos e os Dilemas Éticos

O COMPROMISSO DE INVESTIGAR OS MEANDROS DE UM FENÔMENO TÃO COMPLEXO QUANTO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – NO QUAL AS ATIVIDADES ILÍCITAS OU CRIMINOSAS SÃO A REGRA – NÃO EXIGE POUCO DOS REPÓRTERES RECONHECIDOS PELO CONCURSO TIM LOPES. O TRABALHO EM CAMPO COSTUMA COLOCÁ-LOS CARA-A-CARA COM SITUAÇÕES NÃO APENAS DRAMÁTICAS, MAS TAMBÉM DE ELEVADO GRAU DE RISCO PESSOAL. ÀS QUESTÕES DE ORDEM ÉTICA, POR SUA VEZ, DEMANDAM CONSTANTES TOMADAS DE DECISÃO – E NÃO HÁ MANUAL QUE OFEREÇA RESPOSTAS PRONTAS.



Foto: Cadu Gomes (Correio Braziliense - DF 2006)



Lidando com desafios

Enveredar-se em redes criminosas de exploração sexual de crianças e adolescentes exigiu extremo cuidado por parte dos autores de várias reportagens vencedoras do Concurso Tim Lopes. Durante período significativo da produção das matérias, eles conviveram com o perigo. Ser expulsos aos empurrões da boate Kleópatra, no município gaúcho de Santa Vitória do Palmar, localizado na fronteira com o Uruguai, foi apenas um dos riscos que o jornalista Mauri König e o fotógrafo Albari Rosa enfrentaram durante a reportagem “A Infância no Limite”, premiada em 2004.

Já a repórter Alinne Passos passou mais de 24 horas marcando sucessivos encontros em bordéis com os exploradores para enfim conseguir chegar ao comandante da principal rede de exploração de meninas índias em Dourados, em Mato Grosso do Sul. Antecipadamente, ela e sua equipe já tinham combinado o uso da câmera escondida. Sem saber que estava sendo gravado, o homem admitiu claramente que agenciava menores de 18 anos, o que foi veiculado na reportagem, vencedora da categoria Televisão 2006.

Enquanto apuravam informações para a matéria “Perigo Digital”, os jornalistas Alan Rodrigues e Mário Simas Filho, da *IstoÉ*, navegavam em sítios onde crianças e adolescentes eram expostos sexualmente. Perceberam, então, que corriam sério risco de ser enquadrados como pedófilos. Para evitar essa acusação, obtiveram a autorização de um delegado da Polícia Federal para acessar esses espaços, com o intuito de investigar como funciona o esquema de compra e venda de imagens. Os repórteres também buscaram apoio da organização não-governamental Censura, que além do mais contribuiu com dados sobre o problema.

Limites e perigos

Ricardo Mendes, que, em diferentes funções, acabou por participar das três edições do Concurso, em certa ocasião foi confundido com um traficante e colocado contra a parede de forma truculenta pela polícia. Entretanto, o maior desafio de Mendes – e dos demais professores que coordenaram universitários ao longo das investigações – foi proteger essas equipes. Duas estudantes por pouco não se meteram em apuros quando se apresentaram como adolescentes em busca de programas. Isso se deu à revelia dos coordenadores, e elas receberam advertências pelo ocorrido. “Deixei bem claro que, se alguém mais se colocasse em risco, receberia zero como nota”, recorda o jornalista.

Fábio Bito Caraciolo, atualmente editor do *Canal Jovem* do portal iG, fez parte das equipes que colaboraram na realização tanto do portal “Asas Feridas” (Faculdade Social da Bahia, 2004) quanto do caderno especial “Nos Jardins da Infâmia” (*A Tarde*, 2002). Até hoje ele lembra de um episódio ligado à apuração da reportagem para o jornal. Com seus colegas, estava no interior da Bahia para registrar a história de uma família, cujo filho havia sido morto pelos exploradores, quando uma situação ameaçadora se formou: “Dois homens olhavam para a gente, depois entraram em uma casa e voltaram com outros. Foi muito tenso. Temi me tornar uma vítima enquanto tentava ajudar”, recorda.

Investigação policial versus pesquisa

Os coordenadores dos projetos envolvendo faculdades alertam sobre a importância de não deixar os alunos sozinhos, em especial nas entrevistas com vítimas ou com agressores e nas vigílias aos locais onde acontece o delito. “Nosso papel era justamente acompanhar cada passo, em especial nos casos delicados”, relata o professor Leandro Colling.

A professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) Maria Lúcia Leal traçou, na dissertação de mestrado de Gabriela Goulart, um paralelo entre a postura do jornalista e do pesquisador universitário para ressaltar os limites da atuação do observador externo: “Quando fazemos uma pesquisa pela universidade, vale a informação, mas também a integridade dos pesquisados e pesquisadores”.

Ela defende que seria muito irresponsável estimular um envolvimento mais próximo do repórter com o crime organizado: “As metodologias têm que ser pensadas porque o jornalista não pode colocar a sua vida em risco. Queremos que ele coloque um debate para a sociedade. É muito nobre o seu trabalho, mas para desenvolver uma pesquisa dessa natureza é preciso ter muita cautela e verificar o que se quer, estabelecendo uma diferença entre investigação policial e pesquisa”.

UMA QUESTÃO DE ÉTICA

Ética é tema controverso em diversas instâncias. No âmbito da imprensa, não menos – é questão das mais delicadas. Envolve decisões jornalísticas – da direção do veículo ao repórter, passando pelo editor – e situações que podem escapar ao controle de quem opera a notícia (como a indução a erro por parte de fontes de informação, para ficar em um só exemplo).

Os jornalistas participantes do Concurso Tim Lopes têm que lidar com sérios aspectos relacionados à ética durante o processo de investigação. Conforme vimos, dependendo de suas decisões, o repórter pode colocar em risco a sua própria segurança e/ou a integridade de seus entrevistados. Por

outro lado, se os jornalistas seguissem à risca determinados parâmetros do Código de Ética da profissão conseguiriam as informações que estão buscando em suas matérias? As atitudes de simular uma situação de turismo sexual para comprovar a convivência de um hotel, de detalhar histórias da personagem da matéria sob o risco de facilitar que sua identidade seja revelada ou de talvez reforçar preconceitos ao buscar evidenciar a necessidade de punição para o abusador são alguns exemplos que poderiam ser confrontados ao Código de Ética do Jornalista.

Profissional da imprensa há mais de 45 anos, o professor Nilson Lage, no livro *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*, afirma que a ética, por seu conteúdo instável e complexo, não pode ser integralmente generalizada em mandamentos. “Assim, se é reconhecido (não tanto pelas leis, mas pela consciência do ofício) o direito de o jornalista manter sigilo sobre suas fontes, isso se aplica a muitos casos, mas não a todos, e o discernimento de a quais casos se aplica envolve a consideração específica de razões e conseqüências”.

Vestindo personagens

O quarteto de jornalistas responsáveis pelo caderno “Raízes da Impunidade” (jornal *A Tarde*, 2006) encarnou vários personagens para compor suas matérias. Jane Fernandes vestiu minissaia, salto alto e blusa justa transparente para não chamar a atenção. Era uma estratégia para mapear o problema nos bares noturnos e identificar fontes. Também encarnou a advogada ou a estudante de Direito para ter acesso a documentos. Quando telefonava afirmando ser operadora de

Na mesma obra Nilson Lage explica: “o mesmo princípio se aplica à interdição ao uso de gravadores de som ou câmeras ocultos, da alegação de falsa identidade, da revelação de segredos (de Estado, de atividades como a dos prestidigitadores e agentes de seguranças), da identificação de vítimas ou acusados de delitos infames, da exposição de práticas violentas (em coberturas de polícia ou matadouros de animais) ou de situações de extrema degradação ou sofrimento (por exemplo, em enfermarias de pacientes terminais)”. Segundo Lage, situações como essas, em que os fins justificam os meios e a intenção confronta-se com resultados, dão margem a muita retórica e a poucas certezas.

turismo, pretendia sondar os hotéis sobre a possibilidade de os hóspedes receberem “visitas” nos quartos. “Não houve conflito ético. Há situações em que não se chega à notícia se a gente se apresentar como jornalista”, acredita.

À editora Katherine Funke, da mesma equipe, coube muita pesquisa. “Minha tarefa foi procurar documentos que comprovassem a impunidade. Fiquei durante horas e horas mexendo em processos nas delegacias sem levantar nem para comer, pois tinha medo de que, nas trocas de plantão, mudassem de idéia e me tirassem de lá”, recorda. Pela natureza da sua tarefa principal de levantar dados, ela identificou-se como repórter na absoluta maioria dos contatos. Por isso, não sentiu constrangimento quando, após vários meses de trabalho, viu-se frente à frente com alguns dos responsáveis pelos processos e documentos empoeirados, símbolos da impunidade. “Uma delegada de Salvador ficou muito decepcionada comigo, mas eu respondi que era repórter, e ela sabia disso desde o começo. Se não quisesse responder minhas perguntas, eu diria isso na matéria”, lembra. Após a denúncia de impunidade, a policial nunca mais recebeu Funke.

O grupo estabeleceu também o uso de câmeras fotográficas de celulares e gravadores escondidos, a fim de garantir mais segurança aos repórteres, sem que se revelassem conversas e imagens não-autorizadas. “Fizemos várias gravações, mas poucas foram usadas na íntegra. A compreensão do problema vai além da publicação de uma ou outra frase fora de contexto”, diz Funke.

Trabalhando com dilemas

Em entrevista a Gabriela Goulart, Demitri Túlio, da equipe do jornal *O Povo*, do Ceará, resume alguns dilemas vividos pelos jornalistas: “No processo de apuração, nada é fácil. Você não sabe se deve se passar por cliente, se usa o crachá da redação, se senta para tomar uma cerveja com quem está sendo investigado”. Demitri destaca também as dúvidas que pairam na cabeça do repórter naquele momento: “O que vou perguntar ou deixar

de perguntar? Por que estou fazendo isso? Enfim, há muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. É intenso. Por isso é fundamental discutir com outros colegas. A adrenalina vai para cima e para baixo a toda hora”.

Mauri König relata também a Goulart: “Visitamos 64 locais de exploração sexual e só nos identificávamos como repórteres para as fontes oficiais. Se chagássemos com o crachá de um jornal, essas pessoas escondiam as meninas embaixo do tapete”, acredita. Segundo o repórter, entre os personagens assumidos durante a investigação estavam o de turista e, até mesmo, o de representante agrícola de São Paulo. “Sentávamos para beber, pagar cerveja para outras pessoas. Vivemos alguns dilemas éticos, que nos levaram a muitas reflexões”.

Durante as conversas descobriram, por exemplo, que haveria uma festa de 15 anos de uma menina que era explorada por um aliciador famoso na região. “Foram três idas ao mesmo lugar para conseguir a informação que queríamos. Acreditamos que ele é um infrator. Não que os fins justifiquem os meios, mas a omissão da nossa identidade como jornalista tinha um fim muito mais nobre do que a finalidade do sujeito. Pelo que me consta, ele foi detido depois da reportagem”.

MUITO ALÉM DA NOTÍCIA

Os dilemas éticos enfrentados pelos participantes do Concurso Tim Lopes não ficaram restritos às estratégias usadas para se chegar à notícia. Não raras vezes, os profissionais da imprensa se vêem diante de situações que os tocam de maneira diferenciada e, nesses casos, muitos acabam se envolvendo pessoalmente com a questão.

Durante a realização da série “A Infância no Limite”, vencedora da categoria Jornal em 2004 e publicada no diário paranaense *Gazeta do Povo*, o repórter Mauri König e o fotógrafo Albari Rosa encontraram na fronteira de Ciudad del Este, no Paraguai, com Foz do Iguaçu, no Paraná, uma menina de 12 anos explorada sexualmente por outra de 14, a qual, por sua vez,

era explorada pelos pais. Sensibilizados, König e Rosa foram bater à porta da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para denunciar a situação. Ela mobilizou a polícia e a menina foi levada para o abrigo municipal. “Fiz isso por acreditar que o jornalista não tem o direito de ‘roubar’ a história das pessoas e virar-lhes as costas, indiferente ao sofrimento alheio”, acredita. “Contudo, não era esse o trabalho que competia a mim e ao Albari. Somos apenas repórteres”, reflete.

Situação ainda mais emblemática viveu a equipe que produziu o caderno “Documento BR” (jornal *O Povo*). Apoiados por 12 entidades da rede de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, os jornalistas Demitri Túlio, Cláudio Ribeiro, Luiz Henrique Campos e Felipe Araújo foram além da informação e da denúncia e articularam procedimentos que visavam proteger uma de suas fontes de informação.

A intervenção baseava-se no fato de que era preciso preservar a vida e a integridade da jovem, de 16 anos, que havia passado aos repórteres informações detalhadas acerca de uma rede de exploração sexual composta por policiais civis e militares. Antes de publicarem a reportagem, os quatro repórteres foram pessoalmente à Corregedoria da Polícia Civil e ao Ministério Público entregar os dados levantados – incluindo os nomes dos policiais supostamente envolvidos nos casos – e pediram a inclusão da garota no Programa de Proteção à Testemunha. Além disso, os jornalistas procuraram a Assembléia Legislativa, promotores de Justiça e entidades de defesa dos direitos humanos, para propor e cobrar ações para enfrentar o problema. A atitude provocou discussão em torno da ética e dos limites de intervenção dos profissionais de imprensa.

Interferir ou reportar?

Em sua coluna semanal, o *ombudsman* de *O Povo* – na época o jornalista Plínio Bortolotti – abordou o caso: “O que o jornalista deve fazer quando, em uma cobertura, vê uma pessoa em perigo: ajuda-a ou se mantém cen-

trado no trabalho? Se ele for repórter-fotográfico, prioriza a fotografia ou acode alguém em dificuldade, perdendo o momento de gravar a imagem? Jornalista deve interferir na realidade ou apenas reportar os fatos que está cobrindo? Se o jornalista não depara cotidianamente com tais escolhas, no decorrer de sua vida profissional, pelo menos uma vez é provável que haverá de se haver com elas”.

Em sua análise, Plínio Bortolotti cita a *ombudsman* emérita do jornal *O Povo*, Adísia Sá, professora de jornalismo, inclusive da disciplina de Ética. Adísia defende o que chama “filosofia da informação”: a existência do fato, a sua confirmação pelo repórter e a publicação do que foi apurado. “Aí, se encerra o papel do jornalista”, defende.

No seu entender, qualquer providência além do fato noticiado deve ser encaminhado ao espaço de opinião do próprio jornal. Entretanto, ainda conforme Bortolotti, a professora avalia que os repórteres de *O Povo* tiveram uma atitude “absolutamente correta” quando protegeram a fonte por meios legais, pois ao divulgarem suas declarações, ela ficaria sujeita à possível vingança por parte dos denunciados.

Os repórteres não desconversaram diante dos questionamentos. Defenderam o mesmo posicionamento de um dos nomes de referência no âmbito do jornalismo brasileiro, Cláudio Abramo, para quem a ética do jornalista é a mesma do cidadão. Como afirma Demitri Túlio: “Não nos contentamos apenas com a investigação e a denúncia. Fomos cobrar mais de perto soluções ou iniciativas para a mudança de cenário. No jornalismo, nada pode ser fechado, preso a fórmulas prontas. Dependendo do caso ou da circunstância refazemos caminhos. Nessa situação específica, fomos além da notícia” (*veja mais desdobramentos do caso na próximo capítulo*). ●

PODER, ÉTICA E LIBERDADE

Um dos episódios que mais geraram polêmica sobre os limites éticos do jornalismo teve lugar em Brasília. Após a notícia do seqüestro de um bebê em maternidade do Rio de Janeiro, um diário da cidade concretizou a idéia de forjar o seqüestro de um recém-nascido de um berçário a fim de demonstrar a falta de segurança nas maternidades locais. O periódico escalou uma repórter e uma fotógrafa para cumprir a pauta. A primeira entrou no quarto de uma mãe, que dera à luz um bebê dez horas antes, pegou o recém-nascido, disse às mulheres do quarto que encaminharia a criança ao pediatra, e levou-a ao corredor do hospital para ser fotografada. Com isso, pretendia provar a insegurança da maternidade.

Segundo noticiou o *Jornal do Brasil*, a repórter planejava sair do hospital “com a matéria a tiracolo, mas foi barrada por um segurança”. A jornalista afirmou, porém, que o guarda apenas perguntara aonde se dirigia com o bebê, após o que ela retornara ao quarto para devolver a criança ao berço sem que a mãe chegasse a

sentir a falta do filho. Mas o plano deu errado. O diretor do hospital chamou a polícia, e a repórter foi presa, enquadrada no artigo 349 do Código Penal, pelo crime de “subtração de incapaz”. Horas depois, libertada, redigiu a matéria: “Repórter é presa ao mostrar que é fácil roubar bebê”, publicada no dia seguinte. Uma foto da jornalista com o bebê ao colo ilustrava o texto.

Em matéria da *Folha de S.Paulo*, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Américo Antunes, afirmou ser “exagero do hospital imputar tentativa de crime contra uma jornalista que apenas cumpria uma pauta”. O então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, Luiz Felipe Coelho, defendeu as jornalistas no artigo “Entre o fato e a ética”, no *Jornal de Brasília*: “As repórteres estavam no exercício de seu dever como profissionais de jornalismo”. A professora Zélia Leal Adghirni, da Universidade de Brasília (UnB), também inocentou as repórteres em artigo no *Correio Braziliense*: “Não houve dolo, como dizem os advogados”.

Críticas - Alberto Dines, diretor do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade de Campinas (SP) e responsável pelo sítios *Observatório da Imprensa*, por sua vez, apontou ser “necessário enquadrar a ação dos jornalistas dentro das normas legais”. Paulo Totti, então editor executivo do *Jornal do Brasil*, afirmou que “jamais mandaria um repórter cometer um crime”. O apresentador Alexandre Garcia, da Rede Globo, destacou: “Se eu fosse o pai da criança, depois de conter a justa ira contra a repórter, iria processar o jornal porque a reportagem fez a criança e a mãe correrem risco de vida”. Mais enfática, a então repórter das revistas *Telaviva* e *Play-TV*, Elizabeth Lorenzotti, afirmou na *Folha de S.Paulo*: “Eu, jornalista, me envergonho mais uma vez, e uma sacrossanta ira me atropela, em nome dessa profissão que me sustenta, em nome de companheiros vivos e mortos por ideais, em nome dos cidadãos que nos lêem e não esperam ser seqüestrados ou roubados por nós, mas informados decentemente, em nome de entidades sindicais que já viveram dias mais gloriosos”.

O sítio do Instituto Gutenberg publicou artigo no qual condenou com todas as letras

a pauta do jornal brasileiro: “Um pauteiro cínico poderia sugerir ao *Jornal de Brasília* que toque fogo no Palácio do Planalto para testar a eficiência do Corpo de Bombeiros. Se eles apagassem o incêndio, a manchete poderia ser ‘Bombeiros do DF são eficientes’. Se demorassem, o jornal poderia escrever: ‘FHC morre queimado por culpa dos bombeiros’. Jornalistas que traficam seres humanos, compram diplomas, disfarçam-se de freiras grávidas, propõem suborno, corrompem funcionários e planejam assalto a banco têm freqüentado o lado opaco da crônica policial brasileira. Essas reportagens estão para o jornalismo como um gol de mão para o futebol. A facilidade da prática de crimes não legitima o crime, sequer autoriza a denúncia do crime mediante a sua materialização. A legislação e o pacto social que garantem a liberdade de imprensa, e conferem à mídia o poder de fazer investigações de competência formal do Estado, pressupõem a contrapartida da seriedade e da correção. A ninguém mais é dado esse poder na sociedade, e ele deve ser exercido com dignidade e respeito ao público”.

5

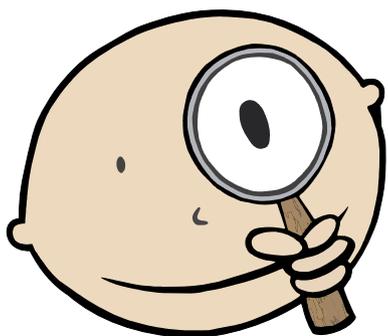
Avaliando Impactos



MERGULHAR EM UM TEMA DELICADO COMO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NÃO FOI TAREFA FÁCIL PARA OS PARTICIPANTES DO CONCURSO TIM LOPES. PARA A GRANDE MAIORIA DOS JORNALISTAS, ESSA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA PERMITIU, NO ENTANTO, UM NOVO OLHAR SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA, SOBRE O PRÓPRIO PAPEL DA IMPRENSA E SOBRE SI MESMOS.



Foto: Albari Rosa (Gazeta do Povo - PR, 2004)



Do diagnóstico do problema à busca de soluções

A mobilização de investigações parlamentares, policiais e jurídicas, além de avanços concretos em termos de políticas públicas sociais. Esses são os principais resultados decorrentes das reportagens produzidas com o apoio e o reconhecimento do Concurso Tim Lopes. Em síntese, estamos diante de um jornalismo que, se por um lado garante um retrato multidimensional da realidade das violações cometidas contra crianças e adolescentes, por outro nos aproxima das perspectivas sobre como enfrentá-las.

“O Concurso Tim Lopes contabiliza como ganho diretamente relacionado à qualidade das investigações o fato de que várias das reportagens vencedoras provocaram reações concretas do poder público ou de organizações da sociedade civil – que, a partir dos fatos focalizados, entraram em campo e demandaram respostas”, comenta o Secretário Executivo da ANDI, Veet Vivarta.

Era o que se poderia mesmo esperar de um jornalismo que encara a tarefa nada fácil de chegar a fatos, dados e informações com o nível de densidade daqueles apresentados em cada uma das matérias premiadas ao longo

destes anos. Quando saíram às ruas para investigar os contornos que marcam o fenômeno da violência sexual, os participantes do Concurso Tim Lopes partiam em busca do jornalismo comprometido com a liberdade de expressão, os direitos humanos e o desenvolvimento social. Tiveram que enfrentar, no entanto, um Brasil que, embora democrático em sentido amplo, com frequência deixa de oferecer condições de vida dignas a seus cidadãos e cidadãs – em particular àqueles que, segundo reza a Constituição Federal, são “prioridade absoluta” para o Estado, a família e a sociedade: crianças e adolescentes.

Acesso à justiça e a outros serviços públicos

“Das 26 cidades percorridas, apenas duas tinham relatórios sobre o assunto”, aponta Demitri Túlio, um dos membros da equipe responsável pelo “Documento BR”, veiculado pelo jornal *O Povo*, do Ceará. Durante a produção da reportagem, a equipe deparou com um sem-número de atrocidades contra a infância: trabalho infantil, assassinatos, exploração sexual. “O promotor do município de Penaforte, na divisa do Ceará com Pernambuco, atendia outras comarcas e comparecia apenas uma vez por semana ao fórum, um prédio velho com paredes cobertas de rachaduras. Os conselheiros tutelares, por sua vez, temiam enfrentar os caminhoneiros e até mesmo as meninas induzidas a fazer programas nas estradas”, exemplifica.

Publicada ao longo de nove dias – em um suplemento especial de 12 páginas e mais oito matérias em dias subsequentes –, a investigação identificava desafios e deficiências no que se refere às políticas na área, além de trazer um amplo mapeamento dos principais pontos de exploração sexual infanto-juvenil encontrados à margem das rodovias cearenses.

Mergulhar tão fundo nessa realidade faz com que os jornalistas queiram dar o melhor de si. Em sua dissertação de mestrado sobre o Concurso Tim Lopes, a pesquisadora Gabriela Goulart aponta como recorrentes os

“Ao pautar o tema, a imprensa oferece informações imprescindíveis à sociedade. A reportagem do jornal *O Povo* trouxe subsídios inclusive para o Unicef. Recentemente, veio a Fortaleza uma comitiva de Cabo Verde, integrada por representantes do governo e de várias instituições daquele país com o objetivo de buscar informações a respeito de políticas públicas sobre a questão da violência sexual. No programa da visita, incluímos um encontro com os jornalistas premiados”, conta Ana Márcia Diógenes, oficial de Comunicação do Unicef para Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

depoimentos dos participantes ressaltando o fato de que a indignação com a situação encontrada motivaria um esforço extra para o trabalho ter impacto mais duradouro – capaz de influenciar políticas públicas de proteção e atendimento às vítimas, assim como a responsabilização dos agressores ou aliciadores.

A saúde em cheque

Esse parece também ter sido o caminho traçado pelos repórteres da série de rádio “Dor sem Remédio”, vencedora do Concurso em 2006. “Decidimos investigar os hospitais e postos de saúde da família localizados nas cidades mais populosas das cinco regiões de Pernambuco. Assim, visitamos os municípios de Goiana (Zona da Mata Norte), Palmares (Zona da Mata Sul), Petrolina (Sertão), Caruaru (Agreste) e Recife (Região Metropolitana)”, informa Fábila Lopes. Todo esse percurso ajudou a mostrar que o número de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes é muito maior do que o atendimento disponibilizado pelo serviço de saúde de Pernambuco. As visitas permitiram também verificar *in loco* o despreparo dos hospitais para atender as vítimas, entre outros problemas graves.

A série deu visibilidade ao fato de que a maioria das crianças que sofre violência sexual não recebe atendimento psicológico. Mais: os postos de saúde da família só funcionam em dias úteis, enquanto os crimes acontecem com mais frequência nos fins de semana. “Na verdade, Recife é a única cidade do estado a contar com um centro de referência no qual crianças e adolescentes vítimas podem receber atendimento médico, psicológico, jurídico e social”, lamenta Fábila.

Quanto mais dados ela e do seu colega Carlos Moraes levantavam para as matérias “Dor sem Remédio”, mais identificavam a fragilidade no sistema de defesa da criança e do adolescente em Pernambuco. Além de faltarem estatísticas oficiais sobre a situação, muitos profissionais de saúde recusavam-se a dar entrevistas. “Há uma ausência de notificação dos casos de crime sexual cometidos contra a população infanto-juvenil que é atendida na rede pública de saúde”, atesta Lopes.

Os dados e as denúncias apresentados pela série “Dor sem Remédio” pautaram um amplo debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. “No dia 13 de dezembro de 2006, organizamos um seminário reunindo representantes do poder público e da sociedade civil, com o objetivo de cobrar ações mais eficazes no enfrentamento a essa situação”, destaca Fábria Lopes.

Invisibilidade do problema

Entre números e fatos, decisões e dilemas, os profissionais participantes do Concurso Tim Lopes com frequência depararam com revelações imprevistas, sempre evidenciando que o problema era ainda mais grave do que se suspeitava. “Em toda a história do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) de Salvador, por exemplo, existem apenas dois ou três casos registrados. A violência sexual em meninos é realmente um crime invisível”, lamenta o professor Leandro Colling, um dos orientadores da equipe responsável pelo portal “Asas Feridas”, desenvolvido pela equipe da Faculdade Social da Bahia. Sua conclusão baseia-se em uma espécie de

Lígia Caravieiri, psicóloga e coordenadora do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami), de São Paulo, explica que a falta de notificação por parte dos profissionais da saúde ocorre por vários motivos. Segundo ela, o principal é a desinformação. “Muitos não estão capacitados para identificar a violência sexual e proceder nessas situações. Percebo isso em nosso trabalho: sempre que fazemos alguma capacitação para os profissionais da saúde, aumenta o número de notificações. Mas também não notificam por medo de represálias e por descrédito no sistema de garantia de direitos”.

radiografia de todos os conselhos tutelares da região, que compõe um quadro com deficiências ainda não plenamente documentadas sequer pelos órgãos oficiais responsáveis pelo sistema de proteção à infância.

O quanto este trabalho investigativo é relevante para o enfrentamento do fenômeno fica evidente nos depoimentos dos próprios técnicos da área. “O Concurso Tim Lopes é uma fonte de revelação da gravidade da violência sexual”, diz Neide Castanha, secretária geral do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Para a especialista, a iniciativa tem ajudado a desvendar o complexo cenário que envolve esse tipo de crime: “A violência sexual é tomada por um campo de grande invisibilidade, o que dificulta a realização de diagnóstico para estudos técnicos analíticos. O método do Concurso permite que profissionais de comunicação alcancem diferentes cantos do país e com diferentes olhares, contribuindo para cobrir a lacuna da ausência de dados”, opina. E vai mais longe: “As matérias cumprem a função de publicizar o problema, mas também, e fundamentalmente, de orientar um diagnóstico para o planejamento de ações de políticas públicas sobre o assunto”.

A precariedade do sistema de proteção

Ao colocar o ponto final em sua longa reportagem “Inocência Perdida”, Érika Klingl tinha certeza de que a rede de ensino não estava preparada para trabalhar com crianças exploradas sexualmente. “Os métodos do ‘vovô viu a uva’ se tornam desinteressantes, e o preconceito é visível em muitos casos”, afirma Klingl, que fornece o exemplo de uma garota explorada desde os oito anos de idade e com quatro ou cinco passagens pela rede de proteção. “Cada vez que ela voltava à escola, ouvia ofensas e ironias, até dos professores. Em outro caso, uma adolescente havia anos sofria abuso de um homem mais velho, e toda a cidade sabia,

inclusive os responsáveis pela escola onde ela estudava”. De acordo com a repórter, só se tomaram providências quando a estudante engravidou. “Infelizmente, essa é a síntese de como o ensino brasileiro enfrenta o problema”, deduz.

O desalento de Katherine Funke não foi menor quando descobriu a reduzida efetividade dos mecanismos de denúncia oferecidos à população, ao investigar o problema para o caderno “Raízes da Impunidade”, do jornal *A Tarde*. “O telefone de Disque Denúncia pode ser um ralo que conduz à inércia”, aponta. Ela ouviu os responsáveis argumentarem que a maioria das ligações não traz os dados necessários, como endereço e nomes completos dos envolvidos. Assim, segundo os técnicos, seria preciso abrir uma investigação específica para cada um dos casos, situação praticamente impossível de conciliar com a rotina das delegacias. Em função disso, grande parte das chamadas acaba sendo arquivada.

Para Jane Fernandes, parceira de Funke, o dado mais estarrecedor foi a constatação de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda é um ilustre desconhecido para muitos agentes da rede de proteção à infância ou é usado em doses homeopáticas. Ela se indigna porque a menoridade legal das meninas não é considerada relevante nos processos. Ao ajustarem o foco na impunidade, os jornalistas escancararam as falhas do sistema. “A reportagem mostrou pessoas exploradas desde crianças e que continuam sendo, porque nada é feito ou porque o que se faz é insuficiente”, observa Fernandes.



Qualificando futuros profissionais

Ampliar as oportunidades de qualificação dos futuros profissionais de Comunicação para a cobertura das temáticas sociais a partir de uma perspectiva de direitos humanos. Este é o objetivo do Programa InFormação, implementado pela ANDI em 2006.

Desenvolvido por meio de parceria com a Fundação W. K. Kellogg e com o apoio do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), o InFormação dedica especial atenção às temáticas relativas aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2007, em conjunto com a Childhood Brasil, foram oferecidas bolsas para estudantes de jornalismo com o fim de incentivar a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso que enfocassem a temática violência sexual contra crianças e adolescentes e sua relação com a mídia.

Acesse: www.informacao.andi.org.br

Trama suspeita

No caso dos repórteres que conduziram o caderno “Documento BR” (jornal *O Povo*), a ineficiência do sistema de proteção dos direitos infanto-juvenis se mostrou ainda mais evidente. Conforme lemos há poucas páginas, temendo pela integridade de uma adolescente de 16 anos que havia denunciado à reportagem um esquema de exploração sexual que envolvia policiais militares e civis, os jornalistas tiveram o cuidado de pedir a inserção da garota no Programa de Proteção à Testemunha.

A situação, no entanto, foi conduzida de outra maneira. Acusada de furto, ela acabou levada a um presídio feminino, embora fosse menor de 18 anos. Ao recordarem o desdobramento do caso, Demetri Túlio e Cláudio Ribeiro demonstram indignação. “Tudo foi forjado. Um advogado desconhecido apareceu se oferecendo para defender a menina. Descobrimos, mais tarde, que ele era um ex-policial civil expulso da corporação por tortura e também amigo do delegado denunciado”, revela Túlio.

A trama suspeita não parou por aí. O cartório onde estava o registro de nascimento da testemunha, na cidade baiana de Juazeiro, foi atingido por um incêndio e a documentação desapareceu. A única justificativa para o encarceramento em uma penitenciária de adultos foi um laudo da arcada dentária atestando ter ela entre 16 e 18 anos. A adolescente permaneceu no presídio, onde tentou suicídio mais de uma vez. “É como se tivessem rasgado o Estatuto da Criança e do Adolescente”, sintetizam os jornalistas.

IMPACTOS NA OPINIÃO PÚBLICA

A exposição desse grave cenário de ineficiência e, muitas vezes, abandono mexeu com leitores, ouvintes e telespectadores. “Tivemos um retorno enorme, dezenas de ouvintes nos ligaram elogiando a iniciativa”, conta a jornalista Márcia Detoni, coordenadora da equipe da Radiobrás responsável

pela série “Radiografia da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, vencedora do Concurso Tim Lopes na categoria Rádio, em 2004.

O projeto “A Infância no Limite”, um dos ganhadores na categoria Jornal, também em 2004, igualmente provocou reações na sociedade. Como consequência, as reportagens publicadas na *Gazeta do Povo*, do Paraná – que desvendavam causas e conseqüências da exploração sexual de meninos e meninas em 66 municípios do Sul e Sudeste –, chegaram a ser expostas em vários eventos sobre o assunto realizados no estado.

Na TV Verdes Mares, de Fortaleza – que veiculou a série “Infância Roubada”, reconhecida na categoria Televisão, na edição de 2002 do Concurso, – não foi muito diferente a reação: “Perdi as contas das ligações recebidas elogiando o material”, diz Ana Quezado. A jornalista destaca, no entanto, que também ocorreram manifestações de indignação “por apresentarmos o paradisíaco Nordeste brasileiro de forma ‘desabonadora’ para os turistas”.

O depoimento da repórter ajuda a contextualizar a dificuldade que a sociedade ainda tem em lidar com o problema – muitas vezes responsabilizando as vítimas pela violência sofrida: “Não foram poucas as acusações direcionadas às adolescentes exploradas. Alegavam, principalmente, que elas se prostituíam, que era por vontade própria”, conta Ana Quezado.

Contribuições ao enfrentamento

As práticas de promover o debate e incluir determinados temas na agenda do governo e da sociedade constituem algumas das mais importantes contribuições da imprensa para a democracia, o desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos. Portanto, quando uma denúncia veiculada pela imprensa resulta em impactos sobre os órgãos públicos, seu autor deve comemorar. Foi o caso, entre outros, da reportagem de Alinne Passos.

A repórter – vencedora da categoria TV na terceira edição do Concurso Tim Lopes – estava no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, retornando para Belém do Pará. Minutos depois de sua matéria sobre o abuso e a exploração sexual de crianças indígenas do Amazonas ir ao ar em rede nacional, no programa *Domingo Espetacular*, da Rede Record, seu telefone celular tocou. Era a socióloga Marlene Vaz, que lhe transmitiu mensagem clara: a investigação feita durante a matéria tinha todos os requisitos para embasar um instrumento legal nessa área. A repórter guarda a lembrança do telefonema como um troféu. “Ouvir isso dela foi como vencer novamente o Concurso”, diz.

A socióloga tinha razão. Em decorrência da reportagem, o Ministério Público Federal, no Pará, e a Funai, em Brasília, solicitaram cópias do programa para análise e elaboração de recursos jurídicos. Também o Ministério Público de Dourados, no Mato Grosso do Sul, manifestou-se a respeito da reportagem. Infelizmente, segundo Passos, os órgãos não deram seguimento concreto ao caso – o que também demonstra a importância de se manter temas como esse sempre em pauta na imprensa.

Companheira de Alinne Passos no projeto, a produtora Jaqueline Almeida Ferreira já tinha participado, em 2004, de uma das reportagens vencedoras da categoria Jornal. A matéria tratava de adolescentes que se tornaram vítimas de exploração sexual e trabalhavam nas boates de Caiena, na Guiana Francesa, e Paramaribo, no Suriname. Esse trabalho contribuiu para a criação do projeto de enfrentamento ao tráfico e à exploração do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Belém (Cedeca Emaús), em 2004. “O projeto existe até hoje e, em 2007, fui convidada para trabalhar em uma pesquisa, envolvendo Brasil, Suriname e República Dominicana, sobre o tráfico de seres humanos”, relata.

Diagnóstico nos municípios

O caso dos repórteres do jornal *O Povo*, que produziram a série “Documento BR”, também é emblemático. Com base no que foi apu-

rado pela reportagem – e a pedido dos jornalistas –, o Procurador Geral da Justiça do Ceará Manuel Oliveira redigiu documento recomendando aos promotores das comarcas dos 184 municípios que exigissem das respectivas prefeituras o diagnóstico da situação da infância e adolescência. A União dos Vereadores do Ceará e prefeitos de algumas cidades anunciaram igualmente ações para enfrentar a situação.

Corregedor-chefe do primeiro gabinete da Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança do Estado do Ceará, Ronaldo Bastos esteve ao lado dos jornalistas nessa mobilização e considera fundamental a associação da imprensa com outros setores da sociedade. Para ele, que gosta de lembrar casos semelhantes de denúncias jornalísticas bem-sucedidas, mudanças importantes na estrutura do sistema de segurança ocorreram em decorrência da ação da imprensa. Na sua opinião, a premiação de coberturas desse gênero é particularmente importante para incentivar os profissionais. “No caso do Concurso Tim Lopes, que premia a investigação e não só o resultado final, o efeito ainda é maior porque proporciona um trabalho mais aprofundado”, reconhece.

Mobilizando o Congresso Nacional

Em 2005, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes apresentou o Projeto de Lei nº 485, que prevê punição igual para quem mantém fotografias ou vídeos de pedofilia, mesmo que não compartilhe o material. A proposição – que altera o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente – foi impulsionada por dados apresentados

O peso político das reportagens produzidas a partir do Concurso Tim Lopes pode ser percebido nas palavras da deputada estadual Tânia Gurgel (PSDB), coordenadora da Frente Parlamentar pela Infância e Adolescência no Ceará. Assim diz ela: “Quero fazer justiça. Não fossem as matérias publicadas em *O Povo* sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não estaríamos assinando com o Unicef e a Catavento o convênio para a Rádio Assembléia viabilizar a produção de 40 programas aprofundando o debate sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e nem propondo outros compromissos”.

“Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de registrar aqui, nesta Casa, uma importante contribuição que a mídia brasileira tem dado à causa do combate à violência sexual de crianças e adolescentes. A ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), uma das ONGs brasileiras mais respeitadas dentro e fora do País, em parceria com o Instituto WCF-Brasil, organização criada pela Rainha Sílvia, da Suécia, lançaram, em 2002, o Prêmio Tim Lopes de Investigação Jornalística – uma homenagem ao jornalista da Rede Globo que morreu quando se dedicava à produção de reportagem sobre a exploração sexual nos bailes funks do Rio de Janeiro.

O concurso Tim Lopes é uma iniciativa pioneira de incentivo à imprensa para aprofundar a cobertura sobre o abuso e a exploração sexual de meninos e meninas. O diferencial é que, ao contrário de outros concursos jornalísticos, o projeto não premia reportagens prontas, mas sim propostas de pautas originais e inovadoras sobre o tema(…)”

pela equipe da revista *IstoÉ* na reportagem “Exemplo da Europa”, uma das três publicadas a partir do Concurso Tim Lopes, em 2004.

O foco da investigação esteve na experiência da ONG Protégeles, que influenciou mudança na legislação dos países europeus para punir portadores de imagens digitais de pedofilia. “Foi depois de nossa reportagem que o governo brasileiro e várias entidades resolveram se organizar e criar uma lei nessa área. Esse foi o ponto mais positivo de nossa participação no Concurso”, diz o editor Mário Simas Filho. “Antes, a polícia podia prender uma pessoa colocando fotos obscenas de crianças na internet, mas não tinha como fazer o mesmo com quem apenas as possuísse em seu computador. Hoje, pode”, comemora seu colega Alan Rodrigues. Mudanças como essa contribuíram para que o Brasil tenha perdido a triste e desabonadora liderança no *ranking* de crimes de pedofilia na internet.

Com vários trechos lidos em sessão do Congresso Nacional, a reportagem “Nos Jardins da Infâmia” (jornal *A Tarde*) – uma das vencedoras na primeira edição do Concurso Tim Lopes – também contribuiu com parte da documentação da CPMI sobre o tema. Entre outras informações relevantes, o caderno apresentou uma série de situações concretas relacionadas à desarticulação da rede de proteção à infância e à adolescência.

O Concurso voltou a pautar o Congresso em 2006, com um pronunciamento da senadora Patrícia Saboya. Na ocasião, a parlamentar citou as propostas vencedoras daquela edição e registrou o assunto em seu boletim informativo. ●

IMPACTOS PESSOAIS E MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS

Trabalhar tão de perto com a violência sexual tem preço. Todos os participantes do Concurso mencionam pressões psicológicas ao longo do trajeto. Um dos momentos mais delicados durante a realização da matéria “Dormindo com o Inimigo”, por exemplo, foi quando Bia Sant’Anna, da *Revista MTV* visitou um abrigo, em Salvador, responsável por acolher apenas vítimas de abuso sexual. “As crianças eram extremamente carentes e contavam suas histórias com a maior naturalidade possível. Isso foi bem assustador”, relata. A experiência marcou a jornalista. “Houve um momento em que aquilo tudo caiu sobre mim. Foi no consultório de um psiquiatra, quando ele perguntou se eu, lidando com tudo isso, estava bem. Passei uma de terapia inteira falando do assunto para conseguir continuar mais tarde”, recorda.

E não foram apenas os jornalistas debutantes que se comoveram. Reincidente nas

premiações, Jaqueline Almeida registrou momentos de choque tanto na produção da matéria “Oiapoque é porta para a exploração sexual comercial das meninas do Pará”, em 2004, quanto na que realizou sobre as crianças indígenas, dois anos depois. “Em comum, posso citar a proximidade nua e crua da realidade de abusos e exploração de crianças e adolescentes”, afirma. “Percebi que o problema é muito real na vida de muitas famílias, mas passa despercebido pela sociedade”. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a repórter e sua colega Alinne Passos tomaram conhecimento do caso de uma garota de três anos de idade que havia sido estuprada pelo irmão de 13. “Choramos muito nesse dia”, confessa.

A jornalista Rosana Zucolo sempre se empenhou em convencer seus alunos de que a face social do jornalismo é fundamental. Por isso, quando ouviu falar pela

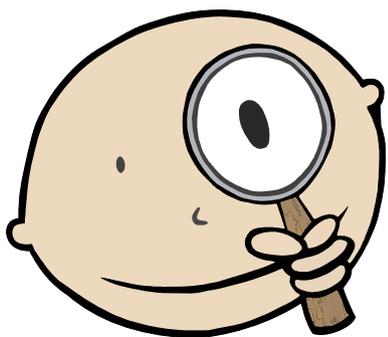
primeira vez no Concurso Tim Lopes imediatamente integrou-se na montagem de um ousado projeto baseado na parceria da FSBA - onde lecionava na ocasião - com o jornal *A Tarde* e o movimento social baiano. Depois da empreitada, realizada entre 2002 e 2003, foi acometida por uma “ressaca”, que a impedia até de aproveitar a praia. “Eu ficava vendo meninas serem exploradas o tempo todo. A beleza tinha acabado”, recorda.

Comoção - A impunidade e a lentidão na condução dos processos judiciais também incomodaram profundamente a jornalista Fernanda Sucupira, da *Agência Carta Maior*. “A falta de um atendimento especializado, principalmente em capitais importantes como Recife, Fortaleza e Salvador, é impressionante”, observa. Ela cita o caso de uma menina vítima de abuso sexual aos quatro anos de idade. O processo durou oito anos. Ao final desse período, o agressor acabou

sendo condenado, recebeu pena de seis anos de detenção, mas em dois já estava em liberdade condicional. “A sensação de impunidade é muito grande. Quando a mãe me relatou essa história, chorei junto com ela”, revela.

Repórter calejado, Ricardo Mendes não ficou indiferente ao drama das coberturas. Acometido por hipertensão e estresse, chegou a ser hospitalizado em 2006, enquanto fazia as matérias para o suplemento especial “Raízes da Impunidade”. “O maior impacto acontece quando a gente chega à nossa casa e vê as fotos”, confidencia. Nesses momentos, explica, a principal aliada para seguir com o trabalho é a concentração.

Ele recorda uma história em particular: “Nunca vou me esquecer daquele dia de sol forte, 13 de outubro, periferia de Vitória da Conquista. A gente entrevistava a mãe de um menino de oito anos que havia sido abusado e assassinado por um homem. O cenário era desolador”.



Longa vida na agenda

Os impactos gerados pelas reportagens contribuem para o desenvolvimento, entre os profissionais participantes do Concurso Tim Lopes, de uma espécie de espírito de inconformismo, que impede o assunto de cair novamente no esquecimento. Prova disso é que grande parte dos jornalistas continua empenhados em retomar o tema. A série televisiva “Infância Roubada”, ganhadora em 2002, por exemplo, teve seqüência quatro anos depois, quando o assunto tornou a ser pautado pela TV Verdes Mares – dessa vez com o enfoque da idéia original, ou seja, o turismo com fins sexuais. Exibida no *Jornal da Globo*, a reportagem provocou nova onda de repercussões, embora mais baseadas em opiniões do que em ações, reconhece Ana Quezado, uma das responsáveis pelo trabalho.

Vale aqui registrar que esse elevado grau de envolvimento dos repórteres com a temática frequentemente contamina os veículos de comunicação onde trabalham – o que resulta em maior mobilização em torno do assunto. Um bom exemplo deste tipo de situação está na própria série “Infância Roubada”. De acordo com o planejamento inicial, ela seria exibida somente no noticiário vespertino *Jornal das*

Em setembro de 2008, uma série de reportagens produzidas por Érika Klingl voltou a pautar o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Publicadas no *Correio Braziliense*, traziam denúncias de crianças de até nove anos de idade sendo exploradas no centro da capital federal.

O material – que detalha graves violações a direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – provocou reação na sociedade civil, nos organismos internacionais e também no governo. Logo após a veiculação da série, o governador do Distrito Federal decidiu anunciar um conjunto de medidas para combater o problema.

No Senado Federal, o senador Cristovam Buarque cobrou do governo local uma ação imediata para a questão. “Resolver esse problema é uma das coisas que menos custaria do ponto de vista financeiro, se a gente

Dez. A emissora, no entanto, decidiu abrir espaço para que o assunto fosse debatido também no programa *Bom Dia Ceará*, no dia seguinte à exibição de cada episódio. Além disso, foi levada ao ar em rede nacional, pelo programa *Fantástico*, uma matéria que condensava o material em quatro minutos – tempo bastante relevante para um espaço dominical que, mesmo jornalístico, tem ritmo e estilo de programa de variedades.

Expandindo a abordagem

A expansão do espaço de difusão em comparação à expectativa original da proposta se deu também com outros casos. Inicialmente, Érika Klingl havia limitado a cobertura de sua pauta ao Norte e ao Nordeste, mas em conversas com profissionais mais experientes – entre eles o diretor de redação do *Correio Braziliense*, Josemar Gimenez – deu-se conta de que a abordagem poderia ser ampliada. Redefiniu, então, nova geografia para a reportagem. O jornal apostou no trabalho e assumiu os custos extras, não previstos no projeto inicial. A repórter também teve carta branca para escolher um fotógrafo com quem tivesse afinidade profissional. O escolhido foi Cadu Gomes, seu “fiel escudeiro” em todo o percurso.

Klingl, aliás, teve outra oportunidade de ampliar sua pauta. Ao perseguir as pistas que resultaram nas matérias do suplemento especial “Inocência Perdida” (vencedora da categoria Mídia Impressa em 2006), ela chegou à ilha de Marajó, onde encontrou situação peculiar e perturbadora. Ali, garotas impúberes embrenhavam-se em um rio de fortes corredeiras. As meninas iam espremidas em

pequenos barcos, remando como marinheiros até as embarcações de grande porte. Subiam a bordo e tornavam-se vítimas de violações perpetradas por vários homens. Eram chamadas de “meninas balseiras” e trocavam seus corpos por óleo diesel, revendido por elas próprias ou utilizados pelos pais pescadores. A descoberta acabou gerando uma reportagem independente, publicada na seqüência do caderno resultante do Concurso.

Diversificando canais

O êxito da reportagem “Infância no Limite”, publicada na *Gazeta do Povo*, do Paraná, resultado do projeto vencedor em 2004, gerou a continuação da série no ano seguinte, dessa vez com apoio financeiro exclusivo do jornal. Na segunda etapa, o repórter Mauri König e o fotógrafo Albari Rosa percorreram 19.000 quilômetros de carro, navio e avião para mostrar como o crime acontece nos municípios da fronteira norte do Brasil. O tempo concedido pelo jornal para a realização da pauta também aumentou: 90 dias (a reportagem de 2004 consumira 60). O resultado dessa segunda empreitada representou sete páginas de matérias, publicadas entre 9 e 12 de outubro de 2005.

Outra situação de envolvimento diferenciado por parte do veículo ocorreu no Grupo RBS. Quando a matéria “Acolhimento com Dignidade”, projetada para veiculação prioritária em rádio, recebeu o prêmio da ANDI, as repórteres Nelcira Nascimento e Ângela Bastos apostaram que seria possível sensibilizar os editores de dois jornais (*Zero Hora* e *Diário Catarinense*) de que o trabalho merecia formato multimídia. “Percebemos que a ampliação para outros veículos era possível e fomos à luta. Meu chefe à época, Deivison Campos, assumiu a coordenação da reportagem especial, e isso me deixou mais livre para me concentrar no jornal e preparar a Ângela – que não estava acostumada com o veículo rádio – para também fazer matérias para as emissoras de Santa Catarina”, recorda-se Nascimento.

Ela destaca ainda que a proposta vencedora do Concurso Tim Lopes serviu como estímulo para a campanha “O Amor é a Melhor Herança”,

que estava prestes a ser lançada pelo Grupo RBS. “Sempre acreditei que temas como a defesa da criança e do adolescente podem ter um tratamento humano no contexto do jornalismo, e não apenas virar assunto de páginas policiais”, analisa.

Nelcira Nascimento avalia também que o projeto Tim Lopes teve influência não apenas na sociedade e nas redações do grupo, mas na prática do jornalismo na região. Ela não tem dúvidas de que, a partir da veiculação da reportagem feita ao lado de Ângela Bastos, a imprensa do Rio Grande do Sul, de maneira geral, acordou para a temática da violência sexual. “Quando nossas matérias começaram a ser veiculadas, os demais meios de comunicação – como os da Empresa Caldas Júnior (hoje Record), a Bandeirantes e o SBT – passaram a abordar a questão”, garante a repórter.

Já no caso da reportagem “Dormindo com o Inimigo”, publicada pela *Revista MTV*, a partir da premiação de 2002, foi a direção da emissora do grupo que resolveu fazer uma aposta. Em abril de 2003, os temas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes passaram das páginas da publicação para as telas, sendo adotados no programa *Buzzina MTV* e no *Pacto MTV* – campanha que aborda temas centrais ligados ao universo juvenil.

Novos horizontes

Há casos em que a reportagem ganha dimensões inéditas, inspira novos produtos, outros discursos. É uma forma de a denúncia se multiplicar e ganhar sobrevida. À medida que apurava os fatos, Ângela Bastos – uma das autoras da série “Acolhimento com Dignidade”, vencedora da categoria Rádio em 2002 – deu-se conta de que o assunto poderia receber tratamento de documentário. “Ao deparar-me com a complexidade do tema, percebi que essa matéria não poderia ficar somente restrita à imprensa. Ali, na porta de uma sala do Programa Sentinela, em Palhoça, na Grande Florianópolis, veio a inspiração”, recorda.

O documentário *Flor de Pessegueiro*, lançado em 2005, possui os mesmos personagens, o mesmo roteiro e o mesmo fio condutor da reportagem produzida no âmbito do Concurso. O filme, apresentado em mais de uma centena de salas, venceu o Festival de Cinema Tudo Sobre Mulheres, na Chapada dos Guimarães, e recebeu Menção Honrosa no 27º Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos. O título da obra faz referência a uma frase do líder pacifista indiano Mahatma Gandhi: “A verdade é dura como um diamante e delicada como a flor de pessegueiro”.

A série “Infância no Limite”, de Mauri König, também foi além das páginas dos jornais. Em 2008, o repórter da *Gazeta do Povo* lançou o livro *Narrativas de um Correspondente de Rua*, no qual detalha o processo de produção da pauta: como surgiu a idéia, pessoas ouvidas, situações inusitadas, conflitos éticos, etc. “A intenção central foi a de abordar o fazer jornalístico de forma mais didática”, explica König. O título da obra surgiu do antigo interesse do repórter em ser um correspondente de guerra – segundo ele, pela relevância que necessariamente cerca a cobertura de um conflito armado. “Ao reunir o material, percebi que já cobria uma guerra. Uma guerra sutil, cotidiana. Não fui um correspondente de guerra, mas sou um correspondente de rua”, acredita. Além da série “Infância no Limite”, o livro reúne também outras 14 reportagens premiadas e levanta importantes discussões sobre temas da agenda social no Brasil.

Outra prova convincente dessa tese pode ser oferecida pelo baiano Ricardo Mendes, que já está envolvido em nova investigação na linha dos direitos da infância. Dessa vez, quer retratar em forma de livro e de documentário a exploração do trabalho infantil no Brasil, no Uruguai e na Argentina. O nome escolhido – Projeto 24 – é uma referência ao dado estatístico de que a cada 24 minutos morre uma criança no mundo, vítima de exploração de mão-de-obra infantil.

PAUTA SELECIONADA, REPORTAGEM PREMIADA

Para alguns participantes do Concurso Tim Lopes, a vitória funcionou como um incentivo e terminou gerando outras premiações. A proposta de pauta “Oiapoque é porta para a exploração sexual comercial”, que arrebatou o primeiro lugar na categoria Jornal em 2004, tratava das adolescentes exploradas sexualmente em boates da Guiana Francesa, e do Suriname. Publicada no jornal *O Liberal*, do Pará, a reportagem acabou vencendo o Prêmio Esso de Jornalismo em 2005, categoria Regional Norte.

Pela matéria “Radiografia da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, produzida pela Radiobrás, Márcia Detoni e equipe receberam Menção Honrosa na 27ª edição do Prêmio Wladimir Herzog. Já a série “Dor sem Remédio” (Rádio *Jornal AM*, 2006) proporcionou aos seus autores Menção Honrosa na 13ª edição do Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco.

Na esteira do Concurso Tim Lopes, mais prêmios vieram. O caderno “Nos Jardins da Infâmia” (jornal *A Tarde*, 2003) recebeu o Prêmio Coelba de Reportagem 2003, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas da Bahia com apoio da Coelba e da Abraji, além de ter sido um dos finalistas dos Prêmios Iberoamericanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, concedidos pelo Unicef e pela Agência Efe (Espanha). Já o projeto “Infância Roubada”, da TV Verdes Mares (2002) arrebatou o Prêmio Embratel, além de tirar o primeiro lugar no concurso da Associação Cearense de Imprensa (ACI).

Tempos depois (2006), foi a vez de o projeto “Documento BR”, do jornal *O Povo*, ganhar o mesmo ACI. Além disso, ultrapassou fronteiras ao ser classificado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) entre os oito melhores trabalhos jornalísticos do continente americano na categoria Jornalismo de Profundidade, do concurso Excelência Jornalística 2007.

Mauri König também mediu o longo alcance das duas séries “A Infância no Limite” (*Gazeta do Povo*), ao receber o Prêmio Lorenzo Natali, concedido anualmente pela Comissão Européia. A primeira parte da reportagem, que abordou o problema da região Sul do país, ficou com a terceira colocação em 2005, enquanto a continuação do trabalho, com foco na região Norte, foi classificado em primeiro lugar no ano de 2007. O material ganhou, ainda, o Vladimir Herzog em 2005. “As premiações ajudaram a dar maior visibilidade – inclusive internacional – ao problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas fronteiras brasileiras”, afirma o jornalista.

Pelo caderno “Inocência Perdida”, publicado no *Correio Braziliense*, Érika Klingl conquistou o prêmio Excelência Jornalística, da SIP, em outubro de 2007. As jornalistas Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira – igualmente do *Correio Braziliense* – foram finalistas do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo em 2004, com “Confissões de Família”.

“Um prêmio puxa outro. Quem trabalha no dia-a-dia sente que é possível fazer matéria especial, que isso não é exclusividade dos chamados repórteres especiais”, afirma Ana Dubeux, editora-chefe do jornal.



Informação e formação

As experiências do Concurso Tim Lopes que envolveram estudantes tiveram reflexos nos próprios cursos de Comunicação. “Muitos outros alunos se interessaram e viram que podiam fazer algo parecido, algo realmente importante”, diz o professor Leandro Colling, um dos orientadores do grupo da Faculdade Social da Bahia que produziu o portal “Asas Feridas”, premiado em 2004 na categoria Mídia Alternativa.

Mesmo não contando com estudantes nas equipes de produção, a série de tevê “Infância Roubada” e o caderno “Raízes da Impunidade” também tiveram passagem pelas universidades, sendo utilizados como material didático. O segundo ainda serviu de inspiração para duas peças de teatro e foi usado também por conselheiros tutelares e pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia para debater a fragilidade da rede de proteção.

JORNALISTAS COM UM NOVO OLHAR

A EXPERIÊNCIA DE INVESTIGAR ASPECTOS PROFUNDOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL EXERCE TAMBÉM INEGÁVEL EFEITO TRANSFORMADOR NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL. MUITOS DOS JORNALISTAS PREMIADOS TORNARAM-SE REFERÊNCIA E PASSARAM A SER CONVIDADOS A PARTICIPAR DAS OFICINAS E DOS CONGRESSOS PAUTADOS PELO MÚLTIPLO OLHAR DA CIDADANIA ORGANIZADA. SUAS FALAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O JORNALISMO E AS FONTES DE INFORMAÇÃO, ASSIM COMO O COMPARTILHAR DA EXPERIÊNCIA PESSOAL NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL SÃO RELEVANTES REFLEXÕES SOBRE COMO AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A IMPRENSA.

“Entre seus pares, os jornalistas vencedores do Concurso Tim Lopes ganham notoriedade por ter desenvolvido um trabalho segundo os valores-notícia apreciados pelo tradicional jornalismo investigativo”. A conclusão é da pesquisadora Gabriela Goulart, que produziu tese de mestrado sobre o prêmio oferecido pela ANDI e a Childhood Brasil. De acordo com a jornalista, a análise dos impactos do Concurso na vida profissional dos participantes deve levar também em consideração a repercussão obtida no âmbito das redações. Assim registra seu estudo: “A esse processo de reconhecimento profissional soma-se também uma maior valorização da agenda social. Isso representa mais oportunidades de explorar as pautas e abordagens de interesse do repórter”.

O que Érika Klingl vivenciou no período em que produzia o caderno “Inocência Perdida” mudou sua maneira de encarar a vida e a profissão: “Nunca mais olhei para uma menina como antes e, profissionalmente, também não fui olhada da mesma maneira”. A experiência foi transformadora e, de certa forma, tornou-se um vício. Ela recebeu uma promoção no *Correio Braziliense* e passou a produzir matérias especiais no universo das temáticas sociais. Em 2007, recebeu da ANDI o título

de Jornalista Amiga da Criança (veja mais no quadro da página 103).

Klingl afirma a Gabriela Goulart: “Hoje, no momento em que escrevo as matérias, mesmo que seja uma peça de 30 centímetros, eu não conto simplesmente uma história. Eu busco oferecer serviços – prática que antes, como a imensa maioria dos repórteres, passava despercebida. Por preguiça ou por falta de tempo”.

Èrika atribui essa mudança de perspectiva ao trabalho desenvolvido no âmbito do Concurso Tim Lopes: “As experiências fizeram-me descobrir que eu tinha, pela primeira vez, a chance de fazer o que todo estudante de jornalismo quer fazer, que é mudar a realidade. Cheguei à conclusão de que a gente pode fazer isso sim. Por mais que seja um sonho, que seja utópico, que a gente não se orgulhe das matérias que escrevemos, esses são pequenos esforços que fazem diferença”.

Outras abordagens

Novas possibilidades se abriram também para a jornalista cearense Ana Quezado: tornou-se professora da Faculdade do Nordeste (Fanor) a partir do interesse dessa instituição de ensino pelo trabalho premiado, a série “Infância Roupada”, da TV Verdes Mares (2002). Na comunidade acadêmica, ela participa da elaboração de cartilhas, fanzines, campanhas e fóruns sobre o tema, sendo hoje responsável pela cadeira de Mídia, Criança e Adolescência da Faculdade Católica do Ceará.

Entre os autores do projeto “Nos Jardins da Infâmia”, Suzana Varjão deixou a redação e entrou para



Debate na academia

O profundo envolvimento dos participantes do Concurso Tim Lopes com a complexa agenda da violência sexual contra crianças e adolescentes e os desdobramentos em seus rumos profissionais têm mobilizado também o interesse da academia. Na tese *Entre o Público e o Privado: Interpretações sobre Estórias de Abuso Sexual em Narrativas Jornalísticas*, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisadora Luciana Kraemer entrevista o repórter Mauri Konig, autor da série “Infância no Limite” (*Gazeta do Povo*, 2004), a respeito dos desafios colocados pela temática e a mudança de perspectiva resultante dos processos de investigação realizados. “O que eu não faço agora, por exemplo, é ouvir uma criança ou um adolescente que esteja em processo de recuperação”, declara Konig.

O estudo focaliza a produção editorial dos dois jornais de maior circulação da região sul do Brasil (*Zero Hora* e *Gazeta do Povo*) e discute o papel desempenhado pela ANDI para o agendamento do fenômeno junto às redações. São também focalizadas as oportunidades de qualificação da cobertura oferecidas pelo Concurso.

a vida acadêmica, tendo defendido, em 2007, a dissertação *Micropoderes e Macroviolências*, na Universidade Federal da Bahia. Em 2008, o trabalho virou livro. “Fui contratada pela Associação de Voluntários para o Serviço Internacional para assessorar dois projetos do governo do estado: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e o Plano de Segurança do Projeto de Habitação de Interesse Social Dias Melhores”, conta.

Patrimônio profissional

Quando terminou o caderno “Confissões de Família”, projeto premiado pela ANDI na primeira edição do Concurso Tim Lopes, Juliana César ainda não sabia o quanto a experiência seria decisiva na sua vida profissional. Depois de deixar o *Correio Braziliense*, prosseguiu pelas trilhas dos direitos da infância. No Ministério da Justiça, trabalhou no texto do manual para a política de classificação indicativa no país e no próprio processo de análise dos filmes. Hoje, é coordenadora de projetos especiais da Empresa Brasileira de Comunicação (ECB).

Com relação ao patrimônio profissional, os autores da reportagem “Raízes da Impunidade” garantem ter aprendido muito sobre técnicas de abordagem, apuração e edição. Para eles, porém, o principal troféu é uma suplementação de autoconfiança. “Participar de um projeto desses resulta em abordagens mais originais e coberturas mais aprofundadas do que habitualmente fazemos”, conclui a editora Katherine Funke.

Independentemente da natureza dos sentimentos e dos rumos tomados por cada um, todos parecem concordar com a síntese feita por Alan Rodrigues, um dos responsáveis pelas três reportagens veiculadas na revista *IstoÉ* a partir da premiação recebida na segunda edição do Concurso. Diz ele: “A sensação de que você está contribuindo para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes é muito boa”. ●

JORNALISTA AMIGO DA CRIANÇA



O Projeto Jornalista Amigo da Criança foi lançado pela ANDI, em 1997, com o objetivo de reconhecer profissionais de comunicação cujo trabalho tem sido pautado pelo compromisso com a agenda social e os direitos infanto-juvenis. No total, 346 jornalistas já foram homenageados. Eles trabalham em redações de jornais, revistas, emissoras de rádio ou tevê, sítios e universidades, além de ONGs e outras organizações. Os critérios utilizados pela ANDI para a escolha dos profissionais que recebem o título são:

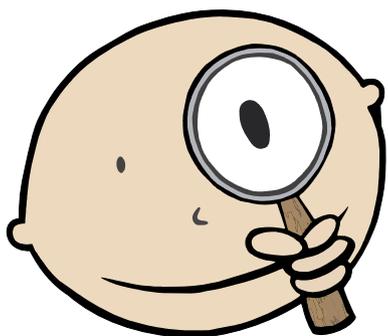
- Produção freqüente de matérias de qualidade na cobertura de temas relevantes à defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- Estímulo à participação das próprias crianças e dos adolescentes na construção de políticas públicas que assegurem seus direitos, ao ouvi-los e ao permitir que expressem suas opiniões por intermédio da mídia;
- Ética no exercício da profissão; e

- Atuação com grande responsabilidade social enquanto formador de opinião.

Uma vez diplomado, esse profissional passa a contar com um amplo suporte oferecido pela ANDI, pelas agências das redes ANDI Brasil e pelas organizações parceiras na defesa dos direitos infanto-juvenis. Tal apoio compreende o envio de publicações especializadas, cooperação técnica em investigações jornalísticas, fornecimento de dados, recomendações de fontes e convites para participação em seminários, por exemplo.

A marca do projeto foi elaborada pelo cartunista Ziraldo (ele próprio um dos profissionais reconhecidos). Segundo sua inspiração, o jornalista caminha com uma criança, em seus ombros, e esta lhe tapa os olhos. Ele segue, portanto, guiado pela criança, enxergando o mundo com o auxílio dessa nova perspectiva.

O projeto é desenvolvido pela ANDI e conta com patrocínio da Petrobras e com apoio do Unicef.



Lições da prática

Todo viajante de solas gastas tem conselhos aos que dão os primeiros passos. E assim é com relação ao Concurso Tim Lopes. Quem participou da experiência trilhou uma longa jornada, iniciada com a concepção da pauta, a formatação do projeto, a negociação com os veículos, a preparação das equipes, o planejamento de cada passo da investigação, o relacionamento com os consultores e os riscos e as armadilhas da investigação. Isso além da redação, da edição e da repercussão que se seguiu à veiculação do material. Os principais desafios, erros e acertos – e como cada um deles foi enfrentado –, assim como as reflexões desses profissionais, representam um atalho para quem toma o caminho do jornalismo investigativo que foca a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Projeto e produção

- Uma boa idéia nem sempre garante um bom material jornalístico. É preciso buscar estatísticas e dados que fundamentem a tese inicial. Também é essencial procurar boas fontes de informação ligadas ao tema, capazes de interpretar os números de forma crítica e contextua-

lizá-los, além de registrar outras referências e a bibliografia. Não é recomendável montar um projeto sem saber aonde se quer chegar.

- A fase de pré-produção é o momento de fazer um planejamento minucioso, o que nem sempre é da cultura do jornalismo. Não é recomendável economizar esforços nessa etapa, muito menos dispensá-la.

Negociação com o veículo

- Negociar com os editores sobre os principais passos da matéria, assim como as necessidades da equipe, evita mal-entendidos. Sem essa etapa, pode haver dificuldades para o cumprimento do prazo e a abordagem final do material. É importante que os editores (chefes ou executivos) sintam-se parte do projeto.

Funcionamento da equipe

- Investir na “afinação” da equipe é fundamental para garantir não apenas um bom resultado final, mas para lograr um clima de cooperação e integração ao longo do processo. Para isso, os membros do grupo devem discutir juntos as estratégias de abordagem, as experiências vividas, as dúvidas, os erros e os acertos, assim como a avaliação das situações de risco.
- Embora muitas vezes seja necessário realizar o trabalho em conjunto, sempre que possível vale respeitar as características e preferências de cada um na distribuição das tarefas.
- É importante considerar o trabalho como uma construção coletiva. Ele não é autoral, ou seja, não é propriedade de quem propôs o projeto ou eventualmente ocupa cargo mais alto na hierarquia da redação. Mesmo que a matéria seja de autoria de um só repórter, essa perspectiva se aplica ao fotógrafo e ao motorista, por exemplo.
- Se o projeto envolver estudantes universitários, é recomendável que sejam escolhidos a partir do quinto semestre. A seleção deve avaliar a maturidade do estudante e não apenas a qualidade do seu trabalho.

Apuração

- Mesmo com planejamento criterioso, é preciso sempre ter um “Plano B”. Fontes de informação desaparecem ou trocam de idéia, endereços mudam, novos fatos surgem quando se investiga assuntos que envolvem delito, preconceito, segredo, trauma.
- Em pautas que exigem viagens, quando a equipe chegar a uma cidade, as conversas informais com motoristas de táxis, recepcionistas de hotéis e donos de bares podem render muito.
- Nenhum integrante da equipe deve se submeter a riscos desnecessários e, nos casos de riscos necessários, é preciso tomar todas as providências capazes de reduzi-los ao máximo. Algumas sugestões: deixar alguém informado sobre o roteiro da pauta, comparecer acompanhado, sempre levar um celular, informar-se previamente sobre o contexto em que se envolverá.
- Deve-se usar criteriosamente microcâmeras e gravações não-autorizadas. E de preferência, utilizar o material coletado em sigilo apenas para proteção da própria equipe no caso de contestação das informações.
- É importante acompanhar os casos e não apenas os fatos episódicos, incluindo os andamentos do inquérito policial, da denúncia no Ministério Público ou do processo judicial.
- Convém procurar entender o que está por trás do problema, como valores culturais, condições socioeconômicas, aspectos psicológicos, problemas de educação e saúde ou questões de gênero, raça e etnia.

Entrevistas

- Para não ‘revitimizar’ crianças e adolescentes (ou familiares), é preciso ter habilidade e estar preparado na hora da entrevista, evitando explorar detalhes que não contribuem para a retratação do problema ou para a conscientização da sociedade. Também é importante não submeter a fonte a uma entrevista imediatamente após a agressão.

- É imprescindível informar-se com especialistas sobre a melhor técnica de abordagem do entrevistado e, em casos particularmente traumáticos, esse mesmo especialista poderá acompanhar o repórter durante a entrevista. Nesse caso, deverá haver acerto prévio para evitar mal-entendidos, interferências indesejadas e desconforto a qualquer uma das partes envolvidas: entrevistador, fonte e consultor.
- No caso de abuso familiar, fica mais difícil entrevistar o abusador se antes o repórter já tiver conversado com a vítima, pois estará mais impactado pela situação.
- É preciso ter cuidado com as palavras e os termos na hora da entrevista, para não reproduzir preconceitos.
- Convém manter relação estritamente profissional com as fontes de informação. Além disso, jamais se deve lançar mão de troca de favores, acordos ou compromissos que comprometam a independência e o resultado final da apuração.
- No caso de fontes que fazem denúncias capazes de colocá-las em risco, deve ser considerada seriamente a hipótese de pedir proteção para elas (a fonte é uma testemunha).

Som e imagem

- Não se deve retratar crianças e adolescentes de forma vulgar ou erotizada, mesmo sem mostrar os rostos deles.
- Tarjas e quadriculados nos rostos estão diretamente associados à marginalidade e ao crime. Por isso, esses recursos são desaconselháveis.
- Deve-se evitar imagens banalizadas e lugares-comuns, como a da bonequinha ou o urso de pelúcia. Fotografar ou filmar mãos, pés e outros detalhes do corpo (desde que não sejam associados a situações eróticas) pode ser um recurso válido. Cuidado: objetos (como celulares, mochilas, agendas e algum pertence do entrevistado) igualmente podem sugerir a idade e indiretamente permitir a identificação da fonte.

- Sombras são perigosas porque podem ajudar a identificar a pessoa. Neste caso, elas precisam ser distorcidas na água, por exemplo, ou em parede ou vidro irregulares.
- Também as silhuetas de uma pessoa são facilmente identificáveis. Podem ser usadas, mas com muito cuidado.
- Locais também são facilmente reconhecidos. Por isso, quando se registrar a imagem, é recomendável não fazer isso perto da casa ou dos locais que a fonte frequenta.
- Vozes, se gravadas, devem obrigatoriamente ser distorcidas quando o programa for ao ar, seja no rádio ou na televisão.

Redação e edição

- É preciso escolher as palavras criteriosamente. A linguagem deve ser acessível, isenta de preconceitos e desprovida de jargões.
- O jornalista pode e deve buscar informações que levem à prevenção, punição do agressor e/ou responsabilização das instituições envolvidas em casos de negligência ou conivência. Mas isso precisa ser feito por meio do relato dos fatos e nunca por palavras condenatórias, sejam elas substantivos ou adjetivos.
- Deve-se evitar a ‘espetacularização’, assim como a transformação de um fato em tendência.
- Convém tomar cuidado redobrado com títulos, manchetes, chamadas, legendas. Uma palavra inadequada pode comprometer todo o resultado do trabalho.
- Cabe esclarecer as diferenças entre abuso e exploração sexual e outras expressões ou conceitos que aparecem no texto.
- Não se deve revelar os nomes de crianças e adolescentes envolvidos nesses crimes, nem tampouco os de familiares, amigos ou locais capazes de identificá-los.
- Só citar o que está documentado ou gravado.

- Deve-se estar informado sobre projetos de lei relativos ao tema e acompanhar a tramitação deles.
- Convém mencionar sempre a legislação (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Código Penal, Plano Nacional, Planos Estaduais e Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente), principalmente quando são abordadas as políticas públicas.
- A inexistência ou ineficiência de políticas públicas e organismos também rende conteúdo, merecendo destaque no processo de edição.
- É sempre conveniente que a reportagem ofereça dados sobre prevenção, ou seja: onde e como denunciar, quem procurar, sem esquecer de citar o endereço tradicional, o endereço eletrônico e também o telefone.

Após a publicação

- Cabe achar formas de socializar a experiência com o resto dos colegas de redação – seja por meio de simples conversas, de relatos em reuniões ou oficinas. É importante solicitar opiniões e sugestões, além de estimular trabalhos similares.
- Produzir matérias sobre o tema em grande quantidade não é suficiente para aprofundar a discussão na sociedade. O importante é investir na qualidade da informação, na continuidade dos assuntos pendentes, na pluralidade de fontes consultadas e na diversidade de enfoques.
- Convém preservar a relação com fontes de informação no sentido de mostrar-se receptivo às sugestões de pauta. Isso porque, em meio à rotina da redação, fica difícil acompanhar de perto o andamento da questão, enquanto que os especialistas e representantes de organizações têm seu trabalho centrado no tema. Cabe tomar cuidado, porém, para manter essa relação no plano estritamente profissional, sem troca de favores. ●

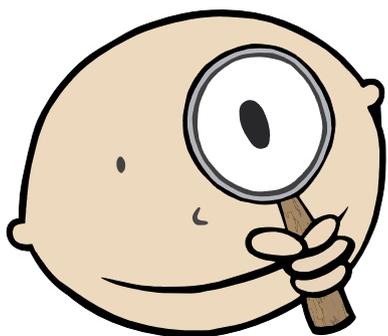
6

Análise de Mídia

CONSIDERADA UMA DAS MAIS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS, A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSTITUI UM DESAFIO NÃO APENAS PARA OS GESTORES PÚBLICOS, MAS TAMBÉM PARA O TRABALHO COTIDIANO DA IMPRENSA. ESTUDO PRODUZIDO PELA ANDI, EM PARCERIA COM A CHILDHOOD BRASIL, APONTA QUE, EMBORA AINDA PRECISEM SUPERAR ALGUNS IMPORTANTES LIMITES, OS JORNAIS DO PAÍS TÊM AVANÇADO SIGNIFICATIVAMENTE NA QUALIDADE DESSA COBERTURA.



Foto: Fco Fontenele (O Povo - CE, 2006)



Violência sexual na pauta da imprensa brasileira

Há um processo global de mobilização que vem ocorrendo desde os anos 1990 e que agora se fortalece com o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Rio de Janeiro ao final de 2008 (espaço de lançamento da presente publicação). O Concurso Tim Lopes insere-se nesse contexto e nasce exatamente da relação histórica que a ANDI tem com a questão – um dos temas fundadores da Agência, 15 anos atrás. Em sua concepção está o entendimento de que a imprensa poderia e deveria realizar vãos mais altos na cobertura dos diversos aspectos que concorrem para o fenômeno.

É verdade que, ao longo de todo esse período, a mídia brasileira tem oferecido importantes contribuições para o agendamento do debate em torno do problema na esfera pública. Segundo estudo feito pela ANDI, em parceria com a Childhood Brasil, mesmo diante das dificuldades em lidar com um assunto de tal complexidade, vem crescendo nos últimos anos a disposição dos veículos noticiosos em conceder maior atenção à temática. Entre 2000 e 2006, por exemplo, o espaço dedicado a questões relacionadas à vio-

lência sexual contra crianças e adolescentes quase triplicou na imprensa brasileira.

Mais importante do que o avanço na quantidade, porém, é o aprimoramento da qualidade desse noticiário. Com uma abordagem mais pluralista e crítica, as reportagens vêm buscando diversificar suas fontes de informação – antes concentradas principalmente nas delegacias de polícia. Também é possível detectar um esforço em não limitar a pauta à simples denúncia: o exercício de questionar as causas e apontar/debater as soluções para o problema vem, paulatinamente, sendo integrado à rotina das redações. Da mesma forma, gradualmente passa a ganhar corpo a cobrança por políticas públicas na área – uma importante contribuição para um impacto mais efetivo sobre o fenômeno.

Limites e desafios

Embora mais consistentes na cobertura oferecida à questão, jornais brasileiros ainda devem superar diversos limites se quiserem garantir um tratamento editorial capaz de responder às inúmeras complexidades associadas à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Há, de um lado, equívocos que já não encontram razão para seguir acontecendo – tais como o uso de termos pejorativos na qualificação de vítimas e agressores ou a divulgação desnecessária de dados sobre meninos e meninas ou suas famílias. Não raro, é possível encontrar veículos que ainda optam por centrar foco em aspectos mais apelativos do problema – como a morte das vítimas, por exemplo.

Análise especial

Este capítulo tem como fonte a publicação *Guia de Referência para o Diálogo com a Mídia*, produzida em 2008 pela ANDI em parceria estratégica com a Childhood Brasil. Os números apresentados constituem os principais resultados de um estudo realizado em 2007 sobre a cobertura da violência sexual na imprensa brasileira. Com a utilização de dados do noticiário de 2006, a pesquisa buscou identificar os avanços e os retrocessos em relação à produção de 2000 – ano em que foi elaborado um amplo levantamento acerca da atuação da mídia sobre o tema, cujos resultados foram



publicados no livro *O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*.

A metodologia utilizada nas análises de mídia realizadas pela ANDI pode ser conhecida por meio do texto disponível no seguinte endereço eletrônico:

www.andi.org.br/_pdfs/metodologia.pdf

UM CRIME COMPLEXO

A violência sexual contra crianças e adolescentes se apóia em um complexo sistema de fatores culturais, sociais e econômicos. “A exploração está interligada ao machismo e às relações de poder, uma questão cultural. Também à pobreza, que é um divisor de águas na vida de milhares de crianças e adolescentes cujos corpos são tratados como mercadorias”, diz Leila Paiva, assessora da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

Para Neide Castanha, secretária-geral do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, essa é uma questão paradoxal. “Um esforço está sendo feito em todo o mundo com o intuito de encarar o problema da violência sexual como uma questão social”, explica, apontando que se avançou de um debate entre militantes dos direitos humanos e co-

branças governamentais para a consolidação do tema como uma questão de todos.

“Nós nos perguntamos por que os corpos e a sexualidade de crianças têm espaço no mercado. Não se trata de um panorama moralista, mas de uma questão que diz respeito à humanidade”, completa Neide, que provoca a imprensa: “A exploração sexual ainda não tem sido discutida no âmbito do modelo de desenvolvimento que queremos. Isso também é papel da mídia. Jornalistas são pesquisadores e têm a tarefa de cobrar iniciativas e responsabilidades”, lembra.

Para Mário Volpi, oficial de projetos para a juventude do Unicef, a grande mensagem é que não existe justificativa para a exploração sexual. “Não há pretexto que a explique, nem os culturais, sociais, econômicos. Se assumirmos o princípio de que a exploração sexual não é aceitável, partimos para outro, que é o de enfrentá-la”.

Tabela 1

EVOLUÇÃO DA COBERTURA SOBRE EXPLORAÇÃO & ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (Total de notícias acerca do tema)		
	Número de notícias da amostra	Total estimado de notícias*
2000	167	2.004
2006	457	5.484
Evolução 2000-2006	173,65%	173,65%

*Estimativa obtida a partir de amostragem por método de Mês Composto.

Por outro lado, a imprensa necessita avançar também na capacidade de apresentar um panorama mais amplo do problema. Os estudos feitos pela ANDI junto a 45 jornais brasileiros mostram, por exemplo, que a mídia impressa ainda não discute as conseqüências do fenômeno de uma maneira abrangente. Além disso, grande parte deles não utiliza a análise dos recursos destinados à área como um instrumento de monitoramento das políticas públicas. Afinal, o orçamento é o primeiro e determinante passo para uma política pública; é também o primeiro e determinante olhar quando se quer investigar “o estado da arte” das políticas.

Uma cobertura mais qualificada

É importante que estejamos atentos ao dado de que o incremento da pauta da violência sexual no âmbito da imprensa brasileira se dá mesmo quando os índices de denúncia desse crime permanecem pequenos, frente a outras formas de violação de direitos. De acordo com dados do Disque 100, mantido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o número de denúncias de violações cometidas contra crianças e adolescentes cresce a cada ano no Brasil, mas apenas 11% das formas de violência relatadas referem-se à explo-



18 de maio

Desde 2000, a mobilização social em torno da violência sexual contra meninos e meninas ganhou um importante reforço no Brasil com a criação, por meio da Lei Federal nº 9.970, do Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). Todos os anos, manifestações, campanhas, eventos de cunho técnico e outras atividades são realizados nesse período como forma de ampliar o debate público sobre o fenômeno no país.

A data foi escolhida em função do momento emblemático que representa, pois nesse dia, em 1973, uma menina de oito anos foi brutalmente assassinada em Vitória (no Espírito Santo), após ter sido estuprada por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, ficou impune e acabou prescrevendo.

ração sexual. Nas situações de abuso, o percentual é um pouco maior: 17%. Já casos de pornografia e tráfico de crianças e adolescentes não chegam a somar 1% do total de chamadas.

Além de focalizar esses vários tipos de agressão, o tratamento dispensado pela imprensa brasileira aos crimes sexuais que envolvem garotos e garotas é, geralmente, mais qualificado do que o oferecido às demais manifestações de violência. A constatação tem como base a comparação entre estudos realizados pela ANDI com foco em diversas outras formas de violência (maus-tratos, roubos e homicídios, por exemplo) e aqueles que tratam especificamente da violência sexual (que reúne abuso e exploração).

Em 2002, por exemplo, 16,89% das matérias sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes debatiam soluções para as questões retratadas. Nos textos sobre violência em geral, o índice é bem menor: 3,99%. A discussão do problema sob a ótica legal também é mais presente nas reportagens sobre exploração e abuso: 12,35% contra 5,06%. No que se refere às políticas públicas na área, novamente a cobertura focada nos crimes sexuais se destaca. Cerca de 5,25% desses textos discutiam ações implementadas pelo poder público, enquanto nas reportagens sobre violência em geral o indicador não ultrapassa os 0,45%.

Mobilização factual

As pesquisas realizadas pela ANDI confirmam a percepção geral de que a cobertura sobre exploração e abuso sexual ganha força nos meses que representam marcos e conquistas na área, normalmente bem trabalhadas pelos movimentos sociais da infância. Tanto em 2006 quan-

Tabela 2

EVOLUÇÃO MENSAL DA COBERTURA SOBRE EXPLORAÇÃO & ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
Total de notícias sobre o tema em 2000 e 2006		
Mês	2000	2006
Janeiro	4,60%	9,40%
Fevereiro	7,30%	7,00%
Março	12,20%	7,90%
Abril	5,20%	5,30%
Maio	19,00%	16,70%
Junho	6,40%	5,90%
Julho	11,00%	9,00%
Agosto	5,20%	7,50%
Setembro	6,40%	6,10%
Outubro	9,50%	12,70%
Novembro	6,40%	3,90%
Dezembro	6,40%	8,60%
Total (N)	2.004	5.484

to em 2000, a maior concentração de matérias sobre a temática esteve no mês de maio (quando ocorre a mobilização nacional em torno do dia 18), com 16,70% e 19%, respectivamente, do total de textos publicados sobre o assunto naqueles anos. Os outros meses de destaque são julho (aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente), com 9% e 11%, e outubro (mês da criança), com 12,70% e 9,50%.

O perigo mora nos adjetivos

A exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes são crimes ainda cercados por muita desinformação e preconceito. Não raras vezes, a imprensa acaba por reforçar estereótipos, utilizando terminologias inadequadas para designar vítimas e também agressores. Embora avanços tenham sido registrados entre a cobertura de 2000 e 2006, ainda é possível encontrar nas páginas de

VISÃO AMPLA DO FENÔMENO

O estudo *Abuso Sexual Infantil y Explotación Sexual Comercial Infantil en América Latina y El Caribe - Informe Genérico Situacional*, da Save The Children Suécia sistematiza os principais aspectos já consolidados entre governos, e especialistas, no que se refere à violência sexual contra crianças e adolescentes:

- **São violações dos direitos humanos** - Contrariam direitos fundamentais reconhecidos em instrumentos ratificados por diversos países, entre os quais o Brasil.
- **São um descumprimento de normas constitucionais** - Vão contra a Constituição Federal em relação aos princípios de defesa da vida, dos direitos e do bem-estar de cidadãos e cidadãs.
- **São delitos** - Ferem o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal e são delitos contra a liberdade, a integridade e os direitos sexuais e reprodutivos.
- **São formas de violência sexual** - São crimes que, em geral, envolvem a imposição de atos sexuais ou de caráter sexu-

al a uma criança ou um adolescente por parte de uma ou mais pessoas.

- **São formas de violência de gênero** - As estatísticas revelam que meninas e mulheres são as maiores vítimas da violência sexual. Por isso, esses crimes também estão inseridos, conforme definição da ONU, entre as modalidades específicas de violência contra a população feminina.
- **São um problema de saúde pública** - Os crimes sexuais geram graves consequências para a saúde física, mental e emocional das vítimas, assim como riscos associados ao consumo de drogas, à gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, representam um importante desafio para as políticas de saúde, a curto e a longo prazo.

Fonte: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Guia de referência para a cobertura jornalística (ANDI / Petrobras / Unicef)



jornais termos como “monstro”, “maníaco” ou “tarado” para designar agressores. A tentativa de atribuir à vítima a responsabilidade pela violência sofrida também ocorre: “assanhada”, “biscateira” ou “espevitada” são algumas das expressões para apontar quem foi submetido ao crime.

Se a oferta de tratamento mais ético a vítimas e agressores ainda é um desafio para boa parte dos profissionais da imprensa, no que se refere às terminologias utilizadas para apresentar os atos criminosos ao leitor, esse cenário avança. Segundo o estudo conduzido pela ANDI, jornais brasileiros passaram a fazer, em 2006, maior uso de expressões como “exploração sexual”, “abuso sexual” e “violência sexual”, eliminando substancialmente o uso de termos como “aliciamento”, “sedução de menores”, “atos libidinosos”, “rufianismo” e, inclusive, “prostituição” – expressão equivocada, segundo especialistas, pois remete à idéia de consentimento da vítima.

Exposição da vítima

Outro grave equívoco no qual a imprensa por vezes incorre diz respeito à exposição das vítimas. O artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente é muito claro quando aponta: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Essa orientação vale tanto para meninos e meninas que são vítimas quanto para os que são agentes de atos infracionais. Entretanto, nem sempre esse direito fundamental é respeitado no âmbito da imprensa brasileira.

Equívocos na terminologia

“Em que pese todos os avanços de mudança na linguagem jornalística com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, infelizmente alguns profissionais ainda utilizam o termo ‘menor’, sobretudo em matérias relacionadas ao tema da exploração sexual. Outros erros comuns são a confusão conceitual entre as situações de abuso e exploração sexual e o desconhecimento sobre as diferentes modalidades de exploração sexual comercial, em especial o tráfico para esse fim”.

Graça Gadelha, socióloga e consultora da Partners of the Americas

Tabela 3

PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		
(% sobre o total de notícias de cada período acerca do tema Exploração & Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes)*		
VÍTIMA	2000	2006
Há a presença de descrições minuciosas sobre o corpo ou estado da vítima	4,60%	5,20%
Menciona nomes de crianças e adolescentes envolvidos	3,10%	14,00%
Menciona, quando o nome não é citado, características e/ou informações que permitam identificar as crianças e adolescentes envolvidos	13,10%	2,80%
Há foto explicitando a violência a que as vítimas foram submetidas	1,80%	0,20%
Há foto de crianças e adolescentes que permite identificá-los	0,90%	2,20%
Há o uso de tarja preta**	-	0,20%
AGRESSOR	2000	2006
Menciona nomes de crianças e adolescentes envolvidos	0,00%	1,50%
Menciona, quando o nome não é citado, características e/ou informações que permitam identificar as crianças e adolescentes envolvidos	0,30%	4,60%
Há foto de crianças e adolescentes que permite identificá-los	0,00%	0,00%
Há foto com tarja preta**	-	0,00%

* As variáveis permitem marcação múltipla. Os percentuais dizem respeito ao total projetado de 2.004 textos (2000) e 5.484 textos (2006).

** Variável não analisada em 2000.

Aproximadamente 14% dos textos sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes analisados pela ANDI em 2006 identificam as vítimas mencionando seus nomes. Mais de 2% dessas reportagens apresentam fotos que permitem identificá-las. Preocupa também a constatação de que esses percentuais cresceram bastante, quando comparados aos encontrados em 2000.

CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES É UM PROBLEMA MULTIFACETADO – ENVOLVE FATORES QUE PASSAM PELA DESIGUALDADE ECONÔMICA, PELA DISTINÇÃO DE GÊNERO, PELA OMISSÃO DO ESTADO E, ATÉ MESMO, PELA IMPUNIDADE DOS AGRESSORES. NEM SEMPRE ESSA MULTIPLICIDADE DE ASPECTOS SE ENCONTRA NA SUPERFÍCIE DA QUESTÃO. É PAPEL DO JORNALISTA IR ALÉM DA SIMPLES DESCRIÇÃO DO CRIME, OU SEJA, BUSCAR INFORMAÇÕES QUE PERMITAM CONTEXTUALIZAR A OCORRÊNCIA DO FENÔMENO: DISCUTINDO CAUSAS, IDENTIFICANDO CONSEQÜÊNCIAS, DEBATENDO SOLUÇÕES OU MOSTRANDO EXEMPLOS BEM-SUCEDIDOS DE COMBATE AO CRIME.

Apresentar os aspectos que poderiam influenciar a ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes ainda não é uma prática adotada pela maior parte da imprensa brasileira.

Em 2006, apenas 22% das matérias que abordaram o tema mencionaram possíveis causas para o fenômeno. Embora limitado, é importante destacar que o número é bem maior que o registrado na mensuração anterior, de 2000 (8%).

Em 50% das reportagens que desenvolvem essa abordagem, a pobreza aparece como o principal fator para a ocorrência de crime sexual. Em segundo lugar estão a desestruturação familiar e os problemas psicológicos – ambos com 24,04%. Um ponto positivo captado pela análise comparativa, entre 2000 e 2006, é a maior atenção das redações a aspectos relacionados a ações públicas de combate à violência sexual. Em 2006, a falta de políticas de atendimento às vítimas foi apontada como o fator responsável pela violência em 6,73% dos textos. A ausência de políticas voltadas para a solução do problema apareceu como causa em outros 15,38%. Os dois indicadores apresentam avanços significativos, já que em 2000 o primeiro índice havia sido nulo, e o segundo correspondia a 7,14% – ou seja, menos da metade do valor verificado em 2006.

Tabela 4

CAUSAS DO ABUSO & EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO OS TEXTOS		
(% sobre total de notícias acerca do tema que abordaram Causas)*		
	2000	2006
Pobreza (desemprego, tensão social)	64,29%	50,00%
Desestruturação familiar	3,57%	24,04%
Problemas de ordem psicológica	17,86%	24,04%
Abusos sexuais sofridos em outras fases da vida	0,00%	20,19%
Ausência de políticas públicas direcionadas para a solução do problema	7,14%	15,38%
Drogas	3,57%	14,42%
Falta de ação ou preocupação da sociedade com o tema	17,86%	9,62%
Fator cultural	0,00%	9,62%
Inadequação da família aos problemas enfrentados pela criança	10,71%	7,69%
Falta de política de atendimento às vítimas	0,00%	6,73%
Ineficiência das diversas autoridades ligadas ao tema	28,57%	5,77%
Corrupção policial	7,14%	3,85%
Banalização da sexualidade pela sociedade/mídia	14,29%	3,85%
Culpabilidade da vítima	17,86%	2,88%
Erotização precoce	10,71%	0,96%
Inadequação da educação - escolar/familiar	7,14%	0,96%
Outras causas gerais	53,57%	21,15%
Total (N)	168	1.248

* A variável permite marcação múltipla.

A maior conquista do processo de qualificação da imprensa ocorrido ao longo desses anos pode ser percebida na consistente redução de matérias que responsabilizam a vítima pela violência sofrida: de quase 18% em 2000, o percentual caiu para 2,88% em 2006. Merece desta-



que também o fato de que os textos que apontam causas gerais para o problema reduziram muito em 2006: 21,15% contra 53,57%.

Ou seja, os jornalistas já estão buscando investigar mais detalhadamente os aspectos que propiciam a manifestação desse tipo de crime. Por outro lado, preocupa a queda dos índices em tópicos como a ineficiência das autoridades ligadas ao tema, a erotização precoce e a banalização da sexualidade pela sociedade e pela mídia.

Muitas conseqüências

Além da compreensão das causas da violência sexual, outros dois componentes essenciais para o enfrentamento do fenômeno são a discussão sobre os impactos desses crimes nas vidas das vítimas e a busca de soluções para o problema. Na análise feita pela ANDI em 2006, cada um desses fatores aparece em 23% do material jornalístico avaliado. Os índices estão bem próximos dos registrados nas matérias que abordaram as causas da violência sexual e apresentam crescimento em relação à medição anterior. Em 2000, 14% dos textos haviam discutido as conseqüências do ato violento para as crianças, enquanto apenas 7% apontaram soluções.

Uma constatação preocupante, contudo, é o aumento, registrado em 2006, dos casos em que a morte da vítima é apontada como conseqüência da violência sexual. Quase 80% das reportagens pesquisadas trazem essa abordagem, que aparecia em menos de 8% das matérias em 2000. Outro índice que cresceu muito na comparação entre os dois anos é o que aponta a morte

Causas diversas

Várias pesquisas ainda apontam a pobreza e a exclusão social como principais variáveis que influenciam fortemente a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Esses aspectos, no entanto, não explicam todos os fatores de causalidade do crime. Estudos recentes têm demonstrado que as acentuadas desigualdades - social e econômica - entre pobres e ricos e entre homens e mulheres, bem como entre brancos, negros e indígenas; além das disparidades regionais, constituem aspectos determinantes para a existência desse crime.

Outros fatores associados podem também facilitar a explicação do fenômeno, embora não o justifiquem: a violência sofrida dentro de casa, a situação de vulnerabilidade na família ou na comunidade, o consumo abusivo de drogas, o abandono escolar e até mesmo a erotização precoce. Essas são situações que podem ocorrer em famílias de todos os extratos sociais, o que reafirma o fato de que a pobreza não constitui a única ou principal causa da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Guia de referência para a cobertura jornalística (ANDI / Petrobras / Unicef)

UM PLANO NACIONAL

No ano 2000, representantes da sociedade civil organizada e do governo brasileiro estruturaram o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O documento era uma resposta do país ao compromisso firmado na Declaração e na Agenda para Ação, aprovadas no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo. O processo de elaboração do plano mobilizou mais de 160 organizações sociais e governamentais e, ao fim, gerou um conjunto articulado de ações e metas para a implementação da política de enfrentamento à violência sexual.

O plano nacional brasileiro foi estruturado a partir de seis eixos fundamentais, que estabelecem um conjunto de diretrizes relacionadas a diferentes áreas. Embora não reste dúvida de que a iniciativa representa uma importante referência para a formulação das políticas públicas para o setor, suas proposições ainda estão longe de ser integralmente aplicadas.

Para Mário Volpi, oficial de projetos do Unicef, em linhas gerais, o plano nacional é muito bom, mas precisa entrar em total implementação. “Temos que fazer o teste prático, pois é a execução de suas diferentes linhas que vai definir se ele abrange tudo o que é necessário. Existem abordagens interessantes sobre saúde, turismo e responsabilização dos agressores, mas é preciso que se consiga articular outras áreas, o que não foi feito até hoje”, opina.

E o que falta para a gestão do enfrentamento? Especialistas indicam a ausência de políticas integradas. “Não se combate a exploração sexual com um programa no campo de saúde ou da assistência. Os governos precisam de planos que de fato integrem as diversas áreas, como segurança, assistência social, educação, cultura, esporte, turismo, transportes, agricultura, forças armadas. Quando uma ação chega a um município, não pode chegar isolada. A importância do plano está em sua visão e em sua estratégia de integralidade” defende Volpi.

Tabela 5

CONSEQÜÊNCIAS DO ABUSO & EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO OS TEXTOS		
(% sobre total de notícias acerca do tema que abordaram Conseqüências)*		
VÍTIMA	2000	2006
Morte	8,70%	79,82%
Gravidez	50,00%	17,43%
Problemas psicológicos	17,39%	11,93%
Aborto	26,09%	5,50%
Fuga de casa	13,04%	5,50%
DST/ AIDS	6,52%	5,50%
Problemas físicos	32,61%	4,59%
Abandono da escola	2,17%	3,67%
Expulsão de casa	2,17%	0,92%
Suicídio	0,00%	0,92%
Tentativa de suicídio	0,00%	0,00%
Total (N)	276	1.308
AGRESSOR	2000	2006
Morte	16,67%	79,31%
Violência física	33,33%	37,93%
Linchamento	66,67%	20,69%
Violência sexual	8,33%	0,00%
Total (N)	72	348

* A variável permite marcação múltipla.

do agressor como conseqüência: 79,31%, em 2006, contra 16,67%, em 2000. A Tabela 5 evidencia um grave reflexo desses problemas: a tendência de focar casos de morte relacionados aos crimes sexuais contribuiu para reduzir a cobertura jornalística que tratava de outras conseqüências



Em defesa dos direitos

“A imprensa pode contribuir para o enfrentamento da violência sexual contra meninos e meninas passando informações precisas e seguras sobre a problemática e radicalizando na defesa do direito que toda criança e adolescente têm de desenvolver sua sexualidade de forma saudável (compatível com sua idade) e segura (sem moralismo ou tabus). Para isso, é necessário que jornalistas e comunicadores abordem o tema sob a ótica dos direitos humanos, o que significa muito mais do que simplesmente dar espaço para a questão. É preciso que os meios de comunicação criem condições de aprofundamento do tema, tratando do combate à impunidade e também da proteção às vítimas”.

Neide Castanha, presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

– menos graves para as vítimas, mas de forte impacto tanto em termos pessoais quanto sociais. Alguns aspectos em que se observou queda de 2000 para 2006 foram: gravidez (de 50% para 17,43%), aborto (de 26,09% para 5,50%) e problemas de cunho psicológico (de 17,39% para 11,93%).

Graça Gadelha, socióloga e consultora da 4ª edição do Concurso Tim Lopes destaca que esse foco tende a permitir maior “espetacularização do crime”, prejudicando a compreensão mais ampla do fenômeno. “A morte física é a consequência extrema, mas há também uma série de seqüelas que geram uma morte imperceptível: a morte psicológica, a da auto-estima, a da representação da figura masculina. A sociedade precisa estar atenta a essas subjetividades, inclusive cobrando políticas públicas que possam assegurar a reconstrução do projeto de vida dessas vítimas”, pede a especialista.

Qual é a solução?

Se no debate sobre consequências a mídia demonstra retrocesso na sua linha editorial, privilegiando casos de gravidade extrema, ao focalizar o quesito soluções encontramos indicadores mais positivos. Apesar de as campanhas de conscientização aparecerem como a principal solução para o problema – registrando o maior crescimento entre 2000 e 2006 –, chama a atenção o aumento dos textos jornalísticos que cobram ações de combate por parte das instituições diretamente responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes, como a escola, a família e a comunidade.

Tabela 6

SOLUÇÕES PARA ABUSO & EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO OS JORNAIS		
(% sobre total de notícias acerca do tema que abordaram Soluções)*		
	2000	2006
Campanhas de conscientização (contra o turismo com fins sexuais, por exemplo)	6,50%	38,80%
Combate à impunidade	38,70%	29,10%
Melhor política de acompanhamento das vítimas	11,30%	13,60%
Parcerias (ONGs, governo, empresas, igrejas)	11,30%	11,70%
Penas mais severas	3,20%	10,70%
Soluções a serem tomadas pela própria família	8,10%	9,70%
Soluções a serem implementadas na escola	1,60%	5,80%
Ações da comunidade	0,00%	4,90%
Eficiência administrativa	1,60%	4,90%
Melhoria das condições socio-econômicas	1,60%	3,90%
Capacitação de policiais	1,60%	2,90%
Política de cultura/arte e educação	1,60%	1,00%
Protagonismo juvenil	1,60%	0,00%
Outras soluções apresentadas	11,30%	16,50%
Total (N)	132	1.236

* A variável permite marcação múltipla.

Impressiona, por outro lado, o baixo índice de textos que identificam o Estado como o principal responsável pelas políticas de combate ao fenômeno. Tal abordagem não ocorre nem mesmo pela discussão de contextos de fundo, como os que enfocam a melhoria das condições socioeconômicas como uma das soluções possíveis. Mesmo com 50% da



Três pilares

Para a especialista Leila Paiva, coordenadora do sistema de atendimento que recebe denúncias da população (Disque 100), veiculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), as políticas públicas focadas no fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes devem ser implementadas segundo as seguintes perspectivas:

Prevenção - Começa com a educação e a sensibilização de setores da sociedade que trabalham diretamente com o público infanto-juvenil, como professores e profissionais de saúde.

Proteção - Pode ser feita a partir do momento em que se assegura o cumprimento dos direitos básicos de convivência familiar e comunitária, em ações integradas e intersetoriais.

Responsabilização - Prevê a desarticulação e a culpabilidade de indivíduos e redes dedicadas à exploração, com a denúncia, a penalização e o combate à corrupção e à impunidade.

cobertura jornalística trazendo esse fator como a principal causa das práticas de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes, apenas 3,9% das reportagens expõem o entendimento de que garantir condições dignas de vida para as famílias representa uma forma efetiva de enfrentamento do fenômeno. Dessa maneira, tornam-se grandes os riscos de se deslocar o problema e as responsabilidades por buscar soluções somente para o âmbito familiar – o que não condiz com a observação profunda da realidade.

ATENÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

As pesquisas realizadas pela ANDI e por seus parceiros constataram que, em 2000, menos de 10% da cobertura oferecida pela imprensa brasileira à temática do abuso e da exploração sexual comercial abordava programas e ações governamentais de combate à violência cometida contra crianças e adolescentes. Em 2006, o percentual de textos com esse viés apresentou uma melhora substancial: 16,6%.

Outro sinal de avanços consiste no aumento do volume de notícias que discutem a pauta sob uma perspectiva que extrapola a descrição de casos individuais, embora esse aspecto ainda seja o predominante nos textos publicados em 2006. Também merecem destaque o maior uso de elementos que permitem a contextualização desses crimes e a expansão, ainda que tímida, de matérias que apontam falhas nas políticas governamentais e cobram as autoridades responsáveis. Tais índices registram que começa a haver espaço para a mídia exer-

cer mais efetivamente seu papel de controle social sobre as atividades do Estado, quando está em foco essa grave violação.

Legislação

Os procedimentos de mapear, debater e difundir o arcabouço jurídico no qual se insere os crimes de exploração e de abuso sexual de crianças e adolescentes são ações indispensáveis, quando se deseja esclarecer a sociedade e cobrar medidas do setor público para a área. Tais atividades, no entanto, são práticas que ainda precisam ser fortalecidas no âmbito das redações brasileiras.

Segundo os estudos realizados pela ANDI em 2000 e 2006, poucas são as notícias sobre violência sexual que trazem referência aos documentos legais nos quais estão firmadas as garantias e consolidados os direitos conferidos a meninos e meninas.

A legislação mais citada é o Estatuto da Criança e do Adolescente, presente em pouco mais de 11% das matérias publicadas em 2000 – e que sofreram redução para 8%, em 2006.

Instrumentos importantes como a Constituição Federal e os Tratados e as Convenções Internacionais focados na população infanto-juvenil foram citados em menos de 1% das reportagens publicadas em cada um dos anos. Em 2006, no entanto, foi registrado um pequeno acréscimo nas referências a legislações ordinárias (leis, decretos, portarias, etc.), que subiram de 0,9% para 2% (*conheça os principais marcos legais sobre o tema na página 11*).

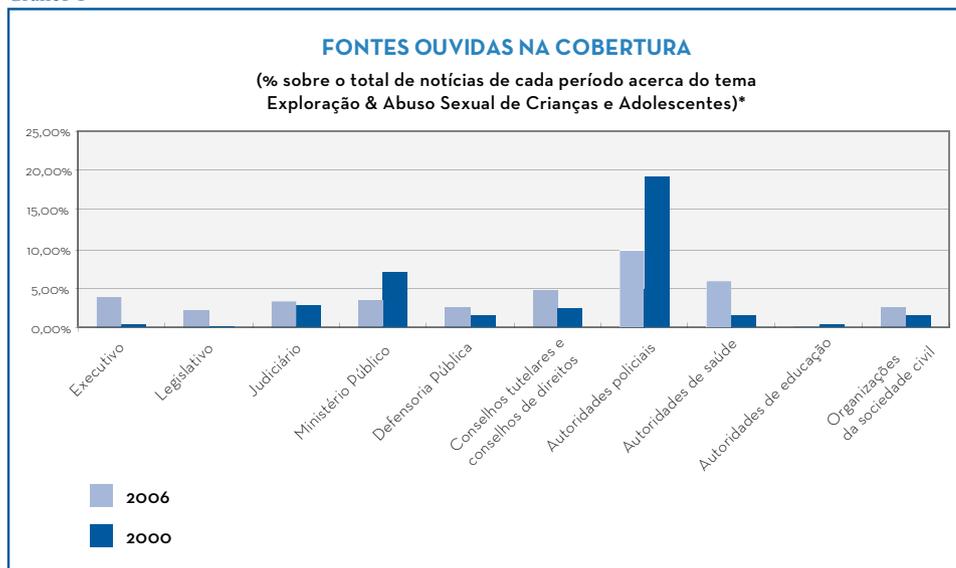
As fontes de informação

Ao analisarmos atores e instituições que predominam nos textos sobre a violência sexual, é possível perceber que em 2006 ocorreram mudanças substanciais no perfil das fontes de informação ouvidas, em comparação ao que se encontrava nas reportagens publicadas no ano 2000. Por um lado, as autoridades policiais deixaram de ter domínio abso-

luto sobre o discurso jornalístico – um dos aspectos mais preocupantes identificados na primeira análise. Ao mesmo tempo, outros atores ganharam espaço: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, as defensorias, os conselhos, as autoridades de saúde e, ainda que em menor escala, as organizações da sociedade civil.

Essa pluralização das fontes de informação pode ser encarada como uma mudança de perspectiva da cobertura oferecida pela imprensa à pauta da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes. As fontes que tiveram presença fortalecida, vale notar, tendem a garantir melhor qualidade ao texto jornalístico, pois estão mais diretamente relacionadas à formulação de políticas públicas. Além disso, podem oferecer dados que permitem contextualizar e problematizar a questão – ao contrário do que geralmente ocorre quando a fala fica restrita às autoridades diretamente ligadas ao encaminhamento do crime.

Gráfico 1



Ampliando o recorte de gênero

Historicamente, as vítimas mais visíveis da violência sexual são as do sexo feminino. Não por acaso, em 2006, 84% das reportagens analisadas pela ANDI sobre tais crimes focalizavam meninas. No ano de 2000, esse recorte não foi muito diferente: representou 75% da cobertura.

Apesar dessa preponderância, jornais brasileiros começam a ficar mais atentos ao dado de que o abuso e a exploração sexual são problemas que também atingem crianças e adolescentes do sexo masculino. Enquanto em 2000 apenas 15% dos textos jornalísticos faziam referência a garotos vítimas do crime, nas matérias de 2006 esse índice saltou para 24,70%.

O perfil dos agressores abordado pela imprensa também nos ajuda a visualizar a questão de gênero nesse debate. Em 2006, 93% dos agressores identificados nas notícias eram homens. As reportagens publicadas nesse ano também registraram menos violações cometidas por mulheres: 6,2% contra 16,8% em 2000. ●

Guia para jornalistas

O *Guia de Referência para a Cobertura Jornalística sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* tem como objetivo auxiliar os profissionais da imprensa na produção de boas investigações sobre o fenômeno. A publicação oferece elementos práticos que devem ser utilizados no dia-a-dia das redações, como sugestões de abordagens temáticas e um guia de fontes. Também traça um panorama geral da legislação nacional e internacional.

Este guia é o primeiro volume produzido no âmbito da série *Jornalista Amigo da Criança*, uma realização da ANDI com o patrocínio da Petrobras e do governo federal e apoio do Unicef. O documento está disponível para download no site da ANDI (www.andi.org.br/_pdfs/Guia_de_referencia_ESCCA.pdf).



7

Premiados no Concurso Tim Lopes

CERCA DE 60 PROFISSIONAIS DA IMPRENSA - ENTRE REPÓRTERES, EDITORES, FOTÓGRAFOS E CINEGRAFISTAS - ESTIVERAM ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DAS MAIS DE 20 REPORTAGENS REALIZADAS NO ÂMBITO DO CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA AO LONGO DE SUAS QUATRO PRIMEIRAS EDIÇÕES (2002 A 2008). A PRESENTE SEÇÃO TRAZ UM RESUMO TÉCNICO DAS PAUTAS PREMIADAS, DESTACANDO O TEMA CENTRAL ABORDADO, AS EQUIPES RESPONSÁVEIS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NOS QUAIS FORAM VEICULADAS.



Foto: Fco Fontenele (O Povo - CE, 2006)



1ª EDIÇÃO* 2002/2003

**A primeira edição do Concurso foi lançada em setembro de 2002.*

Devido ao processo de seleção e produção das reportagens, as matérias vencedoras foram veiculadas somente em 2003.

*** Nesta edição, o júri decidiu não premiar a categoria Mídia Alternativa, reconhecendo duas propostas na categoria Jornal.*

Categoria: Jornal**

Título: Confissões de Família

Veículo: *Correio Braziliense* (DF)

Formato: Suplemento especial com oito páginas

Data de Veiculação: 17 de maio de 2003

Equipe: Maria Clarice Dias, Juliana César Nunes e Marina Oliveira (texto); Ricardo Borba (fotos)

Tema Central: A reportagem buscou romper o tabu que cerca o abuso sexual dentro do ambiente familiar. Tendo como personagens vítimas e agressores de crimes ocorridos dez anos antes, as matérias trazem à tona um aspecto central relacionado ao tema, mas que ainda não recebe a devida atenção da sociedade: o tratamento oferecido aos protagonistas dessas histórias.

Categoria: Jornal**

Título: Nos Jardins da Infâmia

Veículo: *A Tarde* (BA)

Formato: Suplemento especial de 12 páginas

Data de Veiculação: 17 de maio de 2003

Equipe: Susana Varjão, Ricardo Mendes e Rosana Zucolo

Tema Central: A reportagem revela os principais personagens envolvidos no abuso e na exploração sexual de crianças e adolescentes no estado da Bahia. A ausência de legislação pertinente, de políticas públicas focadas na área e as implicações sociais e econômicas desse grave fenômeno – assim como medidas necessárias para a superação do trauma – estão entre os aspectos apontados e discutidos.

Categoria: Revista

Título: Dormindo com o Inimigo

Veículo: *Revista MTV*

Formato: Reportagem especial com 13 páginas

Data de Veiculação: 12 de maio de 2002

Equipe: Mônica Figueiredo e Bia Sant'Anna (texto); Debby Gram e Luciana Figueiredo (fotos)

Tema Central: A matéria convida o público jovem a refletir sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, alertando que esse é um crime presente entre as mais diversas classes sociais e níveis de escolaridade. O texto estimula a quebra do tabu e do medo da denúncia, contextualizando o problema e discutindo aspectos relativos à prevenção e ao atendimento psicológico, além da saúde física.

Categoria: Televisão

Título: Infância Roubada

Veículo: *TV Verdes Mares* (CE)

Formato: Série especial de quatro reportagens exibidas pelo *Jornal do Dez*, noticiário noturno

Data de Veiculação: 28 de abril a 01 de maio de 2003

Equipe: Wallace Lara e Ana Quezado

Tema Central: As matérias avançam no debate sobre a relação entre a atividade turística no Ceará e a incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes. Com depoimentos de meninas exploradas e de autoridades governamentais e não-governamentais ligadas à área do turismo, a série revela

a fragilidade das políticas públicas para a prevenção do problema. Em contraponto, mostra projetos da sociedade civil que trabalham para apoiar a saída de jovens desse quadro de exploração.

Categoria: Rádio

Título: Acolhimento com Dignidade

Veículo: *Rádio Gaúcha*, além dos jornais *Diário Catarinense* (SC) e *Zero Hora* (RS)

Formato: Série especial de reportagens

Data de Veiculação: 12 a 20 de maio de 2002

Equipe: Nelcira Nascimento e Ângela Bastos

Tema Central: As reportagens abordam a situação da assistência a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual nos serviços de saúde em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Apontam as falhas registradas nas fases de acolhimento, acompanhamento e avaliação dos casos que chegam aos hospitais. Ressaltam, ainda, a importância de um atendimento de qualidade na prevenção e no tratamento do problema, além de mostrar experiências exitosas nesse campo. A partir do projeto original, diversos outros veículos do Grupo RBS passaram também a cobrir esta pauta de maneira articulada.



2ª EDIÇÃO 2004

** Nesta edição, o júri decidiu não premiar a categoria Televisão, reconhecendo dois projetos vencedores na categoria Jornal.*

Categoria: Jornal*

Título: Oiapoque é Porta para a Exploração Sexual Comercial

Veículo: *O Liberal* (PA)

Formato: Série especial de oito matérias

Data de Veiculação: 8 a 15 de novembro de 2004

Equipe: Jaqueline Almeida

Tema Central: A série de reportagens mostra a realidade das adolescentes brasileiras que se tornam vítimas da exploração sexual comercial em boates e outros estabelecimentos localizados em Caiena, na Guiana Francesa, e Paramaribo, no Suriname. O trabalho expõe aspectos diversos da questão: o esquema de aliciamento de meninas, a dificuldade que elas enfrentam para viver no exterior e os projetos sociais que ajudam a promover seu resgate.

Categoria: Jornal*

Título: Infância no Limite

Veículo: *Gazeta do Povo* (PR)

Formato: Série especial de sete páginas

Data de Veiculação: 21 a 27 de novembro de 2004

Equipe: Mauri König (texto) e Albari Rosa (fotos)

Tema Central: A série é resultado de 30 dias de investigação, nos quais a equipe de reportagem percorreu 66 municípios brasileiros, do Chuí, no Rio Grande do Sul, a Corumbá, no Mato Grosso, além de passar por cidades da fronteira com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Os materiais veiculados apresentam com riqueza de detalhes as causas e conseqüências da exploração sexual de crianças e adolescentes em boates e rodovias nesta ampla região do Brasil.

Categoria: Revista

Título: Perigo Digital / Bandido ou Doente / Exemplo da Europa

Veículo: *IstoÉ*

Formato: Série especial com três reportagens

Data de Veiculação: 27 de outubro, 10 de novembro e 22 de dezembro de 2004

Equipe: Alan Rodrigues e Mário Simas Filho

Tema Central: A série revela a facilidade encontrada por pedófilos para agir anonimamente na internet. Entre outros aspectos, o trabalho mostra que a prática da pedofilia não é apenas uma questão penal, mas também envolve a necessidade de tratamento especializado ao agressor. A reportagem cita como exemplo a Espanha, onde uma legislação rígida e a rapidez na troca de informações ajudam a prevenir e a desmontar redes criminosas.

Categoria: Rádio

Título: Radiografia da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Veículo: *Radiobrás*

Formato: Série especial de 5 radiodocumentários

Data de Veiculação: 29 de novembro / 6, 13, 20 e 27 de dezembro de 2004

Equipe: Márcia Detoni e equipe

Tema Central: A série investiga em profundidade diversos tipos de abuso e exploração sexual cometidos contra meninos e meninas: a explo-

ração nas rodovias, o tráfico para fins sexuais, o abuso intrafamiliar e o turismo com foco sexual. A reportagem destaca ainda como os fatores econômicos contribuem para a composição de algumas dessas modalidades.

Categoria: Mídia Alternativa

Título: Asas Feridas

Veículo: *Agência Baiana de Notícias*

Formato: Portal composto por 27 reportagens

Data de Veiculação: Disponibilização *online* desde maio de 2003

Equipe: Leandro Colling e Walter Fernando Garcia (texto); Rosana Zucolo (foto); além de 13 estudantes do curso de jornalismo da Faculdade Social da Bahia

Tema Central: A série concentra esforços na produção de reportagens sobre uma modalidade de violência sexual ainda pouco discutida: o abuso e a exploração sofridos por crianças e adolescentes do sexo masculino. As investigações foram realizadas em uma das principais regiões turísticas brasileiras, o litoral baiano.



3ª EDIÇÃO* 2006

** Devido à qualidade do material apresentado, nesta edição o júri premiou um projeto extra na categoria Mídia Impressa e ofereceu menção honrosa a outras duas propostas:*

- “A Escola no Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, de Dyan Karen Leite, do sítio *Escola Brasil* (DF)
- “A Rota do Grão”, de Rosana Zucolo, da Agência *Central Sul* (RS).

Categoria: Mídia Impressa

Título: Inocência Perdida

Veículo: *Correio Braziliense* (DF)

Formato: Suplemento especial de 12 páginas

Data de Veiculação: 22 de novembro de 2006

Equipe: Érika Klingl (texto); Cadu Gomes (fotos)

Tema Central: As reportagens fazem uma relação direta entre a exploração sexual de crianças e adolescentes e o baixo desempenho escolar. Os dados investigados mostram que 927 municípios brasileiros registram esse tipo de problema. Em 85% dessas cidades, os índices de abandono e distorção idade-série são maiores do que as médias de seus estados.

Categoria: Mídia Impressa

Título: Raízes da Impunidade

Veículo: *A Tarde* (BA)

Formato: Suplemento especial com 12 páginas

Data de Veiculação: 10 de dezembro de 2006

Equipe: Ricardo Mendes, Éder Santana, Jane Fernandes e Katherine Funke

Tema Central: As matérias mostram as falhas no sistema de proteção de crianças e adolescentes na Bahia e a conseqüente impunidade dos agressores. São denunciados, por exemplo, leilões de virgens nos quais fazendeiros pagam por adolescentes de 15 anos de idade.

Categoria: Televisão

Título: Abuso e Exploração Sexual de Crianças Indígenas

Veículo: *TV Record Belém* (PA)

Formato: Reportagem especial exibida nacionalmente no programa *Domingo Espetacular*

Data de Veiculação: 7 de dezembro de 2006

Equipe: Alinne Passos e Jaqueline Almeida Ferreira

Tema Central: A equipe passou 15 dias investigando a violência sexual contra indígenas nos estados de Pará, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Foram percorridos 3.500 quilômetros e localizados diversos episódios de abuso e exploração de meninos e meninas indígenas – a maioria dos casos estava relegada à invisibilidade e à impunidade.

Categoria: Rádio

Título: Dor sem Remédio

Veículo: *Rádío Jornal AM*, Recife (PE)

Formato: Série especial composta por seis reportagens

Data de Veiculação: 6 de novembro a 6 de dezembro de 2006

Equipe: Carlos Alberto Silveira de Moraes, Fábria Lopes Gomes da Silva, Eduardo Chianca e Fábio Mendes

Tema Central: As matérias mostram o despreparo da rede de saúde para lidar com crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual. Para traçar um panorama da situação, foram entrevistados diretores de hospitais, psicólogos, representantes de organizações não-governamentais, gestores, médicos, enfermeiros, agentes de saúde e familiares das vítimas.

Categoria: Mídia Alternativa

Título: O Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Impunidade

Veículo: Portal da *Agência Carta Maior*

Formato: Série especial com 10 reportagens

Data de Veiculação: 27 de novembro a 15 de dezembro de 2006

Equipe: Fernanda Sucupira

Tema Central: A série mostra a impunidade de agressores e seu efeito devastador nas vítimas e suas famílias. As reportagens revelam que muitas das ocorrências sequer são denunciadas. Em outras ocasiões, o poder político ou econômico dos abusadores garante punições leves ou mesmo a absolvição.

Categoria: Temática Especial

Título: Documento BR

Veículo: *O Povo* (CE)

Formato: Suplemento especial com 12 páginas

Data de Veiculação: 17 de dezembro de 2006

Equipe: Cláudio Ribeiro, Demitri Túlio, Luiz Henrique Campos e Felipe Araújo

Tema Central: A equipe percorreu mais de 4.000 quilômetros de rodovias federais que atravessam todas as regiões do Ceará e analisou detalhadamente a situação de 26 municípios com os piores indicadores sociais. No retrato, surgem crianças em situação de exploração sexual, trabalho infantil, homicídios, violência de todo grau e ordem e a precariedade na rede de proteção social.



4ª EDIÇÃO* 2008

* Nesta edição, o júri decidiu premiar proposta extra na categoria Mídia OnLine e Alternativa e conceder menções honrosas a outras duas. Essas últimas tiveram sua execução viabilizada com recursos aportados pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pelos próprios veículos.

Os projetos selecionados em 2008 não estão contemplados nos capítulos anteriores desta publicação devido à coincidência entre o período de produção das reportagens e de edição do livro.

Categoria: Mídia Impressa

Título: Eldorados da Exploração Infantil

Veículo: *O Estado de S.Paulo*

Formato: Série especial de cinco páginas

Data de Veiculação: 7 e 8 de setembro de 2008

Equipe: Leonencio Nossa e Celso Silva Sarmento Júnior

Tema Central: Tendo como cenários cidades da Amazônia que vivem uma forte expansão econômica, a reportagem aponta como parte dessa riqueza sustenta um mercado de exploração de crianças e adolescentes semelhante aos que surgiram nos anos 1970 e 1980 ao longo da Transamazônica e no garimpo de Serra Pelada. As reportagens também foram distribuídas para a rede de jornais e revistas da Agência Estado.

Categoria: Mídia Impressa – Menção Honrosa

Título: E Agora, Quem Cuida de Mim?

Veículo: *Correio Braziliense* (DF)

Formato: Suplemento especial com 12 páginas

Data de Veiculação: 12 de novembro de 2008

Equipe: Helena Mader Paladino e Érica de Almeida Montenegro

Tema Central: As reportagens têm como foco o atendimento psicológico, médico, jurídico e social destinado a crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual. Políticas públicas na área, o sistema de garantia de direitos e os caminhos e soluções para o restabelecimento do equilíbrio psicológico dessas crianças compõem o amplo retrato realizado pela investigação.

Categoria: Televisão

Título: Pacto de Silêncio

Veículo: *TV Verdes Mares* (CE)

Formato: Série especial com seis matérias exibidas no *Jornal do Meio Dia*

Data de Veiculação: 10 a 15 de novembro de 2008

Equipe: Ana Leopoldina Macêdo Quezado, Eulália Emília Pinho Camurça, Alessandro Torres e Fabiano Moreira

Tema Central: A investigação mostra como o despreparo de profissionais e a falta de estrutura das instituições públicas contribuem para que casos de violência sexual contra crianças e adolescentes sejam silenciados. Embora a série seja ambientada no Ceará, os dados apontam que essa é uma situação que se reflete em todo Brasil. Uma reportagem compilando o material original foi veiculado nacionalmente pela *Globo News*.

Categoria: Televisão – Menção Honrosa

Título: O Reverso do Desenvolvimento: O Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Veículo: *Rede Brasil Sul de Telecomunicações*

Formato: Série especial de quatro reportagens veiculadas na *TV RBS*

Data de Veiculação: 11 a 14 de novembro de 2008

Equipe: Luciana Kraemer, Rosangela Caino, Lilica Chagas, Guto Teixeira, Getúlio Vargas, Marcelo

Magalhães, Leonel Lacerda, Shirlei Paravisi, Manoel de Oliveira, Anderson Toledo

Tema Central: O impacto da exploração sexual de crianças e adolescentes em municípios pequenos e médios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que receberam grandes obras é o foco da série. As matérias estimulam a cobrança de ações por parte do poder público e de empresas para que promovam a prevenção, o atendimento e a responsabilização dos exploradores. Além da TV RBS, o tema recebeu atenção destacada na Rádio Gaúcha e no jornal *Zero Hora*, além do portal RBS.

Categoria: Rádio

Título: Esperança na Amazônia – Projetos de Prevenção e Combate à Exploração e ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

Veículo: *Rádio Nacional da Amazônia*

Formato: Série especial de cinco reportagens veiculadas nos programas *Amazônia Brasileira* e *Nacional Jovem* (retransmitidos também pela Rádio Meso-Regional do Alto Solimões)

Data de Veiculação: 17 a 25 de novembro de 2008

Equipe: Juliana César Nunes, Beth Begonha, Harrison Reis e Alessandra Vasconcelos.

Tema Central: As reportagens trazem uma ampla investigação acerca dos fenômenos de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Tendo como personagens garotos e garotas da Amazônia brasileira, a série busca desvendar as

soluções encontradas para prevenir e combater esses crimes. O material compõe parte de um *hot-site*, com textos, áudios, imagens e manual para jornalistas com dicas e fontes de informação sobre esse tipo de cobertura.

Categoria: Mídia On-Line e Alternativa

Título: A Juventude Brasileira e o Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Veículo: *Revista Viração*

Formato: Reportagem especial

Data de Veiculação: Novembro de 2008

Equipe: Alinne Abraão, Karen Krsna, Maria Camila Florêncio, Anderson Santos, Kelvin Rodrigues, Renata Souza, Gizela Martins, Rafael Biazão e Ionara Silva

Tema Central: A matéria traz uma rica discussão sobre como movimentos de mobilização da juventude no Brasil percebem a exploração sexual de crianças e adolescentes e até que ponto conseguem efetivamente alcançar as vítimas e interferir na realidade em que elas vivem. A produção do conteúdo envolveu a rede de repórteres da Agência ViraJovem de Notícias nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Paraná e Brasília.

Categoria: Mídia On-Line e Alternativa

Título: Insuficiência de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Indígenas

Veículo: *Portal Índio de Papel*

Formato: Série especial de seis matérias

Data de Veiculação: Outubro de 2008

Equipe: Natália Leal Capillé, Nataly Guimarães Foschaches e Eranir Martins Siqueira

Tema Central: Tendo como foco crianças e adolescentes indígenas no Mato Grosso do Sul, a reportagem especial investiga diversos aspectos das políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse tipo de violência sexual.

Categoria: Temática Especial

Título: O Tráfico e a Exploração Sexual de Adolescentes do Sexo Masculino nos Grandes Centros do País

Veículo: *Jornal da Amazônia*

Formato: Série especial no total de 10 páginas

Data de Veiculação: 2 a 6 de novembro de 2008

Equipe: Avelina Oliveira de Castro, Jaqueline Almeida Ferreira e Ana Shirley Penaforte Cardoso

Tema Central: As reportagens analisam a realidade de garotos traficados do Norte do país para que sejam explorados sexualmente nas duas principais cidades brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). A investigação traça um recorte do preconceito e da homofobia dos quais são vítimas esses meninos, além de avaliar as políticas públicas e iniciativas voltadas para atendê-los.

CHILDHOOD

INSTITUTO WCF-BRASIL
www.wcf.org.br

Braço brasileiro da World Childhood Foundation, organização criada por S. M. Rainha Silvia da Suécia, a Childhood Brasil trabalha pela proteção da infância contra o abuso e a exploração sexual.

A Childhood Brasil desenvolve três grandes linhas de trabalho que buscam:

- **Informar** a sociedade, por meio de ações e campanhas;
- **Educar**, mobilizando e articulando empresas, Governos e organizações sociais para uma ação mais eficaz contra a violência sexual; e
- **Prevenir**, desenvolvendo projetos inovadores e fortalecendo instituições que protegem crianças e adolescentes em situação de risco.

Desde a sua fundação, em 1999, a Childhood Brasil vem desenvolvendo projetos em comunidades, além de programas regionais ou nacionais, com mais de 700 mil beneficiários em todo o país.

Acesse www.wcf.org.br e participe!



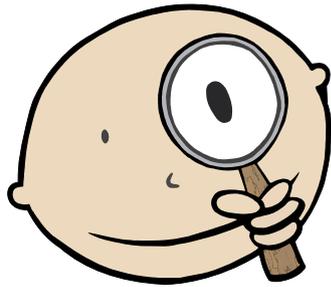
A ANDI é uma organização social com 15 anos de experiência dedicados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Um de seus objetivos é contribuir para que jornalistas e empresas de comunicação abordem de forma sistemática e prioritária os temas que afetam a qualidade de vida da população infanto-juvenil.

O modelo de Comunicação para o Desenvolvimento implementado pela ANDI se baseia em três grandes eixos de ação:

- Monitoramento e Análise de Mídia
- Mobilização
- Qualificação

As metodologias elaboradas pela ANDI constituem hoje uma tecnologia social que vem sendo reaplicada tanto em diferentes regiões brasileiras (Rede ANDI Brasil, presente em 11 estados) quanto internacionalmente (Rede ANDI América Latina, atuante em 13 países).

Acesse: www.andi.org.br



www.andi.org.br/timlopes

► (CONTINUAÇÃO)

inovadoras e viáveis, às equipes proponentes são oferecidos recursos financeiros para a execução da ideia (viagens, pesquisas e outros custos) e orientação técnica especializada – que se expressa em seminários presenciais antes de iniciados os trabalhos de campo e permanente apoio virtual durante o processo de investigação.

Os resultados concretos impulsionados pelo concurso – como se pode observar neste estudo de caso – refletem-se na qualidade das matérias e suas conseqüências no campo social. Refletem-se ainda na trajetória de formação dos profissionais de imprensa que são fortemente impactados por olhar de frente as várias dimensões deste crime que choca a humanidade. Neste sentido, os depoimentos dos repórteres premiados pelo *Concurso Tim Lopes* em suas várias edições formam um capítulo bastante especial de nosso estudo, que oferece ainda uma análise sobre virtudes e desafios da imprensa brasileira na cobertura do tema.

O *Concurso Tim Lopes* é um exemplo concreto de como organizações da sociedade civil podem contribuir ao exercício do bom jornalismo.

Este estudo de caso evidencia o quanto a imprensa é capaz de impactar a realidade quando trabalha em condições ideais de capacitação sobre o tema que decide investigar e de tempo para planejar, apurar e editar a informação.

Promovido pela ANDI em parceria com a Childhood Brasil, o *Concurso Tim Lopes de Jornalismo* ajuda a explicar por que a mídia brasileira se destaca – mesmo que com desafios ainda a superar – como uma referência mundial na cobertura da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Relatos dos procedimentos investigativos, questões de ordem ética, depoimentos de jornalistas, reflexões de especialistas em violência sexual e uma análise quanti-qualitativa da abordagem editorial dedicada ao fenômeno compõem as páginas deste documento.



REALIZAÇÃO



PARCERIA
ESTRATÉGICA

CHILDHOOD
INSTITUTO WCF-BRASIL
www.wcf.org.br